

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Filosofia

Francisco Augusto Nogueira Lages

**UMA SOLUÇÃO ARTEFACTUAL PARA O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DE
OBJETOS FICTÍCIOS**

Belo Horizonte

2017

Francisco Augusto Nogueira Lages

**UMA SOLUÇÃO ARTEFACTUAL PARA O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DE
OBJETOS FICTÍCIOS**

Dissertação apresentada ao Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos

Linha de Pesquisa: Lógica, Ciência, Mente e Linguagem

Belo Horizonte

2017

Para Daniela.

Agradecimentos

Ao professor Ernesto Perini, pela indispensável orientação, interesse, confiança e disponibilidade com que orientou esta dissertação.

Aos professores do Departamento de Filosofia da UFMG, pelo aprendizado e valiosas discussões.

À minha mãe, pelo apoio e amor incondicionais.

Aos amigos da graduação e da pós, por compartilharem parte de suas vidas comigo e por abrilhantarem a minha.

Ao Tipas, pela ajuda gratuita e generosa amizade.

Aos amigos e familiares de longa data que me acompanharam e apoiaram nessa jornada.

Ao meu filho, Eduardo, pelos seus sorrisos e por me ensinar diariamente a importância do tempo.

À minha companheira, Daniela, pelo amor, paciência e incentivos constantes que tornaram possível esta dissertação.

Ao CNPQ, pelo suporte financeiro.

100
L174s
2017

Lages, Francisco

Uma solução artefactual para o problema da referência de objetos fictícios [manuscrito] / Francisco Augusto Nogueira Lages. - 2017.

102 f.

Orientador: Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1. Filosofia – Teses. 2. Objeto (Filosofia) – Teses. 3. Referência (Filosofia) - Teses. 4. Thomasson, Amie L. (Amie Lynn), 1968- . I. Perini-Santos, E. (Ernesto) II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO FRANCISCO AUGUSTO NOGUEIRA LAGES

Realizou-se, no dia 16 de fevereiro de 2017, às 14 horas, sala 4094 da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *Uma solução artefactual para o problema da referência de objetos fictícios*, apresentada por FRANCISCO AUGUSTO NOGUEIRA LAGES, número de registro 2014653946, graduado no curso de FILOSOFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em FILOSOFIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos - Orientador (UFMG), Prof. Andre Joffily Abath (UFMG), Prof. César Schirmer dos Santos (Universidade Federal de Santa Maria).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada, com média final *com* (*100*.....)

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

Prof. Ernesto Perini Frizzera da Mota Santos (Doutor)

Prof. Andre Joffily Abath (Doutor)

Prof. César Schirmer dos Santos (Doutor)

"Nothing has to be true, but everything has to sound true"
Salvor Hardin: Second Foundation, Isaac Asimov.

Resumo

Nosso trabalho pretende traçar um percurso teórico sobre a referência de objetos fictícios. Para tanto, apresentamos o tratamento de Frege, Russell e Meinong com o intuito de fornecer o pano de fundo clássico sobre o qual nosso tema se encontra. Tentamos mostrar a insuficiência desse quadro clássico de teses tendo em vista suas soluções para a referência de objetos fictícios e o resultado esperado por nós. Por isso, sugerimos a linha argumentativa delineada por Kripke a partir de *Naming and Necessity*, passando por *Vacuous Names and Fictional Entities* até *Reference and Existence: The John Locke Lectures*, como uma alternativa para o estudo desses objetos. Não obstante, a despeito de sua faceta inovadora, tornou-se evidente o caráter incompleto das teses lançadas por Kripke. Todavia, a importância do arranjo kripkeano é claramente percebida a partir do estudo de perspectivas artefactuais da ficção que se baseiam em muitas das teses apresentadas. Nesse sentido, utilizamos a obra *Fiction and Metaphysics* da filósofa norte-americana Amie Thomasson com o intuito de mostrar os resultados dessa perspectiva para o problema da referência de objetos fictícios. Após analisarmos o aparato artefactual que a autora apresenta na obra, consideramos que a teoria thomasiana oferece as soluções que melhor se conectam com as nossas práticas linguísticas sobre objetos fictícios e a forma como lidamos com o problema da sua referência.

Palavras-chave: objetos fictícios; referência; entidades artefactuais; Thomasson

Abstract

Our aim is to trace a theoretical path about the reference of fictional objects. Therefore, we present Frege, Russell and Meinong's treatments to give the classical background upon which our theme is. We try to show how insufficient this classical frame is due to its solutions for the reference of fictional objects and the results we want to meet. We then suggest that Kripke's line of argument established from Naming and Necessity, through Vacuous Names and Fictional Entities to Reference and Existence: The John Locke Lectures, as an alternative to the study of these objects. Nonetheless, despite its innovation, became clear how incomplete the set of theses put forward by Kripke was. However, the importance of this set up is clearly noticed as the base ground for artefactual theories of fiction. In this sense, we utilize Amie Thomasson's Fiction and Metaphysics in order to show the results gathered from this theory to the problem of the reference of fictional objects. After analyzing the artefactual set up presented by the author, we consider Thomasson's artefactual theory to offer the solutions that best connect to our language practices regarding fictional objects and how we deal to the problem of its reference.

Keywords: fictional objects; reference; artefactual entities; Thomasson

Lista de Quadros

| | |
|--|-----------|
| Quadro 1 - Frege, Russell e Meinong | página 34 |
| Quadro 2 - Frege, Russell, Meinong e Thomasson | página 94 |

Lista de Símbolos

| | |
|---------------|------------------------------------|
| Φ | Letra Grega Maiúscula <i>Fi</i> |
| Γ | Letra Grega Maiúscula <i>Gama</i> |
| χ | Letra Grega Maiúscula <i>Qui</i> |
| Ψ | Letra Grega Maiúscula <i>Psi</i> |
| Ω | Letra Grega Maiúscula <i>Ômega</i> |
| $\exists(x)$ | Quantificador Existencial |
| $S(x), B(x)$ | Predicados |
| \wedge | Conjunção |
| $\forall(y)$ | Quantificador Universal |
| \rightarrow | Implicação |
| x, y, z | Variáveis individuais |
| ϕ | Letra Grega Minúscula <i>Fi</i> |
| \sim | Negação |

Lista de Abreviaturas

| | |
|-------|--------------------------------------|
| FM | Fiction and Metaphysics |
| N&N | Name and Necessity |
| TJLL | The John Locke Lectures |
| VN&FE | Vacuous Names and Fictional Entities |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 1 ASPECTOS GERAIS DE UMA ANÁLISE SOBRE A REFERÊNCIA DE OBJETOS ABSTRATOS..... | 15 |
| 1.1 INTRODUÇÃO..... | 15 |
| 1.2 FREGE/RUSSELL E O PROBLEMA DA REFERÊNCIA DE OBJETOS FICTÍCIOS..... | 17 |
| 1.2.1 <i>Objetos fictícios e a variação de escopo</i> | 24 |
| 1.3 OBJETOS FICTÍCIOS E O NÃO-SER..... | 29 |
| 1.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES..... | 33 |
| 2 A FUNDAMENTAÇÃO KRIPKEANA PARA UMA TEORIA ARTEFACTUAL DA FICÇÃO..... | 36 |
| 2.1 INTRODUÇÃO..... | 36 |
| 2.2 ASPECTOS PRELIMINARES EM <i>NAMING AND NECESSITY</i> | 36 |
| 2.2.1 <i>O nomear</i> | 37 |
| 2.2.2 <i>Sobre mundos possíveis</i> | 41 |
| 2.3 ASPECTOS FUNDACIONAIS EM <i>VACUOUS NAMES AND FICTIONAL ENTITIES</i> | 44 |
| 2.3.1 <i>Cadeia comunicacional histórica</i> | 48 |
| 2.3.2 <i>O fingimento e dois tipos de contexto</i> | 50 |
| 2.4 UM PROSPECTO ARTEFACTUAL EM <i>REFERENCE AND EXISTENCE: THE JOHN LOCKE LECTURES</i> | 53 |
| 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O ARRANJO KRIPKEANO..... | 63 |
| 3 A TEORIA ARTEFACTUAL DE AMIE THOMASSON..... | 66 |
| 3.1 INTRODUÇÃO..... | 66 |
| 3.2 SOBRE OBJETOS FICTÍCIOS..... | 66 |
| 3.2.1 <i>Tipos de dependência</i> | 67 |
| 3.2.1.1 A dependência constante..... | 68 |
| 3.2.1.2 A dependência histórica..... | 69 |
| 3.2.1.3 Relações entre tipos de dependência..... | 71 |
| 3.2.2 <i>O caráter artefactual de objetos fictícios</i> | 73 |
| 3.2.3 <i>Entidades artefactuais e mundos possíveis</i> | 74 |
| 3.3 A REFERÊNCIA DE OBJETOS FICTÍCIOS..... | 75 |
| 3.4 A IDENTIDADE DE OBJETOS FICTÍCIOS..... | 80 |
| 3.5 A ESTRUTURA ARTEFACTUAL..... | 83 |
| 3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 98 |

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa visa discutir a possibilidade de referir de objetos fictícios como Sherlock Holmes, Frodo e Salvor Hardin. Para tanto, apresentaremos o pano de fundo teórico em que se encontra a discussão a respeito da referência desses objetos para estabelecer os principais aspectos do estudo da referência de nomes fictícios. Dessa maneira, abordaremos superficialmente as teorias relevantes de Frege, Russell e Meinong a fim de esboçar um quadro clássico de teses sobre o tema. Desde já, enfatizamos a brevidade dessa discussão e ressaltamos o caráter pontual da mesma na obra dos respectivos filósofos.

No primeiro capítulo, ao analisar as teorias mencionadas, faremos uso de algumas sentenças específicas com o intuito de exemplificar os argumentos expostos. Ressaltamos que tais sentenças reaparecerão, sobretudo no Capítulo 3, em outras abordagens teóricas diferentes das que compõem o quadro clássico de teses. A partir dessa análise, sugerimos que as interpretações oferecidas por essas teorias devem ser abandonadas. Duas razões principais sustentam essa atitude: i) o descompasso entre aquilo que parecemos querer dizer quando enunciamos sobre objetos fictícios e os resultados oferecidos pelas teorias já mencionadas, e ii) a possibilidade de analisar o discurso sobre objetos fictícios e objetos reais a partir do mesmo aparato teórico.

Portanto, no segundo capítulo dessa dissertação começaremos a apresentação das bases teóricas para uma teoria que seja capaz de comportar o caráter intuitivo dos resultados dos valores de verdade de enunciados sobre objetos fictícios (i) e, ao mesmo tempo, permita-nos analisar esses enunciados e compará-los com enunciados sobre objetos reais (ii). Nesse sentido, tentaremos apresentar as teses do filósofo norte-americano Saul Kripke, com o intuito de oferecer uma alternativa contrária às apresentadas no Capítulo 1.

Transitaremos entre três obras de Kripke em que ele lança teses acerca do modo como lidamos com objetos fictícios. Em *Naming and Necessity* (1972), encontram-se os primeiros argumentos em prol de uma teoria artefactual para a referência de objetos fictícios. A imensa relevância da obra na filosofia da linguagem faz com que qualquer discussão sobre ela requeira enormes cuidados. Por isso, nos

detivemos somente aos pontos que Kripke retoma nas outras duas obras discutidas, a saber, *Vacuous Names and Fictional Entities* e *Reference and Existence: The John Locke Lectures* e que são cruciais para a teoria discutida no último capítulo.

Além disso, é importante frisar que até a presente data Kripke nunca publicou nenhuma teoria finalizada sobre objetos fictícios. Outra ressalva necessária diz respeito ao caráter conferencial das obras trabalhadas e, talvez por isso, o filósofo não tenha apresentado uma teoria desse tipo. Todas as três obras abordadas são o resultado de transcrições de conferências dadas por Kripke. Ambos os livros *Naming and Necessity* e *Reference and Existence* são compostos por uma série de conferências, ao invés de uma única palestra.

A influência da obra de Kripke em reação ao *locus classicus* do tema desta dissertação torna-se evidente no terceiro capítulo. Em partes, o fato de que Kripke não tenha apresentado uma teoria específica sobre objetos fictícios resultou numa gama de perspectivas a partir dos pontos levantados por ele e das teses lançadas em resposta. Não obstante, teorias artefactuais da ficção são devedoras das novas alternativas abertas por Kripke para lidar com o problema da referência de objetos fictícios.

No campo de possibilidades aberto por ele, está a teoria artefactual da filósofa norte-americana Amie Thomasson. A filósofa é responsável por apresentar uma teoria artefactual da ficção capaz de lidar com nossas práticas discursivas acerca de objetos fictícios de modo intuitivo e, num certo sentido, tão direto como no caso de objetos reais. A teoria thomasiana apresentada em *Fiction and Metaphysics* é claramente influenciada pelo conteúdo das discussões trabalhadas no Capítulo 2, i.e., pelas teses kripkeanas sobre a referência de objetos fictícios. Contudo, ela não se restringe simplesmente a formular uma nova versão dessas teses.

A teoria artefactual de Thomasson avança uma série de teses sobre objetos fictícios que são responsáveis por organizar internamente sua teoria e possibilitar que o aparato oferecido por ela dê os resultados esperados para as sentenças apresentadas no primeiro capítulo. E, de modo geral, para sentenças que envolvam objetos fictícios. Assim, apresentaremos a estrutura artefactual discutida por Thomasson e suas características principais que tornam possíveis a interpretação defendida.

Em linhas gerais, o esquema metodológico desse trabalho está dividido em três momentos, (Capítulo 1) apresentação de algumas abordagens tradicionais para o problema da referência de objetos fictícios e por que devemos refutá-las; (Capítulo 2) uma reação ao quadro clássico de teses apresentado e a consequente discussão por um novo tipo de perspectiva sobre o problema; (Capítulo 3) discussão de uma teoria de tipo artefactualista como uma resposta viável para o tema trabalhado a partir da discussão anteriormente travada.

Finalmente, consideraremos as principais vantagens da perspectiva artefactual defendida e discutiremos os resultados dos valores de verdade das sentenças lançadas já no primeiro capítulo dessa dissertação. Para tanto, apresentaremos possíveis interpretações para as sentenças em questão, segundo a teoria thomasiana da ficção. Desse modo, esperamos mostrar para o leitor que é possível tratar a referência de objetos fictícios de forma intuitiva e, ao mesmo tempo, rigorosa.

1 ASPECTOS GERAIS DE UMA ANÁLISE SOBRE A REFERÊNCIA DE OBJETOS ABSTRATOS

1.1 Introdução

Nesse capítulo apresentaremos brevemente três tratamentos distintos para o problema da referência de objetos fictícios a fim de mapear as principais teorias que abordaram o tema e influenciaram o seu desenvolvimento enquanto tópico filosófico. Dividimos esse capítulo em quatro seções; a primeira discutirá a solução proposta por Gottlob Frege (1892) em seu artigo intitulado *Sobre sentido e referência*¹. Na segunda parte trataremos a alternativa russelliana que está em *Da Denotação*² de Bertrand Russell (1905). Ambos os textos³ são considerados marcos na história da filosofia e que de alguma forma tratam do tema discutido. Para tanto, além desses textos, nossa análise se apoiará também no trabalho de comentadores de ambos autores visando fornecer uma abordagem robusta, ainda que sucinta. Dada a importância monumental de Frege e Russell, nos privaremos aqui de qualquer contextualização histórica e privilegiaremos a discussão que nos interessa propriamente. Em seguida, nos debruçaremos sobre a teoria dos objetos de Alexius Meinong em seu texto *Sobre a Teoria do Objeto*⁴ (1904). Finalmente, traçaremos algumas considerações sobre o percurso caminhado nesse capítulo.

O principal objetivo, nesse primeiro momento, é mostrar como os filósofos mencionados pensaram em diferentes alternativas que dessem conta do problema proposto. Concomitante, sugeriremos razões pelas quais essas alternativas são insuficientes e devem ser abandonadas. Aqui, tampouco detalharemos características do momento histórico em que Meinong desenvolveu sua teoria e nos concentraremos no trabalho explanatório dos principais aspectos dela.

A fim de compreender melhor as análises que serão propostas a seguir é preciso que façamos uma rápida distinção. Nosso trabalho se atentará para dois

1 No original, *Über Sinn und Bedeutung*.

2 No original, *On Denoting*.

3 Os artigos aos quais nos referimos são *Sobre Sentido e Referência*, de 1892 e escrito por Frege e *Da Denotação*, de 1905 e escrito por Russell. É importante pontuar que também trabalharemos, embora mais rapidamente, outro artigo de Frege intitulado *Sobre Conceito e Objeto*, também de 1892. Vale ressaltar que as versões dos textos citados e utilizadas nesse trabalho não correspondem às versões originais, daí a diferença nas datas.

4 No original, *Über Gegenstandstheorie*.

tipos específicos de sentenças que envolvem personagens ficcionais, *afirmações intraficcionais* e *afirmações extraficcionais*.

As afirmações intraficcionais são para ser analisadas como usos coniventes realizados pelo autor de ficção ao contar histórias (ou como instâncias de um acto de fala especial) ou como uma continuação natural do envolvimento imaginativo do leitor com a história. As afirmações metaficcionais são normalmente analisadas como usos não-coniventes de uma frase que contém um operador 'de acordo com a ficção' implícito. (SALIS: 2013, 24)

As seguintes sentenças exemplificam respectivamente tipos de afirmações intraficcionais e extraficcionais: i) 'Sherlock Holmes é britânico'; ii) 'Sherlock Holmes é um personagem fictício criado por Artur Conan Doyle'. Essa é uma importante distinção uma vez que as teorias que analisaremos nos fornecem respostas distintas para diferentes tipos de sentenças. Parece-nos viável portanto, concentrar nesses dois tipos de asserção num primeiro momento, facilitando assim, o acesso às discussões logo mais estabelecidas.

É fundamental reivindicar, desde já, que nossa sugestão por uma teoria capaz de lidar com o problema da referência de objetos ficcionais deve possuir um carácter intuitivo, i.e., buscamos uma teoria cujos julgamentos das sentenças sobre objetos fictícios estejam em acordo com as nossas práticas discursivas. Essa é uma característica de suma importância para nós e será destacada mais à frente na dissertação. Esperamos que este capítulo seja capaz de evidenciar como as teorias que apresentaremos são pouco intuitivas e, em alguns casos, até mesmo contraintuitivas. E, quando elas nos fornecerem resultados mais intuitivos, o custo ontológico subsequente à teoria será demasiado alto. Assim, ao longo desse e dos próximos dois capítulos, apontaremos recorrentemente a importância de uma teoria intuitiva que seja capaz de oferecer rigor filosófico ao mesmo tempo em que busca facilitar o acesso do tema em análise para áreas afins além da Filosofia. Por isso, direcionamos e delimitamos nosso escopo de avaliação para que este capítulo cumpra seu objetivo de forma breve e possamos nos dedicar com mais vigor nos capítulos seguintes. Por fim, as soluções apresentadas e discutidas nas três primeiras seções devem servir para que o leitor possa compreender porque a questão da referência de objetos ficcionais é um problema que merece atenção. Ao final do capítulo, esperamos ser possível identificar situações nas quais esse problema poderá comprometer processos de comunicação entre indivíduos e

entender a importância dessa discussão que está cada vez mais em destaque nos tópicos de Filosofia da Linguagem.

1.2 Frege/Russell e o problema da referência de objetos fictícios

Amplamente discutido, o artigo *Sobre Sentido e Referência* de 1892, do filósofo e matemático alemão Gottlob Frege (1848-1925), nos fornece uma teoria capaz de analisar o tema dessa dissertação de uma forma contundente e elegante. De acordo com Hans Sluga, entretanto, os interesses fregeanos apresentados em suas investigações nesse artigo eram diferentes dos que a Filosofia da Linguagem contemporânea incorporou nos seus principais tópicos de debate. "Embora seja verdade que a doutrina apresentada em *Sobre sentido e referência* e as questões que ela gerou tenham sido um importantes tópicos da filosofia analítica da linguagem recente, é importante ressaltar que o interesse de Frege nessa doutrina difere do atual em diversos aspectos"⁵ (SLUGA: 1980, 157). Para os nossos propósitos, esses aspectos não são relevantes, uma vez que analisaremos uma parte da teoria exposta no texto e não em outros escritos⁶. Consoante às discussões travadas a partir de Frege no âmbito da Filosofia da Linguagem, tentaremos mostrar como a teoria por ele desenvolvida possui ferramentas para trabalhar o problema da referência de objetos ficcionais, ainda que nos forneçam resultados insuficientes, como veremos.

Frege apresenta uma semântica em dois níveis: (i) uma relação entre sinal e sentido, (ii) uma relação entre sentido e referência. "É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto" (FREGE: 2009, 62). Dessa maneira, ele admite que há um tipo de configuração padrão da relação existente entre sinal, sentido e referência. "A conexão regular entre o sinal, seu sentido e sua referência é de tal modo que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas um único sinal" (FREGE: 2009, 63). O que Frege parece sugerir é o fato de

⁵ Tradução nossa. Todas as traduções dos excertos citados são nossas. A partir de agora omitiremos tal fato em favor da fluidez textual.

⁶ Conforme explicitado anteriormente, abordaremos tangencialmente o artigo *Sobre o conceito e o objeto* também de 1892.

que podemos nos referir a um determinado objeto no mundo de diferentes modos. Daí a ideia dos "modos de apresentação". A forma como designamos um objeto no mundo pode variar sem que desloquemos a sua referência, ou seja, podemos nomear algo de diversas maneiras sem perder de vista o que é nomeado. Isso fica evidente quando usamos diferentes modos de apresentação para designar algo específico, i.e., posso me referir ao meu animal de estimação por 'meu animal de estimação', 'gato' ou 'Spock'. Assim, ouvir-me chamar o meu animal de estimação de 'gato' pode produzir, para algum interlocutor que não soubesse que meu animal de estimação é um gato, uma nova informação. Do mesmo jeito que chamá-lo de 'Spock' poderá produzir uma outra nova informação. O modo como eu o apresento pode ser suficiente para passar uma série de diferentes informações. "Um nome próprio (palavra, sinal, combinação de sinais, expressão) exprime seu sentido e designa ou refere-se a sua referência. Por meio de um sinal exprimimos seu sentido e designamos sua referência" (FREGE: 2009, 66). Destacamos essa relação dada a sua relevância na geração de conhecimento. "Neste contexto fica claro que, por 'sinal' e por 'nome', entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado (...). A designação de um objeto singular pode também consistir em várias palavras ou outros sinais. Para sermos breves, chamaremos cada uma destas designações de nome próprio" (FREGE: 2009, 62)⁷.

Suponhamos que estivesse numa mesa de bar, num dia qualquer, discutindo com alguns amigos sobre um misterioso crime que acontecera naquele mesmo dia. Caso eu dissesse algo do tipo "Se pelo menos pudéssemos contatar o amigo do Dr. Watson, talvez o caso tivesse solução", é provável que todos os amigos sentados ao redor da mesa compreendessem o sentido do modo de apresentação que eu utilizei para apresentar Sherlock Holmes, mediante a expressão 'o amigo do Dr. Watson'. Ainda, seria possível que um desses amigos fosse um assíduo leitor das aventuras escritas por Conan Doyle e desse continuidade ao assunto dizendo, "Seria realmente ótimo se o inimigo do Dr. Moriarty pudesse nos ajudar". Para aqueles ao redor da mesa que não são familiares com a história em questão, talvez essa seja uma nova informação possível de ser compreendida pelo contexto. Logo, diferentes modos de apresentação podem expressar diferentes facetas de um mesmo objeto, na medida em que podem apresentar diferentes relações entre sinal e sentido, ou

⁷ "Eu chamo qualquer coisa de nome próprio se for um sinal de um objeto" (FREGE: 1951, 172 nota 3).

seja, entre as palavras que usamos para descrever um objeto e o sentido que essas palavras formam juntas numa expressão. Todavia, somos capazes de manter a referência apesar dos diferentes modos de apresentação e sentidos que foram atribuídos ao objeto. Frege nos evidencia essas relações na seguinte passagem:

Agora, passemos a investigar qual seja o sentido e a referência de uma sentença assertiva completa. Tal sentença contém um pensamento⁸. Deve, agora, este pensamento ser considerado como seu sentido ou como sua referência? Vamos admitir por enquanto que a sentença possui uma referência. Se substituirmos uma palavra da sentença por uma outra que tenha a mesma referência, mas sentido diferente, isto não poderá ter nenhuma influência sobre a referência da sentença. No entanto, vemos em tal caso que o pensamento muda; assim, por exemplo, o pensamento da sentença "a Estrela da Manhã é um corpo iluminado pelo Sol" é diferente do da sentença "a Estrela da Tarde é um corpo iluminado pelo Sol". Alguém que não soubesse que a Estrela da Tarde é a Estrela da Manhã poderia sustentar um pensamento como verdadeiro e o outro como falso. O pensamento, portanto, não pode ser a referência da sentença, pelo contrário, deve ser considerado como seu sentido (FREGE: 2009, 67).

O autor ainda admite que nomes sem referência podem expressar um pensamento. É o caso de Sherlock Holmes. Frege apresenta esse argumento ao escrever sobre *Ulisses*. O filósofo sugere que embora a sentença "Ulisses profundamente adormecido foi desembarco em Ítaca" tenha sentido e expresse um pensamento, a mesma, assim como Ulisses, não possui referência (FREGE: 2009, 67-68). O leitor deve estar se indagando, "Mas Sherlock Holmes não é o mesmo tipo de coisa que Ulisses?". A resposta é positiva. Sim, ambos Sherlock Holmes e Ulisses são objetos fictícios. Por que então usar um nome que não possui referência como um exemplo que se propõe explicitar modos de apresentação de objetos que referem? Acreditamos que seja precisamente para mostrar que é possível apresentar, de formas distintas, um objeto fictício e, assim, fornecer informações não triviais sobre ele, gerando um novo conhecimento acerca desse objeto. Desta feita, o que essa breve discussão pretende sugerir é que objetos fictícios parecem poder se comportar como objetos que possuem referência.

Frege argumenta que a referência de uma asserção é o seu valor de verdade. "Somos assim levados a reconhecer o *valor de verdade* de uma sentença como sendo sua referência. Entendo por valor de verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa" (FREGE: 2009, 69). A referência de

8 Nota do autor: "Entendo por pensamento, não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser a propriedade comum de muitos" (FREGE: 2009, 67).

uma proposição expressa é uma função das referências das partes que a compõem, conseqüentemente, se a referência de uma das partes da sentença é vazia, a sentença carece de valor de verdade. Assim, caso substituamos um componente *b* de uma certa proposição *A* por *b'* e ambos os componentes possuam a mesma referência, a nova proposição formada *A'* deverá ter a mesma referência que a proposição original *A*, i.e., o mesmo valor de verdade (TAYLOR: 1998). Esse é o *princípio de composicionalidade fregeano*. O argumento considera expressões correferenciais como expressões distintas e, por vezes, com sentidos também diferentes, mas que se referem ao mesmo objeto, ou seja, nomes diferentes que apontam para o mesmo objeto no mundo.

A discussão dos últimos parágrafos coloca em foco uma importante formulação fregeana, a saber, a pressuposição de que todo nome próprio possui uma referência "Idealistas ou cétricos terão, objetado há longo tempo: *Você fala, sem maiores delongas, da lua como um objeto; mas como sabe que o nome 'a lua' tem de fato alguma referência?* (...) Respondo que não é nossa intenção falar da nossa representação de lua, nem nos contentamos apenas com o sentido quando dizemos *a lua*; pelo contrário, pressupomos uma referência" (FREGE: 2009, 67)⁹. Frege afirma que podemos errar relativamente sobre a pressuposição de uma referência, isto é, admitir que a pressuposição de um nome próprio sobre o objeto designado por esse nome é verdadeira e não ser este o caso¹⁰. Assim, evidencia-se a fragilidade da formulação fregeana para lidar com objetos fictícios, pois ou sua formulação está correta e devemos aceitar uma teoria contraintuitiva e, ao mesmo tempo, negar que é possível gerar conhecimento sobre esse tipo de objetos (como mostramos acima), pois "(...) o pensamento, isoladamente, não nos dá nenhum conhecimento, mas somente o pensamento junto com sua referência, isto é, seu valor de verdade" (FREGE: 2009, 70); ou abandonamos essa teoria em prol de uma nova explicação que seja simultaneamente mais intuitiva e sustente a possibilidade de que podemos adquirir conhecimento a partir de asserções que envolvam objetos fictícios.

9 Os itálicos substituem as aspas do texto original.

10 Um bom exemplo em relação à possibilidade de se pressupor erroneamente a referência de um objeto é o planeta [hipotético] Vulcano. Postulado por Urbain Le Verrier, a existência de tal planeta explicaria uma especificidade da órbita de Mercúrio.

Qualquer plausibilidade *prima facie* que a solução de Frege tenha para o problema de nomes não-denotativos, ele continuou tratando tais nomes como problemáticos (...). Numa linguagem propícia para os propósitos sérios da ciência e matemática nomes vazios não podem ter emprego legítimo. Tais nomes devem ser banidos da linguagem da ciência e matemática porque nem as sentenças que os contêm, tampouco os pensamentos que essas sentenças expressam podem ser significativamente avaliados como verdadeiros e falsos (TAYLOR:1998, 12).

Consideremos as seguintes sentenças:

(1) Sherlock Holmes é britânico.

(2) Sherlock Holmes é francês.

Dada a distinção anteriormente estabelecida entre afirmações intraficcionais e afirmações metaficcionais¹¹, veremos rapidamente que as sentenças **(1)** e **(2)** se enquadram no nosso recorte uma vez que ambas são afirmações intraficcionais. Em posse do aparato fregeano até aqui apresentado, o que devemos afirmar sobre o valor de verdade de **(1)**? O valor de verdade da asserção 'Sherlock Holmes é britânico' não é verdadeiro nem falso. Isso ocorre uma vez que Sherlock Holmes, o famoso detetive britânico *criado*¹² por Conan Doyle, carece de uma referência no mundo. Ainda que consigamos compreender amplamente o sentido do nome 'Sherlock Holmes', famoso detetive britânico que reside em 221b Baker Street e tem como consorte o Dr. Watson e etc, somos incapazes de apontar um objeto no mundo que carregue todas essas características. Ainda segundo Frege, o mesmo ocorre em **(2)**, em outras palavras, **(1)** e **(2)** carecem de valor de verdade. "Todo aquele que não admite que o nome tenha uma referência não lhe pode atribuir nem negar um predicado" (FREGE: 2009, 68). Assim, a despeito do nosso conhecimento acerca dos predicados desse famoso detetive britânico (acabamos de enumerar três), a pressuposição sobre a sua referência não é satisfeita.

A questão anteriormente levantada sobre o caráter intuitivo das teorias discutidas nesse capítulo, fica evidente para a formulação fregeana conforme a análise proposta das sentenças **(1)** e **(2)**. Consideramos insatisfatório o resultado da teoria de Frege para sentenças desse tipo (asserções intraficcionais) em que não se pode determinar quais características pertencem a um e outro objeto fictício. Qualquer asserção intraficcional em que Sherlock Holmes, Frodo ou Salvor Hardim figurem como um de seus componentes se comportará da mesma forma, visto que a

11 Cf. p.7.

12 Exploraremos essa característica nos capítulos seguintes.

sentença não possui referência ela não será nem verdadeira nem falsa. Para fins do nosso estudo, o que esse resultado significa é que não é possível afirmar que **(1)** ou **(2)** seja verdadeiro ou falso. Consideramos que a impossibilidade de atestarmos sobre a veracidade de **(1)** em detrimento de **(2)** é de caráter contraintuitivo. O resultado que buscamos é aquele que explique porque **(1)** é verdadeiro e **(2)** falso. Nesse caso, o problema da referência de objetos ficcionais está diretamente ligado ao valor de verdade de uma sentença e ao caráter contraintuitivo do resultado que a teoria nos apresenta.

Além disso, seguindo os argumentos propostos por Frege e aqui discutidos, embora sentenças do tipo **(1)** e **(2)** não possuam referência, elas expressam um pensamento. Taylor afirma que,

Lembremos que para Frege, sentenças como 'Odisseu velejou para Tebas' são estritamente nem verdadeiras nem falsas, mas sem valor de verdade. No entanto, ele sustenta que tais sentenças expressam pensamentos completos determinados. O pensamento expresso por qualquer sentença representa o mundo como sendo de uma certa forma. A despeito da não-existência de qualquer objeto daquele pensamento para que ele seja pensado, isso não o priva do seu conteúdo representacional. Então, o pensamento que o Papai Noel mora no Polo Norte ou o pensamento que Odisseu velejou para Tebas representam o mundo como sendo de uma certa forma. E isso permanece mesmo que não existe Papai Noel e nem Odisseu. Mas a não-existência do Papai Noel nem de Odisseu, segundo Frege, priva esses pensamentos de todo valor de verdade (TAYLOR: 1999, 28).

Causa estranheza afirmar que somos inteiramente capazes de pensar **(1)** e **(2)**, mas que não podemos dizer sobre o valor de verdade das sentenças nas quais esses pensamentos ocorrem. Como Frege atribui à referência o valor de verdade, ao sentido da asserção está ligado o pensamento. Trata-se, para nós, de mais um aspecto contraintuitivo da argumentação fregeana exposta em *Sobre Sentido e Referência*.

Por último, devemos analisar ainda sob o prisma de Frege, uma asserção metaficcional. Observar-se-á que o resultado obtido será mais intuitivo do que os anteriores. Contudo, entendemos que mesmo assim, a teoria fregeana de *Sobre Sentido e Referência* explorada, deve ser abandonada. Consideremos a seguinte sentença:

(3) Sherlock Holmes existe.

Intuitivamente, seguindo os argumentos fregeanos então apresentados, afirmaríamos que a sentença **(3)** carece de um valor de verdade pelos motivos anteriormente citados. Como já visto, não existe nenhum objeto no mundo que seja Sherlock Holmes, que é o mesmo que afirmar que 'Sherlock Holmes' não possui uma referência. A primeira vista, pode nos parecer que a sentença **(3)** se comporta como **(1)** e **(2)**.

Todavia, Frege afirma que a existência é uma propriedade de conceitos, não de objetos (FREGE: 1951, 174). Assim, o que está em jogo nesse caso é que 'Sherlock Holmes' não deve ser analisado como um objeto, antes, como um conceito.

Não devemos nos surpreender que a mesma sentença possa ser concebida como uma asserção sobre um conceito e também uma asserção sobre um objeto; apenas devemos observar que o que é afirmado é diferente. Na sentença 'existe pelo menos uma raiz quadrada de 4' é impossível substituir as palavras 'raiz quadrada de 4' por 'o conceito *raiz quadrada de 4*'; isto é, a asserção que serve ao conceito não serve ao objeto. Embora nossa sentença não apresente o conceito como um sujeito, ela afirma alguma coisa sobre ele, ele pode ser considerado como expressando o fato de que um conceito cai sob um mais amplo (FREGE: 1951, 175).

Conseqüentemente, a análise de **(3)** precisa considerar o conceito 'Sherlock Holmes' e não o objeto ficcional criado por Conan Doyle. Para tanto, quando afirmamos **(3)**, o que estamos dizendo é que o conceito 'Sherlock Holmes' é instanciado por algum objeto. "Eu chamo o conceito sob o qual um objeto cai de suas propriedades; assim 'ser Φ é uma propriedade de Γ é só outro jeito de dizer ' Γ cai sob o conceito de um Φ '" (FREGE: 1951, 176). Segundo ele, o que dizemos em **(3)** é que existe algo que instancia o conceito 'Sherlock Holmes', isto é, que é um famoso detetive britânico, responsável por desvendar o caso *Silver Haze* e todas as demais características predicadas ao conceito em questão. A natureza do conceito é essencialmente predicativa, sugere Frege (FREGE: 1951).

Finalmente, o autor afirma que "Se um objeto Γ possui as propriedades Φ , X e Ψ , eu posso combiná-los em Ω ; então é a mesma coisa se eu digo que Γ possui a propriedade Ω , ou, que Γ possui as propriedades Φ , X e Ψ . Eu chamo Φ , X e Ψ marcas do conceito Ω , e, ao mesmo tempo, propriedades de Γ " (FREGE: 1951, 177). Portanto, o valor de verdade de uma sentença metaficcional do tipo **(3)** é falso. Isso ocorre porque nenhum objeto instancia as propriedades que o conceito 'Sherlock

Holmes' designa, é o equivalente a dizer que "ninguém é *um* 'Sherlock Holmes'". Nenhum objeto possui as propriedades que marcam o conceito 'Sherlock Holmes'. Em contrapartida, se a sentença fosse assim apresentada,

(4) Sherlock Holmes não existe.

deveríamos admitir, segundo as formulações fregeanas, o valor de verdade de (4) como verdadeiro, já que o conceito não é instanciado e, portanto, não realizável do ponto de vista da existência, é verdadeiro que ele não existe, ou seja, nada no mundo instancia todas as propriedades que o conceito 'Sherlock Holmes' predica.

1.2.1 Objetos fictícios e a variação de escopo

Na esteira de Frege, o filósofo britânico Bertrand Russell (1872-1970) foi responsável pelo desenvolvimento de uma das teorias filosóficas sobre lógica mais influentes do século XX. Russell foi o autor da teoria das descrições definidas, a qual discutiremos sucintamente agora.

Podemos distinguir três casos: (1) Uma expressão pode ser denotativa e, todavia, não denotar nada; por exemplo "o atual rei da França". (2) Uma expressão pode denotar um objeto definido; por exemplo "o atual rei da Inglaterra". (3) Uma expressão pode denotar de maneira ambígua; por exemplo, "um homem" não denota muitos homens, mas um homem ambíguo (RUSSELL: 1978, 3).

Percebemos, rapidamente, o tipo de caso exposto pela citação anterior que investigaremos nessa empreitada. A investigação que se segue estará voltada para casos do tipo (1), conforme a citação acima. "De acordo com a perspectiva que defendo, uma expressão denotativa é essencialmente *parte* de uma sentença, e não tem, como muitas palavras simples, qualquer significação por conta própria" (RUSSELL: 1978, 10). O filósofo britânico propôs uma semântica de única relação entre: (i) significado e (ii) denotação. Ao contrário de Frege, uma expressão denotativa que compõe uma sentença e é do tipo (1), isto é, nada denota, não faz com que tal sentença careça de valor de verdade.

A principal sugestão da teoria das descrições é que um grupo de frases que Russell denomina 'expressões denotativas' não são, como muitos de seus predecessores supuseram, termos singulares. Um termo singular, para Russell, é um termo que (pelo menos em relação ao contexto) não pode falhar em referir a um objeto único. Russell eventualmente chegou a considerar que até nomes próprios não eram termos singulares genuínos, mas eram, de fato, descrições definidas disfarçadas (STEVENS: 2011, 9).

Antes de nos empenharmos numa análise de objetos fictícios a partir da teoria russelliana de *Da Denotação*, daremos um rápido panorama da relação entre significado e denotação cunhada por Russell. Para o filósofo, o significado é aquilo que está ligado diretamente às expressões denotativas que ocorrem numa sentença, um complexo denotativo. Embora a relação significado/complexo denotativo seja direta, quando um complexo desse tipo é colocado dentro de uma sentença, o significado não mais se refere ao complexo propriamente dito, mas àquilo que esse complexo denota. Assim, a denotação é aquilo que satisfaz uma expressão denotativa, é o que se pretende denotar quando se utiliza uma determinada descrição. Em suma, a denotação é o que torna uma expressão verdadeira ou falsa.

Tudo, nada e algo não são supostas ter qualquer significado isoladamente, mas um significado é atribuído para *cada* proposição em que elas ocorrem. Este é o princípio da teoria da denotação que pretendo defender: as expressões denotativas nunca têm qualquer significado em si próprias, mas cada proposição, em cuja expressão verbal elas ocorrem, tem um significado (RUSSELL: 1978, 4).

De acordo com Russel, uma expressão denotativa assim o é em função de sua forma lógica, uma versão formalizada na qual, tais expressões corresponderiam a paráfrases compostas por uma coleção de predicados, quantificadores e variáveis. Apresentaremos **(1)** segundo a formalização russelliana e, em seguida, nossa análise tentará descompactar as informações aí contidas a fim de facilitar a compreensão de leitores de outros campos de estudo. Certamente, esse esforço também servirá para embasar nossa argumentação posterior acerca da dispensa de uma teoria desse tipo.

Consideremos:

(1) Sherlock Holmes é britânico.

sua versão formalizada ficaria como se segue,

(1a) $\exists(x)((S(x) \wedge \forall(y)S(y) \rightarrow y=x) \wedge B(x))$.

Lemos: Existe x e, se x é S , e qualquer que seja y , se y é S , y é igual a x e, x é B , onde $S =$ é Sherlock Holmes e $B =$ é britânico. Explicamos, a forma lógica é basicamente composta por três partes: a primeira, " $\exists(x)(S(x))$ " é onde dizemos que existe algo (x) e que essa coisa que existe tem a propriedade S , isto é, x é S . Em outras palavras, alguma coisa existe e essa coisa é Sherlock Holmes. Na sequência temos uma conjunção (representada pelo sinal ' \wedge ') da primeira parte, com

" $\forall(y)S(y) \rightarrow y=x$ "; esta parte é responsável por garantir o caráter de unicidade de ' x ',

significa dizer que existe tão somente uma única coisa que seja ' x ' e ' S ' ao mesmo tempo, ou seja, só existe um 'Sherlock Holmes'. Finalmente, temos uma outra

conjunção que liga " $\exists(x)((S(x) \wedge \forall(y)S(y) \rightarrow y=x)$ " a " $B(x)$ ", onde se lê "existe alguma

coisa, essa coisa é Sherlock Holmes e, para qualquer outra coisa que seja Sherlock Holmes, esta é igual àquela e, ela é britânica". É o mesmo se nos indagarmos se "Sherlock Holmes" denota alguma coisa e, verificando-se que este é o caso, a entidade denotada possui a propriedade "ser britânico".

Conforme a teoria russelliana exposta em *Da Denotação*, e após verificar no mundo se alguma entidade corresponde à expressão denotativa em questão, estabelecemos o valor de verdade da proposição. Assim, quando listamos as coisas que existem no mundo não somos capazes de encontrar uma entidade que seja a denotação de "Sherlock Holmes", como Albert Einstein denota (dentre outras) a proposição "o físico responsável pela teoria da relatividade geral". Logo, o que temos é um cenário no qual não existe " x " e, então, qualquer coisa que se afirme de " x " é falso. É correto afirmar, em conformidade com a teoria russelliana acima exposta, que o valor de verdade de **(1)** é falso. O mesmo se segue para **(2)**. Seguindo os argumentos apresentados, como não existe " x " e por isso ser impossível achar uma entidade no mundo que seja sua denotação, é falso afirmar que é o caso que **(2)**. A estrutura formalizada de **(2)** é bastante parecida com a anterior, seja:

$$(2a) \exists(x)((S(x) \wedge \forall(y)S(y) \rightarrow y=x) \wedge F(x)).$$

A única alteração é a última propriedade que 'x' instancia, '**F**' ao invés de '**B**'.

Consequente, podemos certamente avaliar **(3)** da mesma forma que fizemos com **(1)** e **(2)**. Desta feita, o valor de verdade de "Sherlock Holmes existe" é falso. Esquemáticamente, não existe nada que seja 'Sherlock Holmes' no mundo e, portanto, não podemos dizer que nada existe. Segue-se que o valor de verdade de **(3)** é falso. Apesar de considerarmos o resultado insatisfatório, pois buscamos uma teoria em que objetos fictícios mantenham - no mundo atual - as propriedades com as quais foram criados, o resultado para a sentença **(3)** seguindo um viés russelliano é, num certo sentido, mais intuitivo que o de Frege.

Assim como Frege, Russell sustenta que a existência não é uma propriedade de objetos, mas de conceitos. O filósofo sugere, segundo Makin (2000), que há uma existência relativa aos objetos concretos que ocupam um lugar no espaço e tempo, e outra que concerne objetos abstratos, conceitos, números, classes e mais. "Existência, aplica-se somente a indivíduos, e como a lógica e a matemática abrangem todos os seres, independente se eles *existem* ou não, de um ponto de vista lógico é uma propriedade como outra qualquer" (MAKIN: 2000, 56). Nessa passagem, Makin faz uma marcação ao usar 'existem'. Segundo ele, esse uso é restrito aos objetos que não são abstratos. O comentador afirma que há um segundo uso de "existir" e, "(...) comparativamente, não é aplicável (i.e. sua aplicação nem mesmo faz sentido) a coisas individuais, e requer uma classe, ou uma classe de conceitos ou uma função preposicional para que sua aplicação faça sentido" (MAKIN: 2000, 56).

Em vista disso e de tudo mais exposto, podemos agora analisar a sentença **(4)** sob um viés russelliano. Negar a existência de Sherlock Holmes, portanto, nada mais é do que a negação direta de que há um valor que preencha "**S(x)**". Sabendo que não conseguimos encontrar no mundo uma denotação para 'Sherlock Holmes',

é verdadeiro dizer que ele não existe. Portanto, o valor de verdade de **(4)**, seguindo Russell, é verdadeiro. Sherlock Holmes, de fato, é dito não existir.

Todavia, com certo cuidado, verificamos que a teoria das descrições definidas de Russell nos reserva, ainda, uma importante característica que atua diretamente sobre nossa exposição. O filósofo afirma que expressões denotativas podem acontecer de dois modos, elas podem ter uma ocorrência primária ou podem ter uma ocorrência secundária. Tal distinção é denominada *variação de escopo*. Essa distinção somente altera o resultado do valor de verdade de uma sentença que possua a negação de um termo, como Russell explicita.

A distinção entre as ocorrências primárias e as secundárias também nos capacita a lidar com a questão de se o atual rei da França é careca ou não é careca, e de uma maneira geral com o status lógico de expressões denotativas que não denotam nada. Se "C" é uma expressão denotativa, digamos "o termo que possui a propriedade F", então "C tem a propriedade φ " significa "um e somente um termo tem a propriedade F, e esse termo tem a propriedade φ ". Se, entretanto, a propriedade F não pertence a termo algum, ou a vários termos, segue-se que "C tem a propriedade φ " é falsa para todos os valores de φ . Assim, "o atual rei da França é careca" é certamente falsa; e o "atual rei da França não é careca" é falsa se significa, "existe uma entidade que agora é rei da França e não é careca", mas é verdadeira se significa, "é falso que existe uma entidade que é agora rei da França e é careca". Isto é, "o rei da França não é careca" é falsa se a ocorrência de "o rei da França" é *primária*, e verdadeira se a ocorrência é *secundária* (RUSSELL: 1978, 12).

Considere,

(5) Sherlock Holmes não é britânico.

Em função da distinção da variação de escopo, somos capazes de fornecer uma análise semelhante para **(5)**. A negação pode ser colocada, segundo a passagem de *Da Denotação* supracitada, em apenas dois lugares, daí tiramos a seguinte conclusão sobre **(5)**: ou "existe uma entidade que é Sherlock Holmes e não é britânico", ou "é falso que existe uma entidade que é Sherlock Holmes e é britânico". Seguindo a mesma estrutura da citação, 'Sherlock Holmes não é britânico' é falso se a ocorrência do termo 'Sherlock Holmes' é primária, mas verdadeira se a ocorrência for secundária. Assim, teríamos duas possíveis formalizações¹³ para **(5)**.

13 Também é possível uma terceira formalização em que a cláusula de unicidade é negada, ou seja,

$$\exists(x)((S(x) \wedge \sim \forall(y)S(y) \rightarrow y=x) \wedge F(x)).$$

$$(5a) \sim \exists(x)((S(x) \wedge \forall(y)S(y) \rightarrow y=x) \wedge F(x)),$$

ou

$$(5b) \exists(x)((S(x) \wedge \forall(y)S(y) \rightarrow y=x) \wedge \sim F(x)).$$

Portanto, **(5a)** nos dá a forma lógica de 'Sherlock Holmes não é britânico' com uma ocorrência primária, ao passo que **(5b)** nos fornece a formalização com uma ocorrência secundária. É certo, pois, afirmar que o valor de verdade **(5a)** é falso. Em contraposição, o valor de **(5b)** é verdadeiro, como demonstrado anteriormente. Fica evidente portanto, como a teoria russelliana das descrições definidas não oferece os resultados que desejamos, a saber, avaliar como verdadeiro um enunciado do tipo 'Sherlock Holmes é britânico'. Ao longo do texto, trataremos outros enunciados sobre objetos fictícios que também impõem dificuldades para uma teoria desse tipo.

1.3 Objetos fictícios e o não-ser

No texto "Sobre A teoria do objeto" (1904), (Gegenstandstheorie), o filósofo austríaco Alexius Meinong nos apresenta uma perspectiva diferente das de Frege e Russell, anteriormente exploradas. Meinong elabora um esquema em que discute o ser-tal (Sosein) e o ser (Sein) das coisas. A importância dessa discussão ficará mais clara na medida em que avançarmos na explicação da teoria proposta pelo filósofo. Segundo o autor, o ser e não-ser (Nichtsein) de um objeto não interfere no seu ser-tal (MEINONG: 2005).

Este fato é suficientemente importante para que nós formulemos como sendo expressamente o princípio da independência do ser-tal em relação ao ser¹⁴; e o domínio de validade desse princípio se manifesta, pelo menos em vista a isso, que decorrem deste princípio não apenas os objetos que não tem existência de fato, mas também aqueles que não podem existir porque são impossíveis (MEINONG: 2005, 100).

Contra-pondo Frege e Russell, o filósofo austríaco admite que a existência é uma propriedade de objetos, não de conceitos. Abre-se, a partir desse argumento, um conjunto de possibilidades até então não exploradas nessa dissertação. Disso, se segue, por exemplo, que o princípio da não contradição¹⁵ pode ser quebrado garantindo um lugar para objetos impossíveis na ontologia meinonguiana. Tal princípio deve ser respeitado, segundo Meinong, apenas por objetos reais. Logo, seria possível afirmar que existe um objeto que tem a propriedade de não existir. Essa perspectiva decorre da interpretação meinonguiana sobre o princípio de intencionalidade brentano, segundo o qual atos mentais visam objetos. Meinong sugere que "(...) experiências como representações, julgamentos, sentimentos e desejos normalmente são direcionados para um objeto (...)" (MAREK: 2013). Diferentemente da tese brentano, segundo a qual todo ato mental visa um objeto, os objetos meinonguianos são dados por uma relação entre atos mentais e os conteúdos desses atos. É o conteúdo de um ato mental que visa um objeto, podemos ter, por exemplo, uma experiência mediante um ato mental que tem como conteúdo a representação de um personagem e é o conteúdo desse ato que visa o objeto da representação. Assim, um objeto pode não existir e ser o conteúdo de um ato mental, mantendo as propriedades a ele atribuídas. Portanto, é possível que objetos inexistentes carreguem consigo as mais variadas características, como um objeto que apesar de ser inexistente, é uma montanha e dourado ao mesmo tempo. Em outras palavras, há um objeto que simultaneamente não existe, é uma montanha e é dourado.

Naturalmente, objetos fictícios são contemplados por essa generosa ontologia que sustenta Meinong. Ele afirma que para qualquer conjunto de propriedades pensado, existirá alguma coisa que o instancia. Logo, o conjunto de propriedades criado por Conan Doyle que, dentre outras características, possui 'ser detetive', 'ser britânico', 'ser do sexo masculino', 'residir em 221b Baker Street' e etc, é dito ser

14 Nota do tradutor: "Definido pela primeira vez por Ernst Mally em seu estudo, coroado pelo prêmio Wartinger de 1903, que foi publicado inteiramente reelaborado no n. III dessas Investigações. Cf. Kap. I, §3.

15 $\forall F \forall x \sim (Fx \wedge \sim Fx)$.

instanciado por um objeto inexistente, a saber, Sherlock Holmes. Contudo, deve-se notar que um conjunto de propriedades só pode ser instanciado por um único objeto. Caso seja acrescido a um conjunto de propriedades que descrevem um objeto uma nova propriedade, então o objeto descrito pelo novo conjunto deve ser diferente do objeto descrito pelo conjunto inicial. Nesse sentido, qualquer objeto que existiu, existe ou existirá, corresponde a um conjunto específico de propriedades.

Meinong 1904 subscreveu o *princípio da independência do ser-assim relativamente ao ser*, segundo o qual as formas como os objetos nos são descritivamente apresentados ou a forma que eles são (as suas *Sosein*) é distinta e independente do seu ser (*Sein*). Em relação com este princípio, ele também subscreveu o *Princípio da Caracterização*, que afirma que todos os objetos, quer existam ou não, tem as propriedades que são usadas para os caracterizar (SALIS: 2013, 3).

Podemos elencar três princípios tratados por Meinong que corroboram para sua abordagem sobre objetos fictícios: i) princípio da intencionalidade; ii) princípio da independência; iii) princípio da caracterização. Com isso, temos por (i) que atos mentais são direcionados a conteúdos mentais que por sua vez são direcionados aos objetos desses conteúdos. A noção de que o ser-tal de um objeto independe do seu ser ou não-ser dada por (ii), somada à cláusula (i), garantem ser possível que as propriedades de um objeto inexistente permanecem propriedades do mesmo uma vez fazem parte do conteúdo de um ato mental, e não do ser ou não-ser de um objeto. De outro modo, o ser-tal de um objeto, i.e., a representação mental de um objeto, ou ainda, o conteúdo mental que visa o objeto, independem da existência ou não-existência desse objeto. Finalmente, a cláusula (iii) admite que um objeto possui todas as características atribuídas a ele, o que de fato parece decorrer de (i) e (ii). Assim, podemos esperar que tudo o que é dito ser verdadeiro sobre um objeto fictício seja mantido, assim como tudo o que é dito ser falso.

Consequentemente, enunciados sobre objetos fictícios são abarcados pela formulação acima. Um personagem que é dito ser detetive tem a propriedade de 'ser detetive', um personagem dito ser um hobbit tem a propriedade de 'ser um hobbit' e etc. De acordo com Meinong, podemos afirmar que um enunciado sobre um objeto fictício como 'Frodo é um hobbit' é verdadeiro. Todavia, como esses personagens não existem espaço-temporalmente em contraposição aos objetos reais localizados fisicamente no tempo e espaço, somos levados a admitir, por exemplo, que 'Sherlock Holmes não existe' é um enunciado verdadeiro, resultado que queremos evitar já

que privilegiamos o apelo intuitivo da existência desses objetos como se pode observar nos mais variados diálogos sobre personagens fictícios, bem como em críticas literárias.

Em consonância com a teoria dos objetos meinonguiana, apresentaremos o valor de verdade de cada uma das cinco sentenças abaixo destacadas. Consideremos as sentenças a seguir:

- (1) Sherlock Holmes é britânico;
- (2) Sherlock Holmes é francês;
- (3) Sherlock Holmes existe;
- (4) Sherlock Holmes não existe;
- (5) Sherlock Holmes não é britânico

Dado que na obra Sherlock Holmes possui a propriedade de 'ser britânico', temos que **(1)** é verdadeiro, o que implica na falsidade de **(5)**¹⁶. Sabemos também que Sherlock Holmes jamais foi dito ser francês e, tendo em vista o funcionamento da relação de nacionalidade, devemos afirmar que **(2)** é falso. Nos resta, então, as sentenças **(3)** e **(4)** acerca da propriedade de existir. De acordo com Meinong, somos levados a admitir que **(3)** é falso e **(4)** verdadeiro. Isso acontece uma vez que o conteúdo mental representado por um conjunto de propriedades visa um objeto inexistente, a saber, Sherlock Holmes. Em outras palavras, o conteúdo do ato mental experienciado ao lermos sobre Sherlock Holmes está direcionado a um objeto que não existe espaço-temporalmente.

Em suma, podemos dizer que o conjunto de propriedades dadas a Sherlock Holmes nas obras relevantes somente é instanciado por um único objeto com tais propriedades e que ao mesmo tempo é inexistente. É como se separássemos a coisa do que a coisa é dita ser, como num livro de suspense no qual a figura aterrorizante jamais é presenciada, vista, mas apenas caracterizada. A partir desse aparato, obtemos alguns resultados que parecem corresponder as nossas práticas discursivas sobre objetos fictícios. Entretanto, a ontologia meinonguiana se vê forçada a postular todo conteúdo de pensamento proveniente de um ato mental

¹⁶ É necessário pontuar que, embora autores pretendam criar personagens possíveis, pode ser o caso de que, em um conto, determinada personagem tenha uma propriedade e num outro o autor tenha lhe dado a negação daquela propriedade.

como um objeto, seja ele existente ou não existente. De certo, essa é uma faceta incômoda da teoria defendida por Meinong.

A teoria meinonguiana fornece resultados mais intuitivos quando comparados aos de Frege e Russell, como foi mostrado. É importante enaltecer a importância da ontologia defendida por Meinong. Embora ela seja o seu principal problema, pois admite qualquer tipo de objeto, é também um importante aliado, pois exhibe resultados mais intuitivos. Além disso, Meinong foi responsável por influenciar uma vasta gama de teorias posteriores que se basearam no seu trabalho original, as chamadas teorias neomeinonguianas. Porém, a despeito de alguns resultados mais intuitivos, nos vemos obrigados a recusar a perspectiva defendida por Meinong pelo seu custo ontológico, e pela sua formulação, segundo a qual objetos fictícios inexistem.

1.4 Considerações preliminares

Após esse compacto, porém trabalhoso percurso, tentamos fornecer um panorama geral daquilo que consideramos indispensável para fundarmos nossa dissertação. Procuramos estabelecer e apresentar, em diferentes frentes, o problema da referência dos objetos fictícios. Nos empenhamos não somente em analisar as sentenças sugeridas, mas também em descompactá-las em prol de uma leitura mais fluída. Nunca perdemos de vista o leitor que não partilha da formação filosófica, mas que possui entusiasmo semelhante ao nosso sobre a discussão proposta. Nesse sentido, lançamos mão do seguinte quadro a fim de corroborar para que o leitor consiga visualizar esquematicamente todos os resultados obtidos ao longo do capítulo.

| | Frege | Russell | Meinong |
|-------------------------------------|--------------------------|---|------------|
| (1) Sherlock Holmes é britânico | Nem verdadeiro nem falso | Falso | Verdadeiro |
| (2) Sherlock Holmes é francês | Nem verdadeiro nem falso | Falso | Falso |
| (3) Sherlock Holmes existe | Falso | Falso | Falso |
| (4) Sherlock Holmes não existe | Verdadeiro | Verdadeiro | Verdadeiro |
| (5) Sherlock Holmes não é britânico | Nem verdadeiro nem falso | Falso (ocorrência primária) ou Verdadeiro (ocorrência secundária) | Falso |

Quadro 1

Finalmente, uma última consideração é necessária para a transição subsequente ao próximo capítulo. Teorias como as de Frege e Russell são amplamente denominadas na Filosofia da Linguagem como teorias descritivistas. Essa caracterização diz respeito ao modo como um nome designa o seu referente nesse tipo de teoria. Os conceitos de família de descrições e conjunto de descrições são um indicativo dessa denominação. Como nessas teorias o referente de um nome é aquele objeto que satisfaz todas ou o maior número das descrições atribuídas ao nome, estabeleceu-se o termo 'satisfacional'¹⁷ para uma teoria que defende esse modo de instanciação de um nome. Nos próximos capítulos, sobretudo no Capítulo 2, discutiremos um tipo de teoria relacional, a saber, uma teoria da referência direta. Como o próprio termo sugere, a relação entre nome e referente é dada de modo mais direto. Discutiremos como o filósofo Saul Kripke, expoente e um dos fundadores da teoria da referência direta, trabalha essa relação. Utilizaremos a distinção mencionada daqui em diante e adiantamos que nossa opção por um teoria artefactual da ficção é fortemente baseada numa versão da

17 Ver, BACH: 1985.

teoria da referência direta. Com isso, pretendemos contrapor as teorias apresentadas no Capítulo 1 nos baseando fundamentalmente no rompimento que Kripke faz com este quadro clássico de tese, principalmente as teses de Frege e Russell para nomes.

2 A FUNDAMENTAÇÃO KRIPKEANA PARA UMA TEORIA ARTEFACTUAL DA FICÇÃO

2.1 Introdução

Este capítulo pretende estabelecer os principais aspectos da perspectiva do filósofo estadunidense Saul Kripke sobre entidades fictícias¹⁸. A fim de cumprir esse objetivo, faremos uma análise pontual de alguns dos seus escritos para capturar o desenvolvimento de seus argumentos acerca desses objetos. O capítulo foi dividido em três seções que abordam os pilares da estrutura argumentativa do filósofo sobre o tema proposto. A primeira parte será dedicada à formulação de designadores rígidos e não-rígidos, apresentada por Kripke em seu consagrado livro *Naming and Necessity*¹⁹ de 1972. Também na mesma obra, abordaremos a questão da "identidade transmudana" com o intuito de elucidar os méritos das teses kripkeanas enunciadas. Conseqüentemente, tangenciaremos a ideia de mundos possíveis. Em seguida, trabalharemos o artigo *Vacuous Names and Fictional Entities*²⁰ de 1973 em que ele discute a referência de entidades ficcionais e acena para uma teoria artefactual²¹. Na terceira e última seção, tentaremos mostrar a síntese do argumento kripkeano acerca desses objetos ao analisarmos uma série de conferências²², conhecidas como *The John Locke Lectures*²³, também de 1973. É importante notar que a evolução de suas ideias sobre o tema possui poucas fontes oficiais e até a presente data não foi devidamente concluída.

2.2 Aspectos preliminares em *Naming and Necessity*

Considerado um marco da Filosofia Contemporânea, o livro N&N de Saul Kripke é o resultado de três conferências ministradas pelo filósofo em janeiro de 1970, na Universidade de Princeton, publicadas originalmente em 1972 e, posteriormente, na edição de 1980, em conjunto com um Adendo. A estrutura do

18 Termo empregado por ele de *Vacuous Names and Fictional Entities* em diante.

19 'N&N' de agora em diante.

20 'VN&FE' de agora em diante.

21 Uma teoria em cuja objetos fictícios são considerados entidades criadas pelo homem mediante um ato intencional. Por isso o termo 'artefactual'.

22 Essas conferências foram transcritas e, desde então, circulam pelos meios acadêmicos. Todavia, somente em 2013 foi publicado um livro com esse material.

23 'TJLL' de agora em diante.

livro é dividida em três seções, uma para cada conferência, respeitando-se a ordem cronológica com que foram expostas. Trabalharemos fundamentalmente a primeira parte. Nela, Kripke introduz os tópicos que discutirá e, concomitantemente, apresenta parte do percurso argumentativo que pretende seguir. Indispensável frisar o diálogo que o filósofo se propõe com teses fregeanas e russellianas ao sugerir argumentos contrários a elas. A importância e o reconhecimento alcançados por N&N é, em grande medida, fruto da perspectiva kripkeana contrária a um lugar teórico clássico. Apresentaremos os principais tópicos contidos em N&N e que sustentam as teses sobre entidades fictícias lançadas por Kripke em VN&FE. Assim, ainda que se pretenda uma seção introdutória, nossa exposição poderá passar a impressão contrária. Nesse caso, acreditamos que a forma direta e breve da nossa abordagem, empregada nessa seção, pode ser responsável por isso. Descompactar qualquer uma das três conferências que formam o corpo de N&N demandaria que nosso trabalho se dedicasse especificamente a este expediente. Não sendo isso verdade, nossa proposta é simplesmente trazer à tona e clarificar, quando considerarmos necessário, as teses que Kripke expõe na primeira seção do livro e que serão retomadas por ele na discussão sobre entidades fictícias.

2.2.1 O nomear

A forma como nomeamos algo, ou seja, o 'nomear', é um dos tópicos centrais das Conferências transcritas em N&N. Kripke está preocupado em lidar com a nossa capacidade de atribuir nomes aos objetos com os quais nos relacionamos. Ele pretende estabelecer quais relações existem, se alguma, entre o nome de um objeto e o objeto nomeado e, caso existam, como elas ocorrem. Além disso, outro ponto importante que orbita essa discussão, é o comportamento de nomes em julgamentos contrafactuais. As teses das quais Kripke lança mão para trabalhar com a nossa capacidade de nomear se mostrarão capazes de tratar esses problemas. Nesse sentido, ele acaba por elaborar um novo quadro teórico sobre o tópico. O quadro apresentado por ele se contrapõe ao lugar teórico comum dessas discussões, a saber, o quadro clássico descritivista em que se encontram Frege e Russell.

Kripke sugere que o termo 'nome' deva ser utilizado somente para designar aquilo que denominamos por 'nomes próprios' em nossa linguagem ordinária, como 'Sherlock Holmes'. Dessa forma, descrições definidas como 'o homem que derrotou

Moriarty' não são consideradas nomes, embora o termo 'designador' comporte tanto nomes quanto descrições definidas. A distinção feita por Kripke rompe com a tradição filosófica sobre o tema; Frege e Russell defendiam que nomes próprios eram apenas descrições definidas disfarçadas ou abreviadas. Assim, a noção kripkeana de designadores é suficiente para indicar o caráter contestador das teses que se seguirão em contraposição às teses fregeanas e russellianas sobre nomes. Além disso, esse arranjo é originalmente utilizado por Kripke na sua abordagem sobre a "identidade transmudana" de objetos.

Segundo o filósofo, designadores podem ser de dois tipos, rígidos ou não-rígidos²⁴. Um designador rígido é aquele que designa o mesmo objeto em qualquer situação contrafactual, ao passo que um designador não-rígido não obedece tal demanda. Se algo é um designador rígido de um existente necessário, então dizemos que ele é um designador fortemente rígido. Kripke afirma que nomes, i.e., nomes próprios, são designadores rígidos. De acordo com ele, um nome sempre designa o mesmo objeto em qualquer situação contrafactual em que o objeto designado exista. Assim, 'Napoleão Bonaparte' sempre designará Napoleão em todos os mundos onde ele exista, mas a descrição 'o amante de Josefina de Beauharnais' não pode ser um designador rígido, supondo que ela tenha tido um e somente um amante, em outro mundo possível o Duque de Wellington poderia tê-lo sido. "Uma das teses (positivas) principais de *Naming and Necessity* é que nomes próprios são designadores rígidos. (...) Kripke define um designador rígido como um termo que designa o mesmo objeto em qualquer mundo possível em que aquele objeto exista" (HUGHES: 2004, 31).

Tal definição subescreve uma interpretação kripkeana sobre mundos possíveis contrária à ideia lewisiana de que mundos possíveis são, de alguma forma, descobertos por nós. "'Mundos possíveis' são *estipulados*, não descobertos por poderosos telescópios" (KRIPKE: 1972, 44). Ainda, Kripke acredita que mundos possíveis são apenas ferramentas epistemológicas, um recurso mental que serve para descrever situações modais. Em respeito a esse tópico, discutiremos ao final dessa seção a perspectiva de David Lewis, um tipo de realismo sobre mundos possíveis.

24 O mesmo que 'designador accidental'.

É importante observar que Kripke distingue o tipo de rigidez ligada a um nome e a uma descrição. Segundo o filósofo, um nome é um designador rígido *de jure*, ou seja, ele designa o mesmo objeto em diferentes mundos possíveis porque assim estipulamos; essa é a regra do funcionamento de nomes próprios. Por outro lado, descrições que designam rigidamente o mesmo objeto em diferentes mundos possíveis, como 'a raiz cúbica de 27'²⁵, são designadores rígidos *de facto*. É um fato sobre o mundo atual que a raiz cúbica de 27 é 3. Todavia, por se tratar de um fato necessário, também será o caso que em todo mundo possível a descrição 'a raiz cúbica de 27' designe o mesmo objeto, a saber, 3.

A partir da distinção entre tipos de designadores, Kripke passa a analisar o que ele define como "identidade transmundana" de objetos. Fundamentalmente, ele está interessado em estabelecer um critério de identidade para objetos em situações contrafactuais. Ele descarta a tradição descritivista calcada em Frege e Russell. O filósofo abandona a ideia de que o nome de um objeto é sinônimo a um conjunto de descrições sobre este objeto, ou seja, que o nome de um objeto significa tais descrições. Suponhamos um mundo possível onde o Duque de Wellington tenha sido o único amante de Josefina, logo a descrição 'o amante de Josefina de Beauharnais' seria sinônimo do nome 'Duque de Wellington' e se refere a ele. Contudo, no mundo atual, a mesma descrição destaca outro indivíduo, a saber, Napoleão Bonaparte e, dessa forma, a descrição em questão é sinônimo do nome 'Napoleão Bonaparte'. Christopher Hughes, em seu livro *Kripke: Names, Necessity, and Identity*, destaca esse problema.

Alguns filósofos responderam essa dificuldade como a seguir: ao invés de dizer que um nome próprio abrevia ou encobre uma descrição definida singular, deveríamos dizer que um nome próprio está associado com um (possivelmente vago ou transitório) conjunto ou família de (definidas ou indefinidas) descrições. Um nome não é - ou pelo menos não precisa ser, e tipicamente não será - sinônimo com alguma das descrições na família associada a ele; ele refere ao (único) que mais satisfaz, ou com maior peso, daquelas descrições (o único exemplificador da maioria, ou com maior peso, de um dado conjunto de propriedades) (HUGHES: 2004, 3).

Ainda que algumas dessas perguntas possam ser respondidas mediante a reestruturação apresentada na passagem, parece pouco intuitivo e bastante complicado estabelecer quais descrições formam o conjunto (ou família) de descrições de um objeto para que possamos identificá-lo em outros mundos

25 Cf. RECANATI: 1993, 12.

possíveis. Além disso, deveríamos também ser capazes de atribuir diferentes níveis de importância para umas descrições e não outras, ou ainda, comparar quais e quantas descrições são satisfeitas e em que grau elas o são. As dificuldades parecem se acumular frente à tentativa de se adequar o aparato descritivista como alternativa viável para um critério de identidade transmundana. Nesse sentido, Kripke rompe com a tese de que nomes próprios seriam apenas descrições definidas disfarçadas.

Dada a fratura com teses satisfacionais sobre nomes do quadro clássico, o filósofo sugere analisar situações contrafactuais a partir do arranjo fornecido por ele. Consoante à sua noção de rigidez, Kripke afirma que as dificuldades em lidar com a identidade transmundana de objetos, enfrentadas por uma teoria descritivista, podem ser contornadas pela sua perspectiva.

Aqueles que argumentaram que para dar sentido à noção de designador rígido, nós devemos anteriormente dar sentido ao 'critério de identidade transmundana' inverteu o carro e os bois; é *porque* nós podemos referir (rigidamente) a Nixon, e estipular que falamos sobre o que poderia ter acontecido a *ele* (sob certas circunstâncias), que 'identificações transmundanas' não são problemáticas em tais casos (KRIPKE: 1972, 49).

Evidencia-se, portanto, como as dificuldades enfrentadas por uma teoria descritivista se colocam diferentemente para Kripke. Ele defende que é justamente porque estipulamos a referência de um nome que podemos "encontrar" o objeto referido por esse nome em outros mundos possíveis, evitando assim as dificuldades que se colocam para uma teoria descritivista.

Embora o argumento de Kripke seja mais direto e intuitivo para nomes que designam rigidamente, ele também abarca descrições que funcionam como designadores rígidos. O exemplo anteriormente utilizado ilustra bem o caso. A descrição 'a raiz cúbica de 27' é um designador (fortemente) rígido e, como tal, possui o mesmo referente em qualquer mundo possível, a saber, o número 3. O mérito de Kripke em lidar com a identidade transmundana de objetos se deve, principalmente, a dois fatores: i) a recusa de um molde descritivista para o tratamento de nomes; ii) aplicar sua noção de rigidez em situação modais. A tese de que o nome de um objeto do mundo atual se refere ao mesmo objeto numa outra situação possível está diretamente ligada à noção de um designador rígido. Logo, percebemos como o funcionamento das teses kripkeanas apresentadas sobre a

relação de identidade transmudana, possuem um carácter fortemente intuitivo. Seu apelo é ainda maior se comparado ao complexo funcionamento de um modelo descritivista.

2.2.2 Sobre mundos possíveis

Uma outra abordagem sobre mundos possíveis, capaz de lidar com a identidade transmudana de objetos, foi proposta pelo filósofo David Lewis. "Eu defendo uma tese da pluralidade de mundos, ou *realismo modal*, segundo o qual o nosso mundo é um entre muitos" (LEWIS: 1986, 2). Lewis foi o precursor de uma teoria realista de mundos possíveis²⁶. De acordo com ele, mundos possíveis seriam objetos físicos que existem paralelamente ao nosso mundo e não situações contrafactuais estipuladas a partir do mundo atual. Eles seriam realidades alternativas de todas as possíveis formas que o mundo poderia ter sido ou poderá vir a ser. Além disso, mundos possíveis não possuiriam lugar no espaço-tempo, tampouco entrariam em relações causais uns com os outros e, finalmente, seriam independentes porque se encontrariam isolados²⁷. De imediato, percebemos como a noção kripkeana de rigidez não pode servir à teoria de Lewis. Se aceitarmos que mundos possíveis são realidades existentes e independentes da nossa, um objeto que exista no mundo atual não poderia existir noutro mundo possível. Lewis utiliza a relação de contraparte para lidar com a identidade transmudana de objetos. "A relação de contraparte é uma relação de similaridade. Logo, é problemática do modo que todas as relações de similaridade são: é o resultado das semelhanças e dessemelhanças sob vários aspectos, com peso de acordo com a importância dos vários aspectos e os níveis de semelhanças" (LEWIS: 1968, 115).

Nesse caso, a minha contraparte em outro mundo possível deverá possuir características semelhantes às que eu possuo atualmente. Todavia, como mundos possíveis são realidades alternativas e independentes entre si e do mundo atual, a rigor, um determinado objeto tem em cada mundo possível que ele exista, uma contraparte distinta. Contudo, quais seriam os critérios para identificar a contraparte de um dado objeto noutro mundo possível? Lewis defende que a contraparte de um objeto é aquilo que num dado mundo possível mais se assemelha qualitativamente

²⁶ Ver, LEWIS: 1968.

²⁷ Lewis admite que mundos possíveis podem compartilhar apenas e, em carácter duvidoso, universais imanentes (LEWIS: 1986, 2).

ao objeto em questão no mundo a partir do qual é feito o julgamento. Logo, somente em posse de um novo tipo de relação que não de identidade, seria possível, embora problemático, determinar a contraparte de um dado objeto. "A relação de contraparte é nossa substituta para a identidade entre coisas em diferentes mundos" (LEWIS: 1968, 114). Não obstante, Lewis sustenta que existem outros dois importantes critérios: i) o pano de fundo mundano e ii) as crenças da sociedade de um dado mundo possível. A grosso modo, o arranjo lewisiano, apresentado em *Truth in Fiction* de 1978, superficialmente exposto, assume a seguinte forma ao lidar com a verdade em obras de ficção.

Uma sentença da forma "Na ficção f , Φ " é uma verdade não-vazia sse, sempre que w for um dos mundos de crenças coletivas da comunidade de origem de f , então algum mundo onde f é dito ser factual e Φ é verdadeiro difere menos do mundo w , em equilíbrio, do que qualquer mundo onde f é dito ser factual e Φ não é verdade. É uma verdade vazia sse não existem mundos possíveis onde f é dito ser factual (LEWIS: 1978, 45).

De outro modo, para que uma determinada sentença Φ , contida numa obra de ficção f , escrita por um autor num dado mundo possível w , seja verdadeira, i.e., "não-vazia"²⁸, deve existir um outro mundo possível w_1 , tal que este seja menos diferente de w do que um outro mundo possível w_2 . Exige-se ainda que em w_1 f seja factual e não ficcional e que em w_2 a mesma obra também seja factual e a sentença enunciada falsa. Além disso, o pano de fundo de w_1 deve ser o mesmo que de w relativamente à obra, ou seja, a configuração do mundo deve ser igual ao mundo original, de modo a permitir que cada sentença da obra seja verdadeira. Finalmente, Lewis afirma que em w_1 , a obra ser factual deve ser de conhecimento público e estar de acordo com as crenças daquela sociedade. Numa ficção em que um homem tem a habilidade de voar, a sociedade do mundo em questão deve acreditar que homens possuem tal habilidade. No caso em que uma sentença não fosse lastreada pelas crenças da sociedade, então esse é um mundo muito diferente de um outro em que tal obra de ficção pudesse ser factual.

Recusamos a estrutura fornecida por Lewis em prol das teses kripkeanas de rigidez e identidade transmundana já apresentadas. Essa recusa se dá por dois motivos principais, i) o carácter contraintuitivo das teses lewisianas e, ii) a

²⁸ Uma sentença "não-vazia", a rigor, pode ser avaliada como verdadeira ou falsa. O aspecto relevante da citação não está na veracidade da sentença, mas que ela possa ser avaliada pela sua veracidade ou falsidade.

complexidade de formulação dessa alternativa. Entretanto, como ainda não expusemos o tratamento dado por Kripke às sentenças que possuem como um de seus componentes um objeto fictício, faremos outras considerações mais à frente. Assim optamos, pois o desenvolvimento da perspectiva kripkeana sobre esses objetos e as sentenças nas quais figuram só aparece mais substancialmente em VN&FE.

Kripke sustenta uma posição sobre mundos possíveis discordante daquela defendida por Lewis. De acordo com ele, 'Nixon' designa rigidamente o homem que foi presidente dos Estados Unidos em 1970. Entretanto, isso não significa que a descrição 'o homem que foi presidente dos Estados Unidos em 1970' designe rigidamente o homem Nixon, pois numa situação contrafactual dada, outro homem poderia ter sido o presidente dos Estados Unidos em 1970. Dessa forma, embora 'o homem que foi presidente dos Estados Unidos em 1970' designe Nixon no mundo atual, esse poderia não ser o caso, por exemplo, num mundo possível onde Muhammad Ali tenha sido o presidente dos Estados Unidos em 1970. Kripke afirma que o nome 'Nixon' sempre designará o mesmo homem em situações contrafactuais nas quais ele exista, ainda que ele se chamasse de outra forma. Ao passo que a descrição 'o homem que foi o presidente dos Estados Unidos em 1970' não designa rigidamente, como contrafactualmente posto. Em posse desse aparato, o filósofo evita as dificuldades de se estabelecer um conjunto de propriedades necessárias de um objeto singular antes de identificá-lo em outros mundos possíveis. Isso ocorre uma vez que lança-se mão da noção de designador rígido. 'Nixon' é um designador rígido que se refere sempre ao mesmo homem; daí, poderemos estipular que Nixon existe numa dada situação contrafactual em que, talvez, ele tenha sido músico ao invés de político.

Parece certo assumir, a partir de tudo o que foi exposto, que Kripke esboça uma alternativa mais direta e econômica sobre mundos possíveis do que o realismo modal de Lewis. Direta, no sentido de caracterizar mundos possíveis e identificar objetos "transmundanamente". Na posição defendida por Kripke, mundos possíveis são apenas ferramentas epistemológicas, ao passo que Lewis é levado a postulá-los ontologicamente e tudo o que neles se encontra, dada a defesa de uma visão realista sobre mundos possíveis. Aqui, relaciona-se o caráter da semelhança qualitativa que encontramos na teoria lewisiana. Em vista do exemplo de Kripke

sobre 'Nixon', torna-se latente o questionamento acerca desse critério qualitativo escolhido por Lewis. Como definir, de forma intuitiva, qual objeto se assemelha - qualitativamente - mais ou menos para que o denominemos de contraparte? Apesar dos seus apontamentos²⁹, a substituição da relação de identidade por uma relação de contraparte parece não corresponder as nossas praticas discursivas numa linguagem ordinária. A sugestão kripkeana de que mundos possíveis são estipulados parece comportar o que queremos dizer quando utilizamos enunciados modais melhor do que a noção lewisiana de contraparte.

Paralelamente, vimos como uma teoria descritivista, nos moldes apresentados, também enfrenta grandes dificuldades no tratamento de situações modais. Kripke, não por acaso, rechaça teses descritivistas ao lidar com mundos possíveis. O filósofo entende que a melhor forma de trabalhar com cenários contrafactuais é tornando nomes próprios designadores rígidos, uma vez que esse tipo de designação *de jure* está de pleno acordo com a perspectiva, também defendida por ele, de que mundos possíveis são estipulados, não descobertos. Julgamos que o tratamento de nomes próprios apresentado por Kripke em situações modais de identificação transmundana, se mostra como a melhor alternativa capaz de abarcar objetos fictícios na sua análise. Eles são, de certa forma, o alicerce rudimentar de uma teoria artefactual da ficção. Finalmente, como veremos a seguir, é a partir desse pano de fundo que Kripke desenvolve teses mais específicas sobre objetos fictícios, levando-o a considerar "nomes próprios fictícios" como designadores rígidos. Mediante os desdobramentos dessa ideia, encontraremos a estrutura para um teoria artefactual da ficção.

2.3 Aspectos fundacionais em *Vacuous Names and Fictional Entities*

Nesse artigo de 1973, Kripke avança uma série de argumentos sobre objetos fictícios e seu comportamento em situações contrafactuais. Segundo o próprio autor, esse trabalho é um precursor das TJLL³⁰. Ele desenvolve dois pontos de grande importância para nossa empresa, i) a noção de existência como predicado de indivíduos e ii) o que são personagens fictícios e como eles se comportam em

29 Ver, LEWIS: 1968.

30 Cf. nota * na página 52.

situações contrafactuais. Kripke novamente assume uma posição contrária às de Frege e Russell. Dessa forma, inicialmente apresentaremos o tratamento dado por ele à noção de existência em contraposição ao quadro clássico de teses de Frege e Russell. Num segundo momento, abordaremos sua perspectiva sobre objetos fictícios e da possibilidade de referir dos mesmos.

Kripke inicia o artigo se posicionando contrariamente a Frege e Russell em relação ao tratamento de nomes próprios empregados por eles. Ele sugere que ambos autores fornecem soluções insatisfatórias na análise de nomes vazios. Para demonstrar seu argumento, Kripke enuncia a solução dada por aqueles filósofos para o questionamento acerca da existência de Sherlock Holmes. Nesse sentido, ele afirma que para tais autores "(...) dizer que Sherlock Holmes realmente existe é dizer que um ou outra pessoa unicamente satisfaz as condições da história, ou de qualquer forma, a maioria ou o suficiente delas" (KRIPKE: 2011, 53). Conforme já discutido nesse trabalho, esse é um enunciado satisfacional, ou seja, um nome próprio está associado a uma série de descrições contidas num conjunto ou família. Assim, afirmar se é o caso que algo existe é perguntar se essas descrições são instanciadas.

Em seguida, Kripke apresenta um exemplo com o intuito de rechaçar as teses de Frege e Russell. Seu argumento segue a linha divergente, anteriormente mostrada, em N&N. O filósofo sugere que o tratamento satisfacional de enunciados existenciais e nomes próprios deve ser abandonado pois não se sustentam contrafactualmente. A demonstração oferecida por ele utiliza-se do seguinte exemplo. Dado um cenário contrafactual, a pergunta a respeito da existência de Moisés³¹, assumindo uma posição descritivista do tipo Frege-Russell, é interpretada como uma pergunta sobre as descrições desse indivíduo. Assim, vide o exemplo de Nixon, esse questionamento passa a visar os feitos de Moisés (considerando-os como parte das descrições atribuídas a ele). Consequentemente, se em dada situação contrafactual Moisés não instancia tais descrições, devemos admitir que ele não existe. Contudo, como Kripke enfatiza, Moisés poderia ter existido e feito outras coisas diferentes dessas descrições. De outro modo, Moisés poderia nunca ter existido em dado cenário e, ainda assim, os feitos atribuídos a ele terem sido da autoria de outro indivíduo. Portanto, torna-se evidente a dificuldade dessas teorias

31 O indivíduo histórico que também é um personagem bíblico.

em lidar com situações contrafactuais. "Eu acredito então que nesse caso as análises de Frege-Russell devem ser rejeitadas. Especialmente, descrever uma situação contrafactual como uma em que Moisés tivesse ou não tivesse existido não é questionar se alguma propriedade foi instanciada" (KRIPKE: 2011, 54).

A noção de existência enquanto predicado de um objeto singular é o próximo tópico de disputa do filósofo. Seu posicionamento admite que, em certo sentido, a existência é um predicado de um objeto singular. Dessa forma, ele se posiciona contrariamente à tese defendida por Frege e Russell, segundo a qual a existência não pode ser predicado³² de um objeto singular. Ao nos valermos, novamente, da ferramenta dos mundos possíveis, percebemos precisamente o que Kripke quer dizer. O exemplo que ele prontamente apresenta, sugere que num dado mundo possível seus pais poderiam não ter se conhecido. Logo, ele, Kripke, poderia não ter existido. Daí o filósofo sugerir que a existência de um objeto singular é contingente. Aqui, a noção de designação rígida nos serve de auxílio. Como um designador rígido sempre se refere ao mesmo objeto onde quer que ele exista, quando nos questionamos sobre a existência, por exemplo, de Moisés, podemos fazê-lo em relação ao mundo atual ou a outro mundo possível.

Não obstante, de acordo com Frege e Russell, enunciados do tipo 'Sherlock Holmes existe' podem ser interpretados como 'Existe um homem que satisfaz unicamente as condições da história' (KRIPKE: 2011, 53). Kripke deseja, com isso, demonstrar que a existência pode ser entendida como um predicado de objetos singulares. A partir do exemplo mencionado, temos a dimensão de sua proposta. No caso em que uma pessoa satisfaça unicamente as condições das histórias de Sherlock Holmes, por mais esdrúxulo que seja concebê-lo, a solução clássica deveria admitir que essa pessoa é Sherlock Holmes. Contrariamente, pela mesma teoria, seria possível afirmar sobre um indivíduo histórico que ele não existiu, no caso onde o mesmo não satisfaça todas as descrições atribuídas a ele pela história. É o caso da série de exemplos apresentados por Kripke sobre Moisés³³. Como Moisés não foi o autor dos feitos descritos na Bíblia e atribuídos a ele, somos forçados a afirmar que nenhum indivíduo satisfaz as condições atribuídas a ele, ou seja, de ser Moisés. Nesse caso, embora Moisés tenha existido, a teoria nos fornece um resultado equivocado. Além disso, esse resultado é semelhante ao resultado de

32 Ver, Capítulo 1.

33 Cf. Kripke: 2011, 55 nota 9.

personagens lendários que de fato não existiram (KRIPKE: 2011, 56). Paralelamente, percebemos como o arranjo apresentado se mostra contraintuitivo. É um fato evidente para nós que Moisés, conforme o exemplo apresentado, deve ter existido. Ao mesmo tempo, a admissão de que certa pessoa foi Sherlock Holmes parece absurda.

Nesse ponto, cabe mencionar a distinção sugerida pelo filósofo Robert Stalnaker entre i) semânticas descritivas e ii) semânticas fundacionais a fim de melhor elucidar a discussão. De acordo com Stalnaker, uma teoria do tipo (i) é aquela que "(...) atribui *valores semânticos* para as expressões da linguagem, e explica como os valores semânticos de expressões complexas são uma função dos valores semânticos de suas partes" (STALNAKER: 1997, 535). Ele então sugere que a pergunta chave para entender a posição de Kripke em contraposição ao posicionamento de Frege e Russell é aquela que pergunta sobre o valor semântico de um nome. Nesse sentido, a resposta kripkeana sustenta que o valor semântico de um nome é o seu referente. A tese de Kripke rompe com a noção satisfacional de Frege e Russell, segundo a qual o valor semântico de um nome é algo que está entre o nome e seu referente, como um conjunto de descrições. Logo, evidenciando a necessidade de Kripke em romper com o quadro satisfacional de Frege e Russell.

Por outro lado, Stalnaker está preocupado com um outro tipo de questionamento semântico, a saber, o questionamento de caráter fundacional sobre como um nome próprio da forma que é utilizado por um falante adquire o valor semântico que ele tem. A resposta kripkeana se vale da noção de conexão causal entre um nome e seu referente, o que nos leva ao próximo tópico de discussão, a saber, o de uma cadeia causal originada a partir do ato de nomear algo. Segundo Stalnaker, a tese contraposta por Kripke sobre a pergunta fundacional seria menos clara do que na pergunta anterior. "Mas o que parece ser sugerido é que o sentido de um nome é determinado pelas habilidades e disposições do falante para descrever ou identificar um certo indivíduo" (STALNAKER: 1997, 536).

A grosso modo, a distinção apresentada por Stalnaker revela dois aspectos da recusa kripkeana do quadro clássico de teses de Frege e Russell. Num primeiro momento, Kripke rompe com a noção satisfacional de nomes, ou seja, a ideia de que o valor semântico de um nome é dado pelo seu sentido, o que pode ser uma descrição definida ou um conjunto delas. Dessa forma, o indivíduo que instanciasse

tais descrições seria o referente do nome. A discussão modal feita por Kripke mostra porque devemos abandonar essa perspectiva. Por fim, a resposta fundacional kripkeana se conecta à noção de uma cadeia causal entre um nome e seu referente. A noção apresentada por Kripke sugere que um nome adquire o seu valor semântico, i.e., o seu referente (pela pergunta descritiva), mediante um ato de nomear que ocorreria durante uma "cerimônia batismal".

2.3.1 Cadeia comunicacional histórica

A fim de lidar com esse tipo de problema, Kripke afirma que a razão pela qual podemos nos referir a um personagem histórico, a despeito das descrições de feitos lendários atribuídas a Moisés ao longo do tempo, é a existência de uma cadeia comunicacional histórica que nos remete a tal indivíduo. Essa noção coloca ainda mais em xeque os resultados obtidos a partir do quadro clássico de teses, incapaz de diferenciar um personagem histórico numa obra de ficção de um personagem fictício qualquer. Digamos o seguinte, Napoleão é um personagem de uma obra de ficção dada. Nela, esse personagem representa uma sátira do personagem histórico Napoleão. Porque o personagem dessa obra possui algumas características diferentes da pessoa sobre a qual é a história, somos levados a afirmar que 'Napoleão existiu' é falso. Um completo contrassenso. Dessa forma, Kripke nos fornece uma ferramenta capaz de rastrear o referente de um nome e, portanto, negar os resultados obtidos na aplicação de uma teoria descritivista. Além disso, a noção kripkeana de cadeia referencial nos fornece um critério intuitivo no tratamento de objetos fictícios, conforme veremos abaixo.

Agora, faremos uma breve digressão em N&N com o intuito de mostrar a formulação kripkeana da noção de uma cadeia comunicacional. Na segunda conferência do livro, Kripke discute um critério não circular que nos permitiria selecionar o referente de um nome ao utilizá-lo. Nesse contexto, o filósofo pretende determinar um outro critério, diferente da noção descritivista de família de descrições, para mostrar como a utilização de um nome destaca seu referente. Imagine que o referente de 'Artur Conan Doyle' não tenha escrito as aventuras de Sherlock Holmes, mas um primo seu distante o tivesse feito. Segundo a perspectiva descritivista, se o referente de 'Artur Conan Doyle' é sinônimo de uma descrição como 'o autor das aventuras de Sherlock Holmes', então nesse sentido, toda vez

que nós utilizarmos o nome de Doyle, estaríamos nos referindo a seu primo distante. Kripke deseja um critério independente desse tipo de descrição, capaz de explicar como um nome rastreia seu referente. Para tanto, ele sugere que há uma cadeia comunicacional causal que remete um nome ao seu referente. Logo, a partir do momento em que um objeto é nomeado, uma série de interações podem acontecer de modo a transmitir tal nome ao longo do tempo. Uma cadeia histórica causal pode ser utilizada a fim de lastrear a referência de um nome. Dessa maneira, a noção de cadeia causal configura-se como um critério independente e não circular para explicar como selecionamos o referente de um nome. A circularidade mencionada, caracteriza-se pela tentativa de estabelecer a referência de um objeto, por exemplo Conan Doyle, mediante a apresentação de uma definição do tipo, 'Conan Doyle é o homem a que comumente atribuímos a autoria das aventuras de Sherlock Holmes'. A circularidade ocorre por causa do modo como definimos 'Conan Doyle', a saber, 'o homem a quem atribuímos a autoria das aventuras de Sherlock Holmes'. Assim, teríamos o seguinte, 'o homem a quem atribuímos a autoria das aventuras de Sherlock Holmes é o homem a quem atribuímos a autoria das aventuras de Sherlock Holmes'. Em outras palavras, usaríamos uma descrição de um termo na sua definição, o que é característico de uma definição circular.

A noção kripkeana de cadeia comunicacional causal está calcada na ideia de batismo. Kripke afirma que o ato de nomear algo é o momento de batismo desse objeto, i.e., o momento em que se nomeia o objeto. A partir disso, as interações comunicacionais são responsáveis por passar adiante a relação entre o nome e seu referente.

Um esboço de uma teoria pode ser o seguinte: Um 'batismo' inicial acontece. Aqui o objeto pode ser nomeado por um ato ostensivo, ou o referente do nome pode ser fixado por uma descrição. Quando o nome é 'passado de conexão para conexão', o receptor do nome deve, acredito eu, pretender quando ele aprende o nome, usá-lo com a mesma referência do homem de quem ele ouviu o nome (KRIPKE: 1980, 96).

Percebemos então, como Kripke define um critério não circular da relação entre nome e objeto capaz de rastrear a referência do nome. O batismo de um objeto pode ocorrer através de um ato ostensivo, no qual apontamos para algo e o nomeamos, ou mediante uma descrição. O segundo caso pode ser pensado da seguinte forma: imagine que determinada espécie animal assuma um

comportamento anômalo e começa a se jogar de precipícios, levando essa espécie à beira da extinção. Pesquisadores preocupados com esse comportamento, começam a estudar tal espécie e sugerem que a causa dessa anomalia está relacionada a uma bactéria capaz de interferir no controle motor de dada espécie. Nomeiam, então, essa bactéria de 'zumbi'. Após algum tempo, os pesquisadores conseguem provar a hipótese levantada e evitam a extinção dessa espécie. Nesse caso, a descrição 'bactéria capaz de interferir no controle motor de dada espécie' fixa o referente, a saber, a bactéria. Em ambos os casos, tanto no ato ostensivo quanto por descrição, o batismo é responsável por fixar o referente do nome. O esforço explicativo das teses kripkeanas sobre uma cadeia referencial e batismo são fundamentais para o nosso estudo. O desenvolvimento dessas teses é responsável, em grande medida, por uma teoria artefactual da ficção. A partir desse arranjo, teremos uma noção forte e intuitiva sobre como se dá a referência de objetos fictícios.

2.3.2 O fingimento e dois tipos de contexto

Em VN&FE, Kripke enuncia um importante aspecto sobre objetos fictícios, o "princípio de fingimento"³⁴. Para o filósofo, sentenças sobre objetos fictícios não seriam proposições genuínas. Basicamente, ele sugere que as sentenças que aparecem em obras de ficção somente pretendem enunciar uma proposição. O argumento de Kripke condiz com sua tese de que nomes figurando em ficções, de fato não referem a um objeto, mas fingem fazê-lo. Os nomes que aparecem em obras desse tipo funcionariam similarmente aos nomes de objetos reais. Nesse sentido, "(...) presumivelmente faz parte do faz de conta da história que o nome 'Sherlock Holmes' é realmente um nome e realmente possui uma semântica ordinária de nomes" (KRIPKE: 2011, 58). Ele afirma que esses nomes são vazios e interpretá-los de outro jeito seria um erro. Nomes possuem uma função semântica que nomes em obras de ficção fingem exercer. Esse é o princípio de fingimento conforme enunciado por Kripke³⁵.

Consequentemente, o filósofo sustenta a tese, segundo a qual nomes que ocorrem em ficção não possuem referente, eles simplesmente atuam como se referissem. Portanto, as sentenças nas quais eles ocorrem também não

³⁴ No original, *the pretense principle*.

³⁵ O autor credits esse princípio a Frege numa extensa nota. Ver, KRIPKE: 2011, nota 11.

representam proposições genuínas. Elas apenas parecem fazê-lo³⁶. Kripke apresenta uma espécie de prova em que se avalia o caráter genuíno de uma dada proposição e sugere que o resultado das proposições contidas em obras de ficção é diferente do obtido para proposições genuínas.

Particularmente, deveria ser demandado de uma proposição genuína que nós estivéssemos aptos a dizer, de cada mundo possível, se a proposição supostamente expressada pela sentença poderia ou não poderia ter sido verdadeira sob as circunstâncias em questão. Se este teste falha para sentenças em ficções, então elas não expressam proposições genuínas. E para mim esse teste falha para as sentenças em ficções (KRIPKE: 2011, 59).

Nesse sentido, o nome 'Sherlock Holmes' atua como se designasse rigidamente um certo homem, quando de fato não o faz, afirma Kripke. O filósofo admite que indivíduos, i.e., pessoas reais, poderiam ter interpretado o papel de Holmes, mas seria impossível apontar um critério capaz de escolher dentre esses indivíduos qual teria sido, de fato, o personagem fictício. Tampouco, Kripke está disposto a aceitar que o famoso detetive fosse uma pessoa possível, pois não podemos estabelecer contrafactualmente as condições necessárias que corroborem com o caso. Ademais, Kripke defende que se 'Sherlock Holmes' finge designar um objeto rigidamente, então não estamos em posição de apontar a quem o nome designa. Portanto, a posição que ele assume é a de que nomes desse tipo não designam (KRIPKE: 2011, 59).

Todavia, Kripke admite um cenário em que esses nomes sejam não-vazios. "Algumas vezes nós dizemos não que 'Hamlet' é um nome vazio, mas que 'Hamlet' é o nome de um personagem fictício. Isso parece dar ao nome um referente" (KRIPKE: 2011, 62). Com isso, o que ele parece sugerir é que há um contexto em que nomes presentes em ficções possam referir. Segundo ele, personagens fictícios são entidades de um certo tipo que existem no nosso mundo. "Parece que nós quantificamos existencialmente sobre eles quando dizemos, 'Existe um personagem fictício como Hamlet'" (KRIPKE: 2011, 63). O fato de nós quantificarmos existencialmente sobre objetos fictícios é caro a Kripke. Isso talvez explique, em partes, o caráter amplamente intuitivo de suas teses. Ele admite a tese de que existam entidades de um certo tipo para personagens fictícios, exatamente porque essa parece ser uma faceta da forma como nos comunicamos. Em outras palavras,

36 Kripke denomina esse tipo de proposição *pretended propositions*.

o filósofo acredita que temos recursos linguísticos para quantificar sobre objetos desse tipo. E isso não caracterizaria um uso impróprio da linguagem.

Para explicar o modo como essas entidades podem referir, Kripke apresenta a distinção entre dois tipos de contextos para sentenças que ocorrem em ficções. Ele defende uma separação entre contextos internos e externos ocorrendo na obra relevante. Assim, poderíamos afirmar, com tranquilidade, que 'Sherlock Holmes é um personagem fictício' é uma sentença que deve ocorrer fora da obra. Em suas aventuras, Sherlock Holmes jamais é dito ser um personagem. Segundo as obras relevantes, Sherlock Holmes é um homem. Portanto, essa sentença colocada num contexto externo é considerada verdadeira. Contrariamente, se avaliada num contexto interno, a mesma sentença torna-se falsa. Nas obras de Conan Doyle, Sherlock Holmes é um homem, não um personagem fictício.

É importante observar que os chamados personagens fictícios não são pessoas obscuras possíveis. A pergunta sobre sua existência é uma questão sobre o mundo atual. Ela depende se certas obras foram realmente escritas, certas histórias de ficção contadas. O personagem fictício pode ser entendido como uma entidade abstrata que existe em virtude das atividades de seres humanos, da mesma forma que nações são entidades abstratas que existem em virtude das atividades de seres humanos e suas interações (KRIPKE: 2011, 63).

A passagem acima fornece, de forma bruta, a principal tese de uma teoria artefactual da ficção, a saber, a ideia de que o tipo de coisa que personagens fictícios são possui uma conexão direta com atividades intencionais humanas. A noção mencionada, somada à ideia de que uma entidade abstrata pode referir, formam a relação central oferecida por Kripke em VN&FE e que será trabalhada recorrentemente nas próximas seções.

Além disso, o filósofo afirma que sentenças do tipo 'Sherlock Holmes é britânico' são verdadeiras quando avaliadas no contexto interno da obra, ou seja, nas histórias escritas por Conan Doyle, ele afirma que o famoso detetive é britânico. Quando transpomos sentenças desse tipo para o contexto externo, i.e, para fora da obra, Kripke alega que não ser possível avaliá-las visto que as condições contrafactuais que tornariam essas sentenças verdadeiras não podem ser estipuladas. Essa dificuldade está conectada à exigência kripkeana de mundos possíveis. Como dito anteriormente, o filósofo impõe um teste para sentenças que ocorrem em ficções. Com o intuito de estabelecer se uma proposição supostamente

expressa por uma sentença ocorrendo numa obra de ficção é verdadeira ou não, devemos poder dizer sob quais circunstâncias ela seria verdadeira ou falsa numa situação contrafactual. Porque não podemos fazê-lo, sentenças do tipo 'Sherlock Holmes é britânico', avaliadas externamente, falham em designar algo.

No âmbito externo, porém, somos perfeitamente capazes de descrever uma situação contrafactual na qual **o personagem** 'Sherlock Holmes' fosse francês; bastava apenas que Conan Doyle o tivesse feito ao escrever sobre a origem do famoso detetive. Em suma, temos uma análise dual porque sentenças com o nome 'Sherlock Holmes' que ocorrem num contexto interno pretendem se referir a um homem que existe e que tem tal e tal características. Quando ocorrem num contexto externo, elas se referem a um personagem fictício, i.e., a uma entidade abstrata criada por Conan Doyle. Por isso, conseguimos estabelecer cenários em que essa entidade não existisse, ou tivesse tal característica e etc. Kripke, sustenta que "(...) perguntas sobre a existência de personagens fictícios, e outros objetos ficcionais, são perguntas empíricas como outra qualquer, e algumas vezes tem respostas positivas ou negativas" (KRIPKE: 2011, 72).

Finalmente, podemos sustentar que as teses lançadas por Kripke em VN&FE, devedoras, em grande parte, de tópicos levantados por ele em N&N, fundam o alicerce de uma teoria artefactual da ficção. Em virtude do percurso até aqui traçado, temos um panorama geral do avanço proporcionado por Kripke frente ao tratamento clássico de objetos fictícios. Contudo, consideramos que os argumentos e teses discutidas precisam de melhor amarração antes de nos debruçarmos sobre a teoria artefactual de Thomasson. Por isso, discutiremos a seguir ainda outro artigo de Kripke, as TJLL. Nele, o filósofo apresenta uma versão refinada da sua perspectiva sobre entidades fictícias. Assim, esperamos poder fornecer, além das bases, o fio condutor responsável por costurar toda a argumentação kripkeana então exposta.

2.4 Um prospecto artefactual em Reference and Existence: The John Locke Lectures

A série de conferências lecionadas por Kripke em Oxford, no final de 1973, ficaram conhecidas como *Reference and Existence: The John Locke Lectures*. Ressaltamos a peculiaridade com que a transcrição das conferências transitou, desde então, no meio acadêmico, até sua publicação oficial em 2013. É notável que

as seis conferências feitas por Kripke tenham sido publicadas tão tardiamente, apesar da relevância do seu conteúdo. O impacto de algumas posições defendidas por Kripke no decorrer das palestras influenciou profundamente algumas teorias da ficção, sobretudo as que sustentariam uma posição artefactual. No prefácio, o próprio filósofo sugere que sua maior contribuição nessas aulas talvez tenha sido uma ontologia de objetos fictícios (KRIPKE: 2013). Ele remonta a sua obra anterior N&N como fonte de algumas perguntas que deixara sem resposta. Assim, Kripke admitidamente pretende amarrar as teses apresentadas por ele em momentos anteriores que tratam de objetos fictícios.

Transitaremos por toda a extensão do livro a partir da segunda seção. A primeira e segunda conferências tratam majoritariamente da relação entre as teorias de Frege e Russell e da perspectiva defendida por Kripke já em N&N. Abordaremos apenas um tópico discutido em ambas as conferências, mas cuja centralidade é nítida. Não obstante, cabe ressaltar a importância do quadro clássico de teses, bem como da fratura imposta por Kripke em relação a ele. Desse rompimento, possibilitou-se que outros conjuntos de teses tomassem fôlego e, daí, uma nova gama de teorias pôde surgir.

Trataremos abaixo a noção de 'tipo natural', introduzida por Kripke já em N&N. Optamos por apresentá-la somente agora, pois sua relevância para nós depende em grande parte do que foi exposto na seção anterior. Assim, pensamos que nossa empreitada possui uma organização mais palatável do que no caso em que apenas tivéssemos seguido uma cronologia linear para apresentar as teses kripkeanas. Na segunda seção, fizemos uma breve digressão para esse propósito. Aqui, no entanto, isso não será necessário, pois Kripke trata a noção em questão num panorama maior do que o de N&N. Em outras palavras, a noção tratada adiante se conecta com teses não apenas de N&N, mas também de VN&FE e das próprias TJLL.

A ideia na qual se baseia a noção kripkeana de 'tipo natural' é a de que substâncias como ouro e a água, bem como espécies de animais ou plantas formam, entre seus particulares, um tipo natural. Kripke sugere que um tipo natural funciona como uma espécie de nome para um tipo de coisa. Ouro, por exemplo, é o nome dado para a substância com tal e tal propriedades, sendo uma delas, a propriedade de aparentar ser amarelo. O filósofo sugere o seguinte cenário: imagine que se descubra que ouro, na verdade, é azul e só aparentava ser amarelo devido a

uma distorção ótica. Assim, o elemento conhecido como ouro não possuiria a qualidade de ser amarelo, mas de ser azul. Nesse caso, uma teoria descritivista seria levada a sustentar a ideia estapafúrdia de que não existe ouro, mas uma outra coisa com as mesmas características atribuídas ao ouro, a exceção da cor que reflete. Kripke defende que tal substância continuaria sendo ouro, mas que nossas informações sobre ela foram modificadas. A discussão em torno da noção de 'tipo natural' visa possibilitar uma interpretação intuitiva sobre termos como 'dragão' e 'unicórnios'. Ainda, o que o filósofo pretende mostrar é que existe uma distinção entre objetos fictícios e objetos lendários, ou míticos, como no caso de unicórnios e dragões.

Para tanto, Kripke afirma que um objeto só participa de um tipo natural se ele compartilha a estrutura interna desse tipo. Logo, ouro de tolo não pode ser ouro, da mesma forma que um outro animal que tivesse sua aparência externa muito semelhante a de um tigre não seria um tigre. Nesse sentido, características externas não são suficientes para colocar num mesmo tipo natural coisas que são incrivelmente parecidas mas que não possuem a mesma estrutura interna. Assim, a discussão sobre os termos supramencionados é abordada. Quando colocados sob uma perspectiva modal, espécies míticas devem obedecer às demandas impostas por Kripke em VN&FE. Portanto, se desejamos afirmar que 'Unicórnios poderiam ter existido', devemos dizer em quais circunstâncias eles teriam existido. O mesmo para dragões e outros objetos desse tipo. Dessa forma, o autor se vale das descrições sobre esses mitos. Segundo ele, não há nesses mitos uma descrição da estrutura interna dessas espécies. Portanto, mesmo que uma descoberta arqueológica de uma espécie de aparência similar a de cavalos que exibissem um chifre na cabeça fosse feita, não seria o caso que tal espécie fosse unicórnios. A menos que o mito nos fornecesse uma descrição da estrutura interna desses animais e que pudéssemos compará-la com a da espécie descoberta, não é o caso que unicórnios poderiam ter existido. No entanto, Kripke sugere uma alternativa em que poderíamos afirmar com razão 'Unicórnios poderiam ter existido'. Para isso, a literatura relevante sobre esse mito deveria descrever, contrariamente ao que pensamos, um fato.

A comparação com Sherlock Holmes parece inevitável. Imediatamente percebemos a semelhança. Tampouco é possível afirmar, contrafactualmente, em quais circunstâncias Sherlock teria existido. Como vimos, afirmar a existência de

Sherlock Holmes enquanto uma pessoa qualquer, não pode ser o caso. Ele é um personagem de uma obra de ficção. Embora possamos fazê-lo se o considerarmos um objeto fictício. Dessa forma, avaliamos a entidade fictícia criada por Conan Doyle; daí a importância da cadeia referencial formulada por Kripke. É porque podemos traçar a origem de Holmes que podemos afirmar sua existência enquanto objeto fictício. Assim, o filósofo sustenta que o uso de um tipo natural como 'unicórnio' deve ser análogo ao uso do nome 'Sherlock Holmes'. Dessa forma, embora 'unicórnio' e 'dragão' pretendam ser tipos naturais e não um nome, sua função semântica é análoga a de 'Sherlock Holmes'.

Minha perspectiva é que a linguagem ordinária quantifica sobre o reino de entidades fictícias e mitológicas. Elas não existem, de certo modo, automaticamente: isto é, elas não são *meinonguanas* no sentido de qualquer coisa que é um objeto de pensamento existe em algum sentido de segunda-classe. Ao contrário, é uma pergunta empírica se existe ou não existe tal e tal personagem fictício. Existiu um personagem fictício ou lendário que casou com sua avó? (Existiu, claro, um famoso que casou com sua mãe.) Se existiu, isso será verdade em virtude das obras de ficção ou lendas relevantes escritas, ou pelo menos contadas oralmente, ou alguma coisa do tipo. Se tal obra de ficção existe, então o personagem fictício existe (KRIPKE: 2013, 71).

A tese kripkeana contida na passagem acima é primordial para uma teoria artefactual da ficção. Ela refina uma outra passagem, anteriormente citada³⁷, de VN&FE. O fato de atrelar a existência de um personagem fictício à produção intelectual humana, torna-se um forte critério avaliativo. Soma-se a isso, a noção de cadeia referencial causal e a tese de que existência é um predicado. O aparato kripkeano parece formidável quando comparado ao quadro clássico discutido no Capítulo 1 deste trabalho. Kripke ainda sustenta a tese, segundo a qual é possível afirmar que existe um personagem fictício dentro de uma obra de ficção. Imagine o seguinte, em uma das aventuras de Sherlock Holmes, Conan Doyle escreve sobre como Holmes lia compenetradamente no trem, um livro cujo personagem principal era um homem chamado 'Fulano'. Nesse caso, Fulano é um personagem fictício somente num contexto interno à obra, no qual Holmes é um homem. Em contrapartida, num contexto externo à obra, Fulano não é um personagem fictício do mesmo modo que Sherlock Holmes. Kripke denomina esses tipos de personagens como duplamente fictícios³⁸. Podemos afirmar, sobre o mundo real, a existência de

37 Cf. página 51: (KRIPKE: 2011, 63).

38 No original, "*fictional* fictional character"(KRIPKE: 2013, 73).

um personagem duplamente fictício chamado Fulano. Contudo, um personagem duplamente fictício como Fulano não pode referir da mesma forma que Holmes. Falta uma cadeia referencial. No nosso exemplo, Conan Doyle apenas cita a obra e o personagem 'Fulano', ele não escreve sobre essa obra, tampouco sobre Fulano.

Logo, o que Kripke sustenta com esse arranjo é que personagens meramente inventados por nós em situações das mais diversas, numa história para acalmar um filho ou numa brincadeira qualquer, não funcionam como personagens fictícios figurando em obras de ficção. A despeito do fato de ser completamente possível rememorar uma ou mais dessas criações, como não há um registro histórico, mesmo que uma tradição oral, como levanta Kripke, não é possível traçar uma cadeia referencial do personagem até o ato criativo. Portanto, personagens criados em situações como essas não configuram um tipo de entidade fictícia. Se fosse este o caso, a ontologia kripkeana de objetos fictícios seria tão absurda quanto a meinonguiana.

Para defender a amarração até aqui exposta, Kripke sugere que há dois tipos de predicação sobre um personagem fictício. O primeiro tipo de predicação, parece se conectar ao contexto externo da obra, i.e., 'Sherlock Holmes é discutido em muitos trabalhos acadêmicos' é um tipo de enunciado que está fora da obra relevante. Melhor dizendo, o predicado 'é discutido em muitos trabalhos acadêmicos' se refere ao personagem fictício no contexto externo à obra. De outro modo, o predicado do enunciado 'Sherlock Holmes é britânico', a saber, 'é britânico', parece caracterizar Holmes de maneira interna aos escritos relevantes. Kripke pretende evitar a confusão entre esses tipos de predicação. Segundo ele, no segundo tipo de enunciado, 'Sherlock Holmes é britânico', existe, conectado ao predicado, um prefixo do tipo 'de acordo com a história'. Já no primeiro caso, o enunciado é interpretado diretamente. Desse modo, o enunciado 'Sherlock Holmes é discutido em muitos trabalhos acadêmicos' se avaliado internamente à obra, i.e., atrelado a um prefixo 'de acordo com a história', é falso. Pois na história Sherlock Holmes não é discutido em nenhum trabalho acadêmico. Com isso, Kripke sustenta que em casos onde personagens históricos figuram em obras de ficção, mas sua descrição não condiz com a realidade, devemos aplicar esse tipo de prefixo. De acordo com ele, quando nos deparamos com situações como essa, somos levados a avaliar as sentenças em que tal personagem histórico aparece de forma direta, i.e., fora da história.

Portanto, uma história de ficção em que Napoleão, o personagem histórico, é dito ser chinês, deve-se utilizar tal prefixo. Caso contrário, todas as sentenças nessa obra sobre Napoleão, diferentes dos registros históricos, deveriam ser consideradas falsas, mesmo que claramente tratadas como verdadeiras na obra relevante.

Kripke reitera a distinção apresentada acima na Conferência V. O autor afirma haver dois tipos de predicados aplicados à objetos fictícios. O primeiro tipo, denominado por ele de '*out-and-out*', relaciona-se às características do próprio objeto fictício, i.e., do personagem fictício. Noções como 'ter sido inventado por', 'ter sido criado em tal ano', 'figurar em mais de um livro' e etc, são predicados *out-and-out*. Esses predicados, conforme o parágrafo anterior, são predicados que parecem ter uma interpretação direta. Em outras palavras, predicados sobre entidades fictícias se referem ao personagem fictício em questão. Assim, seria um contrassenso, para Kripke, analisar sentenças com esse tipo de predicado numa perspectiva interna à obra. De outro lado, se encontram os predicados que são atribuídos ficcionalmente na obra ao personagem. O ano de criação do monstro Frankenstein, ficcionalmente, se refere ao que é dito na obra, e não ao ano em que o personagem fora criado por Mary Shelley (KRIPKE: 2013, 104).

Na Conferência VI, Kripke distingue dois níveis de linguagem para evitar confusões no tratamento dos tipos de predicados anteriormente expostos. O filósofo está especialmente interessado em enunciados de existenciais negativos. "Então o problema realmente é tão agudo para predicados de um certo tipo, aqueles introduzidos por nomes fictícios de espécies, assim como para termos" (KRIPKE: 2013, 145). O apontamento feito por Kripke visa dois tipos de enunciados de existenciais negativos: para termos singulares, 'Sherlock Holmes não existe'; e para tipos (naturais), 'Unicórnios não existem'. Contudo, o problema mostrado por Kripke só existe para objetos fictícios, em outras palavras, um enunciado como 'Conan Doyle não existiu', embora falso, não se configura como um problema. Essa diferenciação se deve ao uso de nomes genuínos e nomes vazios. 'Conan Doyle' é um nome genuíno e, por isso, suporta o teste contrafactual sugerido por Kripke. 'Sherlock Holmes' atua como um nome, finge ou pretende sê-lo, mas de fato não é. Dado que Sherlock Holmes não é uma pessoa atual com as características atribuídas a ele pela história, o problema persiste. A que atribuímos não-existência quando enunciamos 'Sherlock Holmes não existe'?

Pelo que vimos anteriormente, um personagem fictício é uma entidade abstrata e existe no mundo atual. Logo, se a resposta à pergunta anterior dissesse que atribuímos não-existência a personagens fictícios, estaríamos erroneamente utilizando o aparato kripkeano. Em tal arranjo, personagens fictícios existem e, portanto, não poderíamos atribuir não-existência a eles. Então a resposta não pode compreender personagens fictícios. Kripke sugere duas análises distintas para tais enunciados. Uma primeira maneira de lidar com esses enunciados seria distinguir dois níveis de linguagem em que eles figuram. Outro modo, seria uma análise metalinguística dos mesmos. Porém, Kripke descarta ambas as análises por ele sugeridas em virtude dos problemas enfrentados por elas. Apresentaremos tais análises e discutiremos as dificuldades que se impõem a elas, com o intuito de clarear os apontamentos finais do filósofo.

O filósofo afirma que trabalhamos com dois níveis linguísticos quando fazemos enunciados sobre objetos fictícios. Num primeiro momento, anterior à criação da entidade artefactual, Kripke afirma que nos encontramos num nível linguístico mais básico. O nível mais básico é aquele no qual o autor cria o personagem, i.e., é o momento em que 'Sherlock Holmes' ainda é um nome sem referência. Conforme visto anteriormente, sob certo aspecto, o nome de um objeto fictício apenas atua como um nome próprio genuíno. Ele finge referir, embora de fato não o faça. Dessa forma, enunciados acerca desses nomes se encontrariam no nível mais básico. Logo, enquanto a entidade fictícia ainda não existe, as proposições em que o personagem aparecem não podem ser genuínas. Kripke defende a ideia de que devemos tratar esses tipos de situações como o momento criativo do autor. Portanto, a despeito do nome, nesse caso, realmente não referir, é nesse momento em que o autor cria a referência para o personagem fictício, a saber, uma entidade fictícia.

Uma vez empregado o aparato kripkeano da ontologia de objetos fictícios, teríamos uma extensão do nível linguístico mais básico que aponta Kripke. Assim, sentenças como 'Sherlock Holmes não existe realmente, ele é apenas um personagem fictício' (KRIPKE: 2013, 148), são falsas na medida em que Sherlock Holmes, enquanto personagem fictício, possui existência. A confusão surge, segundo Kripke, porque uma sentença desse tipo mistura os níveis linguísticos mencionados por ele. O filósofo pretende, com isso, dirimir as confusões sobre

enunciados que transitam entre os níveis linguísticos mencionados. Kripke está ciente de que essa dificuldade requer atenção e, por isso, estabelece uma distinção entre níveis. De acordo com ele, parte da sentença acima, 'Sherlock Holmes não existe (...)', incide sobre o fato de que não há uma pessoa a quem o nome se refira. Contudo, a segunda parte, '(...) ele é apenas um personagem fictício', utiliza o nome 'Sherlock Holmes' para se referir ao personagem fictício. Mas como vimos, tal personagem fictício existe. Dessa forma, Kripke sugere que a negação da existência surge em paralelo com a caracterização "fictício", enquanto somente ao "real" pode-se atribuir existência. Então, a primeira parte da sentença nega a existência de Sherlock Holmes porque o mesmo não é uma pessoa real. Ao passo que a segunda metade destaca outro tipo de coisa, i.e., o personagem fictício ao qual a existência pode ser tampouco atribuída.

Eu suspeito de uma perspectiva que toma a negação da existência como significado de 'fictício' ou 'não real'. Primeiramente, quando alguém diz 'Suponha que Moisés nunca tenha existido' ou 'Suponho que Napoleão nunca tenha existido', ela não quer dizer 'Suponha que Moisés (Napoleão) tenha sido apenas um personagem fictício'. Ela não diz isso de modo algum. Napoleão não poderia ter sido apenas um personagem fictício, mais do que um número primo (KRIPKE: 2013, 149).

Pela passagem acima, percebemos porque Kripke recusa o primeiro tipo de análise. A sentença usada como exemplo nos serve novamente. Parece que em 'Sherlock Holmes não existe, ele é apenas um personagem fictício', a não existência de Sherlock Holmes seria uma consequência do fato de que tal nome figura em obras de ficção. Kripke é enfático ao problematizar esse ponto. Podemos dizer que tal-e-tal pessoa não teria existido sem, com isso, querer dizer que numa situação contrafactual em que tal-e-tal pessoa não existisse ela seria um personagem fictício.

Kripke ainda explora outras facetas problemáticas de uma análise desse tipo. Como vimos, o segundo nível linguístico tratado pelo filósofo, onde se aplica sua ontologia de objetos fictícios, é meramente uma extensão do nível mais básico. Por isso, ele defende que mesmo na ausência de uma ontologia de objetos fictícios, enunciados existenciais de termos singulares continuariam legítimos. Logo, 'Sherlock Holmes não existe' significaria, tão somente, que não há nenhuma pessoa a qual esse nome se refere. "Mesmo que nós não tivéssemos uma ontologia de objetos fictícios na nossa linguagem, alguém ainda poderia dizer perfeitamente que não há tal pessoa como Hamlet. Não é preciso um tipo extra de entidade, ou assim

pareceria intuitivamente, apenas para dizer aquilo" (KRIPKE: 2013, 150). Uma ontologia de objetos fictícios seria desnecessária se sua única função fosse permitir a atribuição de existência aos nomes de personagens fictícios. De outro modo, a mera asserção desses enunciados seria contraintuitiva, ou seja, demanda-se uma ontologia de objetos fictícios a fim de negar a existência de um outro tipo de coisa simplesmente porque a negação existencial está atrelada a esse tipo de objeto.

Uma última dificuldade para essa análise é levantada por Kripke. Em situações que envolvem personagens fictícios e personagens duplamente fictícios, a análise em questão se mostra inaceitável. O argumento para tal rejeição é apresentado pelo filósofo da seguinte forma. A fim de fornecer uma distinção entre a existência de personagens fictícios e os duplamente fictícios, poderíamos estabelecer uma tipificação sobre o tipo de objeto em análise. 'Seres humanos', 'filósofos' e 'personagens fictícios' configuram, cada termo, uma tipificação distinta. Nesse sentido, Kripke afirma que sob a tipificação de 'personagens fictícios', por exemplo, teríamos os personagens fictícios reais e os personagens fictícios não reais, ou seja, Sherlock Holmes e Fulano. Em seguida, diríamos que um objeto existe se ele se encaixa sob tal tipificação, caso contrário, ele não existe. Assumindo a tipificação 'personagens fictícios', deveríamos dizer que Sherlock Holmes existe, mas Fulano não. Todavia, poderíamos sugerir outra tipificação, a saber, 'personagens duplamente fictícios'. Desse modo, deveríamos dizer que Fulano existe, mas Sherlock Holmes não e assim sucessivamente. Logo, percebemos a dificuldade levantada por Kripke. Em posse desse tipo de arranjo, poderíamos estabelecer tipificações tais que nos permitissem dizer de qualquer objeto que ele existe. Um aspecto desagradável para a configuração das teses kripkeanas apresentadas nesse trabalho.

Adiante, Kripke mostra porque também devemos rejeitar uma análise metalinguística para enunciados existenciais de termos singulares (ou existenciais negativos). O primeiro problema elencado por ele, remete à dificuldade dessa análise em lidar com situações contrafactuais. Para negar a existência de um objeto metalinguisticamente, deveríamos dizer que tal objeto não possui um referente. Portanto, não existe uma referência para seu nome. Consequentemente, numa situação contrafactual em que se afirma que um determinado objeto atual não existe, o que de fato fazemos é afirmar que o nome desse objeto não possui referência.

Porém, salienta Kripke, poderia ser o caso que o nome de tal objeto nunca tivesse sido usado, atribuído a nada e, embora seja correto afirmar que o nome não refere, seria um equívoco fazer afirmação similar sobre dado objeto. Talvez, nessa situação, o objeto exista, apesar de não ter sido nomeado diferentemente.

O modo como apreendemos a não-existência de um objeto é outro problema enfrentado por uma análise metalinguística. O exemplo utilizado por Kripke é brilhante³⁹. A grosso modo, ele descreve uma situação tal em que uma pessoa se depara com um nome, escrito num papel, e questiona a outrem se aquilo é um nome. No exemplo, o nome utilizado é um nome vazio, a saber, 'Papai Noel'. Então, a outra pessoa responde que aquilo não é um nome, já que não possui referente (como exposto anteriormente, para algumas teorias a função semântica de um nome se resume a referir). Em contrapartida, sugere Kripke, quando um pai diz para uma criança que 'Papai Noel, de fato, não existe', o que essa criança apreende é muito diferente do que simplesmente "o nome 'Papai Noel' não possui referência". Assim, se a criança um dia afirmar 'Papai Noel não existe', ela utiliza o nome ao invés de simplesmente mencioná-lo; como no primeiro caso. Na junção dos dois casos, Kripke afirma que a pessoa a qual o nome 'Papai Noel' era desconhecido aprende meramente que o nome não possui referente. Diferentemente da criança, pois ela aprende, de fato, que Papai Noel não existe. O filósofo também afirma que a pessoa do primeiro caso poderia julgar que a criança usa o termo diferentemente dela, uma vez que para essa pessoa Papai Noel existe.

As dificuldades se acumulam quando Kripke submete a análise metalinguística a outra prova, a saber, no tratamento de discursos indiretos. Numa análise desse tipo, o enunciado 'Os tupi-guarani acreditavam na existência de Tupã' significa que os tupi-guarani acreditavam que 'Tupã' possui um referente. Contudo, talvez o nome utilizado pelos tupi-guarani não fosse 'Tupã'. E, portanto, o nome 'Tupã' não possuiria um referente. De acordo com o argumento kripkeano, o enunciado seria 'Os tupi-guarani acreditavam na existência de uma deidade que possui o mesmo referente que 'Tupã'', conforme a análise em questão. Kripke rechaça tal rearranjo. Mas como poderiam os tupi-guarani acreditar na 'existência de uma deidade que possui o mesmo referente que 'Tupã'', se eles desconhecem o nome 'Tupã'? A dificuldade então vem à tona.

39 Ver, KRIPKE: 2013, 153.

Uma análise metalinguística, portanto, revela-se difícil e contraintuitiva. Características que nossa dissertação pretende evitar na escolha de uma teoria da ficção. Finalmente, Kripke faz apontamentos para a solução desses problemas. "Parece-me ser um problema genuíno e não resolvido - talvez o mais difícil da área" (KRIPKE: 2013, 155), afirma o filósofo sobre enunciados existenciais que envolvem objetos fictícios. A perspectiva sugerida caminha na seguinte direção. Ao invés de nos reportarmos a um "nome real", mediante uma análise de predicados, ou ao referente de um nome, tendo em vista uma análise metalinguística, o que avaliamos são as proposições expressas. Enunciados desse tipo são verdadeiros se é o caso que existe um proposição verdadeira sobre o que expresso pelo enunciado. De outro modo, i.e., quando não há uma proposição verdadeira, o enunciado é falso. O apontamento final feito por Kripke, sugere que enunciados existenciais sobre termos singulares podem ser interpretados da seguinte maneira: 'Não existe uma proposição verdadeira segundo a qual Sherlock Holmes está nesta sala'. Dessa forma, ele evita a necessidade de trabalhar diretamente com a interpretação de enunciados como 'Sherlock Holmes existe' ou 'Sherlock Holmes não existe'. Ao empregarmos essa sugestão, a veracidade ou falsidade de um enunciado passa a avaliar a existência de proposições e não de objetos fictícios, muito embora essas proposições possam ser sobre tais objetos. Kripke admite o caráter superficial de sua alternativa, mas afirma sua preferência por ela em relação às demais discutidas.

2.5 Considerações finais sobre o arranjo kripkeano

Em linhas gerais, esse capítulo pretendeu apresentar as teses lançadas por Kripke sobre objetos fictícios. A relação temporal das obras tratadas deve ser agora mencionada, dado que o desenvolvimento das teses apresentadas em N&N já se revela em VN&FE e é retomado em TJLL. As conferências transcritas em N&N datam de Janeiro de 1970, sendo que a primeira edição delas é de 1972. Três anos mais tarde, em Março de 1973, Kripke escreve VN&FE. E, no final desse ano, ele ministra as conferências contidas nas TJLL. É importante notar o pouco espaço de tempo entre obras tão distintas, cada uma a sua maneira. N&N é considerado um clássico por vários motivos, talvez o principal deles seja o rompimento com o quadro clássico de teses. Nesse sentido, o encontro com algumas dessas teses era inevitável nesse capítulo; ainda que o Capítulo 1 tenha se debruçado sobre elas.

Sobretudo, Kripke se contrapõe a Frege e Russell. Por isso, eventualmente tivemos que abordar temáticas difundidas por esses filósofos.

Em VN&FE, Kripke avança algumas teses originadas em N&N. Destacamos a noção de existência enquanto predicado e o problema da referência de objetos fictícios. Mais do que isso, ele próprio afirma que o artigo foi um precursor das TJLL. É possível notar essa influência em algumas passagens que estão presentes, quase na sua integralidade, em ambas as obras. Ademais, VN&FE caracteriza-se como uma obra de transição em que Kripke reapresenta teses de N&N, mas ao mesmo tempo se propõe outras discussões. São essas as discussões que ele retoma mais tarde em Outubro de 1973. Não obstante, essa retomada não é uma pura e simples repetição das teses apresentadas. Ela propicia um refinamento ímpar que resulta nas TJLL.

É perceptível como a última obra de Kripke tratada por nós, é a parte mais substancial desse capítulo. Sua importância é reverenciada por diversos estudiosos da área. Aliada ao conteúdo da obra, a sua tardia publicação - 40 anos! - tornou-se uma característica singular dessas conferências. A filósofa Amie Thomasson, autora de *Fiction and Metaphysics*, obra que discutiremos no próximo capítulo, faz o seguinte comentário acerca das TJLL.

Durante décadas obter uma cópia dessas conferências tem sido um busca sagrada para filósofos trabalhando com a ficção. É um marco tê-las agora publicamente disponíveis, pois podem receber a atenção crítica - e exercer todo o impacto - que elas merecem. Esse volume será leitura essencial para qualquer um que trabalhe com discurso fictício, com asserções não existenciais, a ontologia fictícia, e questões próximas. Certamente será uma grande influência nos trabalhos dessas áreas nas próximas décadas. (THOMASSON, A. In: KRIPKE, 2013, contracapa).

Evidencia-se, portanto, a importância dessa obra e tudo o que ela representa no estudo de objetos fictícios. Ao tratarmos essas conferências, foi nosso intuito aprofundar as teses kripkeanas apresentadas nas seções anteriores. A multiplicidade argumentativa de Kripke, embora seja definitivamente uma de suas virtudes filosóficas, talvez tenha sido um empecilho para que confeccionássemos um texto mais acessível e menos formal. Todavia, a despeito do enorme peso das teses refinadas por Kripke em TJLL e dos apontamentos finais feitos pelo autor, não é possível destacar uma teoria completa sobre objetos fictícios. São várias as teses relevantes que o filósofo cunha. Também são várias as discussões propostas por ele

contra o quadro clássico de teses, onde introduz elaborados argumentos. Por tudo isso, tratamos o conjunto de teses kripkeanas sobre objetos fictícios como um arranjo. Assim, é possível afirmar desse arranjo, a enorme influência causada nas mais diversas teorias de ficção posteriores a ele.

Finalmente, entendemos que o arranjo oferecido por Kripke é o lugar fundacional do tipo de teoria que acreditamos ser o melhor meio de lidar, rigorosamente, com objetos fictícios. Nas obras aqui tratadas, mostra-se latente o caráter inovador das teses desse filósofo ao se contrapor a tradição filosófica relevante. Enfatizamos, reiteradamente, a intuitividade de muitas de suas teses, o que foi diversas vezes mencionado, sendo esta uma característica extremamente cara para o nosso trabalho. Kripke evidencia a principal razão pela qual defendemos essa faceta intuitiva. O uso de objetos fictícios em enunciados está presente em nossa linguagem ordinária. Portanto, nada mais justo que tratar os problemas sobre esses objetos da maneira mais acessível sempre que pudermos fazê-lo. Assim, finalizamos o segundo capítulo, em que tentamos esboçar o colossal arranjo kripkeano contra o quadro clássico de teses. Uma última observação deve ser feita. Retomaremos a metodologia utilizada no primeiro capítulo ao longo do próximo. Poderíamos supor as respostas de Kripke para as sentenças lá trabalhadas – o que fizemos, mas é Thomasson quem nos dá a teoria cujo emprego de suas ferramentas apresentam os resultados que queremos.

3 A TEORIA ARTEFACTUAL DE AMIE THOMASSON

3.1 Introdução

Todo o caminho percorrido nesta dissertação pretendeu apenas como base teórica para os diversos tópicos a seguir. No Capítulo 1, apresentamos as teorias relevantes que foram responsáveis pelo impulso inicial da discussão sobre objetos fictícios e mostramos porque elas eram insatisfatórias. Durante o Capítulo 2, levantamos as principais teses desenvolvidas desde o quadro clássico de teses e defendemos uma teoria que seguisse tal caminho. Nesse capítulo final, o Capítulo 3, trabalharemos a teoria thomassiana presente em *Fiction and Metaphysics*⁴⁰. Nosso interesse foi, desde o início, estabelecer um pano de fundo que nos permitisse trabalhar a teoria proposta por Thomasson no seu livro publicado em 1999. Assim, dividiremos esse capítulo de acordo com os tópicos discutidos anteriormente a fim de apresentar a posição de Thomasson sobre eles. Não obstante, quando se fizer necessário incluiremos novos aspectos relevantes para uma teoria artefactual da ficção. É importante ressaltar a influência de Kripke em muitas das teses apresentadas por Thomasson. Porém, nos cabe informar ao leitor que a filósofa só teve contato com as TJLL pouco antes da publicação de FM⁴¹. Portanto, a despeito da nítida influência do arranjo kripkeano, a teoria de Thomasson não se pretendeu, em momento algum, estabelecer-se como um desenvolvimento do mesmo.

3.2 Sobre objetos fictícios

Em FM, a filósofa norte-americana, Amie Thomasson, já nas primeiras páginas do livro nos fornece uma definição⁴² sobre objetos fictícios. Segundo a autora, o tipo de coisa que são objetos fictícios é aquele a qual pertencem personagens que figuram em obras de ficção, como Sherlock Holmes, Ford Prefect e Kvothe. Também de início, ela aponta outra faceta desses objetos, a saber, o fato

40 'FM', de agora em diante.

41 Comunicação pessoal do dia 04/08/2015, "(...) *Fiction and Metaphysics* foi completamente escrito antes de eu ter a oportunidade de ler as *The John Locke Lectures* de Kripke (já que elas não tinham sido publicadas). Um dos avaliadores de F&M disse que eu deveria fazer referência e comparar a Kripke, então naquele momento eu me esforcei e rastreei uma cópia, e adicionei uma breve discussão no último minuto".

42 Note que essa é *uma* definição dada por Thomasson. Outras mais refinadas aparecerão ao longo da obra.

de os tratarmos corriqueiramente como entidades criadas por nós - seres humanos. Nesse sentido, percebemos como a perspectiva inicial de Thomasson possui uma configuração que pressupõe o entendimento das discussões realizadas nos capítulos anteriores. Sua posição é certamente devedora de Kripke, embora não seja apenas uma releitura do quadro (não finalizado) que ele nos ofereceu. O ponto de partida de Thomasson foi o nosso ponto de chegada no segundo capítulo. Por isso a necessidade de todo o esforço expositivo realizado nos capítulos anteriores.

A linha argumentativa proposta por Thomasson sugere que, uma vez criados, objetos fictícios continuam a existir independentemente de outros atos criativos de seu autor. Inclusive eles podem viver - e normalmente o fazem - mais do que seu criador. Mas como é possível que um personagem exista por mais tempo que seu autor e independentemente de outros atos criativos dele? A resposta parece bastante intuitiva, uma vez que está diretamente conectada à forma pela qual nos relacionamos com esse tipo de objeto, ou seja, pelo intermédio de uma cópia física da obra, um livro. Como o mesmo livro pode ser reimpresso e possuir inúmeras edições, sua existência tende a ultrapassar a de seu autor.

Percebemos como Thomasson está preocupada em elucidar rigorosamente o processo de criação de um objeto fictício. Sua empreitada parece estabelecer diferentes pontos de conexão entre um objeto fictício e seu modo de existir. A filósofa sustenta a noção de que personagens fictícios estão atrelados a uma série de tipos de dependência. Suscitamos dois tipos até agora: i) a dependência do ato criativo de seu autor e ii) a dependência física da obra. Ela atribui ainda um terceiro tipo de dependência a objetos fictícios: de um leitor competente da obra em que figuram. Esse é o cenário inicial com o qual nos deparamos em FM. A partir disso, Thomasson trabalha critérios para as relações de dependência de objetos fictícios e para os tipos dessas relações.

3.2.1 Tipos de dependência

Com o intuito de atribuir um *status* ontológico a objetos fictícios, Thomasson atrela esses objetos ao mundo que nos cerca mediante uma série de tipos de dependência. Sua argumentação enuncia, primeiramente, de quais formas um objeto fictício depende de outras entidades mundanas. Em seguida, ela apresenta a estrutura dessas relações de dependência, i.e., as características de cada relação

de dependência enunciada. Seguiremos o argumento thomassiano para que o leitor se familiarize com o arranjo artefactual sobre objetos fictícios.

Thomasson sugere que as relações de dependência podem ser rígidas ou genéricas. Relações de dependência rígidas seriam aquelas que envolvem uma entidade particular. Por outro lado, as relações genéricas envolveriam apenas um tipo particular. Então, A filósofa elenca dois tipos de dependência: i) dependência constante e ii) dependência histórica. "A noção mais forte e central de dependência é aquela de dependência constante, na qual ' α é constantemente dependente de β ' pode ser amplamente definido como 'necessariamente, sempre que α existir, β existe'" (THOMASSON: 1999, 30), afirma a autora sobre o tipo de dependência constante. Outro tipo de dependência tratado por Thomasson é a dependência histórica. Segundo ela, essa relação ocorre quando "(...) uma entidade requer outra para que inicialmente venha a existir, embora ela possa existir independentemente daquela entidade uma vez criada" (THOMASSON: 1999, 31). Abaixo, trataremos os tipos de dependência mencionados pela filósofa e depois mostraremos como essas relações ocorrem especificamente no caso de objetos fictícios.

3.2.1.1 A dependência constante

Segundo a autora de FM, uma relação de dependência constante pode ser entendida da seguinte forma, 'necessariamente, quando α existe, β existe'. Quando β é um indivíduo particular, então dizemos que essa a relação de dependência constante em questão é rígida. Thomasson nos apresenta três modos distintos de uma relação desse tipo: entre parte-todo, entre estados de coisas e entre uma propriedade e um indivíduo singular.

Uma relação de dependência rígida constante entre parte-todo se estabelece quando α depende rígida e constantemente de β , e β é uma parte de α . Nesse caso, dizemos que β é uma "parte essencial" de α . Uma árvore depende rígida e constantemente de suas raízes, por exemplo. Portanto, enquanto a árvore existir, suas raízes também existem. Nesse sentido, as raízes de uma árvore são parte essencial do todo.

Existe dependência rígida constante sobre estados de coisas quando pelo menos um dos termos dessa relação é um estado de coisas, embora ambos os

termos possam ser desse tipo. Assim, o estado de coisas 'ser um aluno de mestrado do PPG-FIL da UFMG' depende rígida e constantemente de outro estado de coisas, a saber, 'estar matriculado no curso de mestrado da PPG-FIL da UFMG'. Ainda, um estado de coisas pode depender rígida e constantemente de um objeto ou na ordem inversa. 'Beethoven ser um compositor' depende rígida e constantemente de Beethoven ele mesmo; e Beethoven pode ser rígida e constantemente dependente de 'Beethoven ser humano'. Quando um objeto está numa relação desse tipo com um estado de coisas que envolve o próprio objeto, dizemos que a propriedade presente nesse estado de coisas é uma "propriedade essencial" do objeto (THOMASSON: 1999).

Por último, uma relação de dependência rígida e constante pode ocorrer entre uma propriedade e objeto singular. Temos o seguinte, sempre que a propriedade 'P' for instanciada num certo tempo, então β deve existir naquele tempo. 'Ser amante de Napoleão' é uma propriedade desse tipo porque só pode ser instanciada enquanto Napoleão existir. Em outras palavras, se algo é P, então β existe.

Thomasson ainda sustenta que uma relação de dependência constante pode ser genérica, ou seja, não rígida. Nas palavras da filósofa, uma relação desse tipo se dá quando uma "(...) entidade α requer constantemente que exista alguma coisa que instancie uma propriedade dada, mesmo que não exista um indivíduo particular exemplificando a propriedade de que α depende" (THOMASSON: 1999, 31). Imagine o seguinte, enquanto a UFMG existir, deve existir algo que instancie a propriedade 'ser aluno da UFMG', em outras palavras, o que é demandado por essa relação é que exista pelo menos um objeto que possua tal propriedade. Todavia, não é preciso que esse objeto seja um indivíduo particular, o que caracteriza o caráter genérico apontado por Thomasson. Por fim, ela sustenta que uma relação de dependência constante e genérica pode se dar entre objetos, estados de coisas e propriedades, como apresentamos acima (THOMASSON: 1999).

3.2.1.2 A dependência histórica

Uma dependência histórica é aquela em que uma entidade depende de outra para se tornar existente, ou seja, criada. Contudo, não é preciso que a entidade criadora continue existindo para que a entidade criada permaneça a existir; como no caso de filhos e pais em que a existência de um filho depende historicamente de

seus pais. Como essa relação envolve indivíduos particulares, a saber, os pais de um indivíduo, essa dependência também é rígida. Assim, temos que filhos estão numa relação de dependência histórica rígida com seus pais, embora a contínua existência dos pais após a origem dos filhos não seja um requerimento para a existência dos últimos.

Propriedades também podem apresentar uma relação de dependência histórica rígida. 'Ser filho de Cicrano' é uma propriedade desse tipo. Para que tal propriedade seja instanciada, Cicrano deve ter existido em algum momento coincidente ou anterior à instanciação dessa propriedade. Thomasson sugere também que uma relação de dependência histórica pode ser genérica. Todavia, ela se preocupa em discutir o aparente caráter necessariamente rígido de uma dependência histórica.

Também podemos argumentar (numa veia Kripkeana) que qualquer entidade criada deve ser criada por um indivíduo específico, não apenas um indivíduo de um tipo específico, pois a fonte particular da existência de um ser criado é parte da sua própria essência. Rainha Elizabeth, uma entidade historicamente dependente, não é simplesmente dependente de que existam entidades como seus pais. Ela é historicamente dependente daqueles pais específicos. Pois para a Rainha Elizabeth existir, é necessário não apenas que ela seja criada, ou que ela seja criada por algumas pessoas com tais-e-tais características, mas ao invés que ela seja criada por George VI e Elizabeth (mais precisamente: O espermatozoide e óvulo que se uniram) eles mesmos (THOMASSON: 1999, 32)⁴³.

Entretanto, a despeito da aparente rigidez necessária a uma relação de dependência histórica⁴⁴, a autora apresenta casos em que relações do tipo em questão podem ser genéricas. Thomasson sugere que o bronzeado da pele de um indivíduo particular, cuja existência se deu a partir de um dado dia, depende histórica e genericamente da presença, no dia em questão, de raios ultravioletas. Porém, não há nenhum requisito para que seja um raio ultravioleta particular. Ainda, o bronzeado desse indivíduo pode permanecer na sua pele sem a presença contínua desses raios (THOMASSON: 1999). Dessa forma, a filósofa sustenta que a relação de dependência histórica pode ser tanto rígida quanto genérica.

43 O exemplo apresentado por Thomasson nesse excerto é originalmente cunhado por Kripke em N&N. A autora menciona tal fato na nota 10 do Capítulo 2 de FM. Ver, KRIPKE: 1980, 111-113.

44 Este fato não é atribuído por Thomasson a Kripke.

3.2.1.3 Relações entre tipos de dependência

Finalmente, Thomasson defende que a mera apresentação dos tipos de dependência em questão, a saber, dependência constante e dependência histórica, pode resultar num uso inapropriado dessas relações, dado o grande número de variações que elas envolvem. Nesse sentido, ela enuncia as seguintes definições a fim de amarrar o uso do arranjo apresentado. De acordo com a filósofa, "Se α é constantemente dependente de β então α é historicamente dependente de β " (THOMASSON: 1999, 33). Pensemos o seguinte: se uma série de conferências depende constantemente de conferencistas para existir, então dada série depende historicamente de pelo menos algum conferencista para passar a existir. Nesse caso, dizemos que a dependência constante acarreta a dependência histórica.

Além disso, se alguma coisa está numa relação de dependência constante ou histórica com outra, então dizemos que esses tipos de dependência acarretam dependência num sentido amplo. "Se α é historicamente dependente de β então α é dependente de β " (*ibid*). Tomemos o exemplo anterior. Uma série de conferências depende historicamente de conferencistas para passar a existir, o que significa que essa série depende de modo geral da existência de conferencistas. Como tal série depende também constantemente de conferencistas, podemos afirmar que ambos os tipos de dependência acarretam uma dependência de conferencistas de modo geral.

Thomasson ainda nos apresenta uma terceira instância da relação entre tipos de dependências. "Se α é rigidamente depende de / constantemente depende de historicamente dependente de um estado de coisas que envolvam a propriedade Q, então α é genericamente dependente de / constantemente depende de / historicamente depende de Q" (THOMASSON: 1999, 34). Imaginemos o seguinte: 'ser um aluno de mestrado do PPG-FIL da UFMG' é um estado de coisas que envolve a propriedade A, digamos. Para que esse estado de coisas seja verdadeiro sobre mim, há uma dependência constante e rígida que requer que eu instancie A e, para que eu instancie essa propriedade, é preciso que eu esteja regularmente matriculado no PPG-FIL da UFMG. Portanto, para que o estado de coisas 'ser um aluno de mestrado do PPG-FIL da UFMG' seja verdadeiro sobre mim demanda-se uma dependência constante rígida de que eu esteja regularmente matriculado no

PPG-FIL da UFMG. No momento em que eu não mais estiver regularmente matriculado eu deixo de ser um membro do PPG-FIL da UFMG. Logo, a dependência constante rígida acarreta uma dependência constante genérica, pois se é o caso que eu preciso estar regularmente matriculado (no caso rígido), então é preciso que alguém esteja regularmente matriculado (no caso genérico). O mesmo é válido para a dependência histórica rígida.

Por fim, a filósofa afirma que cada tipo de dependência mencionado é transitivo. Logo, se o filho de Cicrano depende historicamente de Cicrano, ele também depende historicamente de seus avós, pois Cicrano depende historicamente de seus pais. "Porque dependência é transitiva, entidades dependentes podem ser dispostas em camadas: Uma entidade pode depender imediatamente de outra, que é ela mesma depende de outra, e assim em diante" (*ibid*).

Em posse das relações de dependência tratadas acima, podemos indicar quais tipos de dependência são características de objetos fictícios. Dado que um objeto fictício só passa a existir mediante o ato criativo de seu(s) autor(es), podemos afirmar que um personagem fictício encontra-se numa relação histórica e rígida com o ato em que foi criado. Thomasson indica o fato de um objeto fictício ser criado como característico de artefatos. Ela sustenta a tese, segundo a qual a intencionalidade criativa do autor é similar ao trabalho de um artesão quando tece uma colcha ou de um pescador que fabrica a própria vara. Nesse sentido, o caráter artefactual desses objetos é destacado pela filósofa.

Objetos fictícios dependem também das obras em que figuram, mais precisamente eles dependem de cópias dessas obras para continuarem a existir. Assim, dizemos que eles dependem constante e genericamente de obras em que apareçam. O argumento thomasiano se vale do caráter transitivo de dependências com o intuito de desvelar uma importante dependência de objetos fictícios, a saber, um leitor competente. Como um personagem depende de uma obra, é correto afirmar, baseado no que vimos, que tal personagem também depende daquilo do que depende a obra. Logo, como uma obra literária depende constante e genericamente de um leitor competente, um personagem fictício também apresenta tal dependência. De outro modo, talvez fosse o caso em que uma cópia das aventuras completas de Sherlock Holmes existisse mas não houvesse ninguém que

pudesse lê-las, se a humanidade for extinta, por exemplo. Uma obra literária também depende constante e genericamente de algo que caracterize uma cópia ou registro dela. Como vimos, um objeto fictício depende portanto, constante e genericamente de uma cópia de pelo menos uma obra na qual figura, melhor dizendo, um personagem fictício exibe uma relação de dependência constante e genérica em relação a algo que se configure como um registro da obra relevante.

3.2.2 O caráter artefactual de objetos fictícios

Thomasson sugere que as dependências apresentadas acima para personagens fictícios esgotam, a princípio, as relações de dependência desses objetos. Ela afirma também que o caráter artefactual de objetos fictícios deve ser entendido diferentemente da forma como aparece para outros tipos de artefatos, como a colcha tecida pelo artesão e a vara de pescar fabricada pelo pescador. Nesse sentido, a autora defende que objetos fictícios são artefatos abstratos e, embora eles entrem em relações de dependência com outras entidades, como autores e cópias de textos, eles não se encontram no espaço-tempo e, portanto, não devem ser confundidos com outras entidades físicas.

Portanto, seria um equívoco localizar personagens fictícios onde cópias das obras literárias nas quais eles figuram estão localizadas, recitadas, ou performadas. Nós de fato dizemos que personagens fictícios estão "em" certas obras literárias, mas descrever personagens fictícios como "aqui" na obra literária é no máximo metafórico (THOMASSON: 1999, 37).

Desse modo, Thomasson indica dois erros advindos de uma interpretação como a discutida na passagem citada. Em primeiro lugar, ela afirma que abstração representada pelo texto não possui dimensão espaço-temporal. Portanto, equiparar a obra literária com cópias físicas da obra relevante caracterizaria um erro. Além disso, outro equívoco mencionado pela autora diz respeito às descrições de personagens fictícios. Ela sustenta que aquilo com o que nos deparamos em textos são meras descrições de personagens e não um personagem descrito ele mesmo. Dado seu caráter abstrato, seria um contrassenso encontrá-lo na cópia de um texto. Thomasson sugere que não cometeríamos erro similar em casos envolvendo personagens históricos, pois duvidaríamos que o personagem descrito se encontra presente no texto. Como no caso de Napoleão em Guerra e Paz, decerto o famoso general francês não está presente em cada cópia de cada livro escrito a seu

respeito. Mesmo porque ele está morto. Para isso ele teria que ser onipresente e apresentar um tipo de existência diferente do nosso, o que parece descrever outro personagem fictício.

O caráter abstrato dessas entidades está diretamente ligado ao modo como elas se encontram no mundo. Diferentemente de outras entidades artefactuais, como uma cadeira ou mesa, objetos fictícios são criados abstratamente. De certa forma, localizamos as ocorrências desses objetos nas obras em que figuram, mas isso não significa que o objeto ele mesmo está dentro do livro. De modo similar, teríamos que dizer que uma cadeira está no seu desenho técnico, por isso caracterizamos o tipo de entidade que objetos fictícios como abstrato. Complementarmente, outra forma de avaliar o caráter abstrato de tais objetos se dá mediante as relações de dependência estabelecidas para eles. Dado que objetos fictícios não estão em uma relação de dependência constante com uma entidade particular, ou seja, numa relação de dependência constante e rígida com um objeto singular, eles não dependem constante e rigidamente de nenhuma entidade física. Logo, pelo o fato de que objetos físicos não dependem dessa forma de nada que está localizado no espaço-tempo, podemos afirmar que são entidades artefactuais abstratas, i.e., entidades criadas por nós e cuja dimensão espaço-temporal é ausente para eles.

3.2.3 Entidades artefactuais e mundos possíveis

Por causa do seu caráter artefactual, objetos fictícios - enquanto entidades abstratas - são facilmente acomodados numa metafísica modal. Segundo Thomasson, ao descrevermos as relações de dependência para objetos fictícios, estabelecemos uma espécie de critério para a existência desses em outros mundos possíveis. Nesse sentido, os mundos possíveis nos quais objetos fictícios existem são aqueles que possuem as mesmas entidades e os mesmo eventos dos quais esses objetos dependem no mundo atual. Assim, Frodo só pode existir num mundo possível em que Tolkien existiu. Além disso, Frodo só existe num mundo possível no qual Tolkien existe ou existiu e escreveu as obras relevantes sobre tal personagem. Devemos refinar os requerimentos para a existência de um objeto fictício noutra mundo possível até cobrirmos todas as relações de dependência desse objeto. Portanto, Frodo só pode existir num outro mundo possível em que Tolkien existe ou

existiu e, onde Tolkien escreveu sobre Frodo e, existe um ou mais registros das obras relevantes e, existe um ou mais leitores competentes. Dessa forma, abarcamos a dependência histórica e rígida que um objeto fictício possui com o seu autor e com o ato criativo do mesmo, a dependência constante e genérica de algum tipo de registro e a dependência constante e genérica de algum leitor competente da obra.

A filósofa segue uma linha de interpretação kripkeana sobre mundos possíveis. Ela sustenta que porque podemos estabelecer os critérios para a existência de um objeto fictício em um mundo possível, a saber, as entidades das quais ele depende, somos capazes de avaliar a veracidade de enunciados sobre a existência (ou não-existência) desses objetos em diferentes mundos possíveis. Uma faceta bastante atrativa dessa alternativa, afirma a autora (THOMASSON: 1999, 40).

Além disso, Thomasson defende que uma teoria artefactual é capaz de discutir cenários contrafactuais em que outros personagens (não-atuais) poderiam ter existido. Pensemos o seguinte, se Tolkien tivesse escrito, num dado mundo possível, sobre um viajante do tempo e existissem registros das obras relevantes e leitores competentes, poderíamos dizer que é possível que Tolkien seja o autor desse viajante do tempo. Contudo, a filósofa indica que tal viajante é apenas um personagem fictício possível e possui um status ontológico diferente do de Frodo, por exemplo. Portanto, outra vantagem de uma teoria artefactual no tratamento de situações contrafactuais é a manutenção da aparente diferença ontológica entre esses tipos de objetos, um personagem fictício atual e outro meramente possível. A filósofa afirma que objetos fictícios atuais só podem existir em mundos possíveis se permitirmos que as entidades das quais eles dependem atualmente também existam nesses mundos. Dessa forma, ela recusa a noção lewisiana de contraparte, pois uma vez que se aceita a substituição da relação de identidade pela de contraparte, se segue daí que o personagem fictício de um mundo possível é uma mera contraparte do mesmo personagem presente no mundo atual.

3.3 A referência de objetos fictícios

Thomasson admite teorias da referência direta da qual Kripke é um de seus criadores e expoentes, como ponto de partida para trabalhar a referência de objetos fictícios. Segundo ela, essa tradição teórica utiliza a noção de cadeia causal e/ou

histórica a fim de traçar a referência de um determinado nome até um objeto que foi assim batizado (nomeado). A filósofa afirma que essa noção parece não comportar a referência de nomes de objetos fictícios.

Essa suposta incompatibilidade entre a reivindicação que nomes fictícios referem e a reivindicação de que aspectos causais ou históricos são essenciais para a referência de nomes provocou a rejeição por muitos da tese de que nomes fictícios referem (THOMASSON: 1999, 43).

Todavia, a autora defende uma versão modificada da noção de cadeia causal como a teoria mais adequada para lidar com a referência de objetos fictícios. Ela trata a posição kripkeana apresentada principalmente em N&N e TJLL. Thomasson afirma que as teses kripkeanas lançadas em N&N foram insuficientes no tratamento de objetos fictícios e foi só com as TJLL que o arranjo kripkeano se tornou capaz de abordar a referência de personagens fictícios. O reconhecimento da importância e da originalidade de Kripke é feito textualmente⁴⁵ pela filósofa. Contudo, ela defende que o trabalho de Kripke contido nas TJLL nunca foi retomado pelo mesmo. Sendo assim, suas teses continuaram numa espécie de arranjo e nunca foram desenvolvidas por ele⁴⁶.

A noção representada por uma cadeia causal ou histórica que conecta o nome de um objeto ao objeto nomeado, está fundada na ideia de que em determinado momento ocorre essa nomeação ou batismo, seja por ostensão, i.e., o ato de apontar, seja por uma descrição. Assim, a ideia de que é possível rastrear a referência de um nome uma vez que somos capazes de remontar uma cadeia causal do nome até seu referente. O ato de batizar uma criança é um claro exemplo desse fenômeno. Existe uma cerimônia na qual a criança é apresentada para a sociedade e ali se estabelece a conexão entre um nome e a criança. A partir daí, o nome se torna o nome dessa criança.

Porém, no caso de objetos fictícios não existe um objeto a ser destacado ou apontado, como a criança é levantada e colocada em evidência na cerimônia batismal. Esse é o principal argumento que supostamente inviabiliza a utilização da noção de cadeia causal referencial para objetos fictícios. Thomasson novamente aponta a importância das relações de dependência desses objetos como uma faceta capaz de alinhar o uso de uma cadeia causal referencial para o nome de

45 Ver, THOMASSON: 1999, 46.

46 Importante notar que FM data de 1999 e a publicação das TJLL é de 2013.

personagens fictícios. A autora sugere que o argumento exposto é insuficiente para o abandono da noção de batismo para objetos fictícios. Ela afirma que o batismo desses objetos acontece apenas de maneira diferente, dado seu caráter abstrato.

Segundo a filósofa, o batismo de um objeto fictício normalmente ocorre quando um autor introduz o personagem na obra. Uma espécie de batismo textual. Thomasson ainda afirma que a utilização do nome do personagem somada a palavras que o descrevem é frequentemente o que caracteriza o "batismo oficial" desse personagem (THOMASSON: 1999, 47). Importante notar que um personagem pode ser assim batizado em qualquer parte do texto, seja logo nas primeiras páginas ou após revisão do texto completo. A filósofa atribui ao tipo de batismo de um personagem fictício, ou seja, textualmente na obra, o fato de podermos reidentificá-lo ao longo do texto. Não obstante, a demanda de que o batismo seja de alguma forma público é preenchida pelo modo textual como esses personagens são batizados, ou seja, mediante a publicação de uma obra literária. Thomasson ainda sugere que descrições também podem fixar rigidamente um personagem. Ela sugere casos em que uma ou mais descrições são dadas para um personagem que só será nomeado mais tarde no texto, ou sequer será nomeado, mas é rigidamente designado por uma descrição. 'O seu maior inimigo' poderia ser uma descrição desse tipo numa obra literária qualquer sobre as aventuras de um grande herói. Outros exemplos mais complexos nos quais não há uma única descrição para designar rigidamente um personagem também são trabalhados pela autora. Padrões descritivos, como o tipo de vestimenta ou a forma com que um certo personagem se expressa ilustram esses casos. Thomasson conclui que mesmo nesses cenários uma cadeia referencial pode ser utilizada e compara tais situações com uma pessoa que recebe um nome tardiamente na vida. "Uma vez mais, é mediante a fundação textual do personagem que alguém pode fazer um tipo de referência indexical para "o personagem fundado nessas palavras desse texto" e assim realizar uma cerimônia batismal" (THOMASSON: 1999, 49).

Conforme a autora, além da cadeia comunicacional nos moldes kripkeanos, existe também uma cadeia de publicação. Numa cadeia comunicacional um nome é passado mediante as conexões entre as pessoas, i.e., a partir da cerimônia de batismo o nome é utilizado por algumas pessoas que ao se comunicarem com outras podem passar adiante a relação entre nome e referente, o que também é o

caso para objetos fictícios. Contudo, a cadeia de publicação é outro aspecto da passagem da relação de um nome ficcional e o personagem nomeado. Na medida em que as obras relevantes são publicadas e podem ser lidas por vários leitores, ocorreria uma disseminação da conexão entre o nome ficcional e o personagem fictício referido por este nome. Além disso, é através dessa cadeia de publicação que podemos rastrear a origem do batismo de um objeto fictício, afirma a filósofa. Ela sustenta que assim como no caso de nomes de pessoas reais, nomes de objetos fictícios também podem ser utilizados por pessoas que desconhecem o personagem e nunca leram nada sobre ele. Dessa forma, se alguém ouve falar sobre Sherlock Holmes e nunca teve contato com nenhuma obra sobre ele ou quaisquer registros de outros tipos, ainda assim essa pessoa está em posição de se referir ao famoso detetive britânico. Nesse caso também é possível que essa pessoa cometa alguns erros na descrição de tal personagem, o que não faz com que a referência pretendida se invalide.

Thomasson utiliza a distinção proposta por Gareth Evans⁴⁷ entre produtores e consumidores na prática de nomear. Evans estava preocupado em diferenciar dois pontos distintos de uma cadeia comunicacional que sem relacionam com um objeto nomeado. Contudo, a filósofa expande a noção cunhada por Evans para o tratamento de objetos fictícios. Em linhas gerais, produtores seriam as pessoas que conhecem o objeto (referente) e são capazes de produzir informações sobre ele, ao passo que consumidores seriam aqueles que não conhecem o referente do nome mas possuem algumas informações sobre o mesmo. O funcionamento dessa distinção para objetos fictícios ocorre de modo similar, consumidores seriam os leitores das obras relevantes sobre determinado personagem capazes de caracterizá-lo e descrevê-lo, o que produziria as informações passadas e repassadas numa cadeia comunicacional. De outro lado, os consumidores seriam as pessoas que aprendem a usar o nome de tal personagem corretamente através das informações passadas pelos produtores e outros consumidores.

Outra importante faceta da referência de nomes de objetos reais compartilhada por objetos fictícios é a possibilidade de deslocamento referencial. Thomasson exemplifica essa situação com o deslocamento referencial do nome 'Frankenstein'. Originalmente o nome se refere ao cientista Doutor Frankenstein

47 Ver, EVANS: 1982.

criador do monstro horripilante e desalmado. Todavia, comumente se pensa que o nome 'Frankenstein' se refere ao monstro e não ao seu criador. A ocorrência dessa mudança de referente de um nome pode ocorrer mesmo que as cadeias comunicacional e de publicação permaneçam intactas, afirma a filósofa. Ela sugere que o melhor modo para evitar tais casos é manter ambas as cadeias próximas, i.e., vincular a cadeia comunicacional à cadeia de publicação. Quando as obras relevantes sobre um certo personagem deixam de ser publicadas e os produtores se distanciam da cadeia comunicacional, as chances de que ocorra um deslocamento referencial são maiores. Thomasson afirma que no caso de objetos fictícios a mudança do referente de um nome é mais facilmente detectada do que para objetos singulares reais. Ela sustenta que no segundo caso quando um indivíduo real morre assim como os produtores da prática de nomear em questão, torna-se difícil remontar a cadeia histórica causal até a cerimônia de batismo. Em contrapartida, o batismo de objetos fictícios pode ser rastreado por intermédio das obras relevantes. Assim, faz-se menos obscura a conexão entre nome e referente uma vez que a cadeia de publicação permaneça próxima à cadeia comunicacional.

Permitindo que cadeias de referência viagem juntas a cadeias de dependências, bem como cadeias causais e históricas nós podemos desenvolver uma ampla teoria da referência que nos permite acomodar a referência para outras entidades do que simples particulares espaço-temporais em ordem causal: não somente personagens fictícios, mas também entidades como universais, histórias, teorias, e leis (THOMASSON: 1999, 52).

Percebemos como a teoria artefactual da ficção delineada por Thomasson está fundada numa teoria da referência direta. Contudo, a filósofa é responsável por apresentar uma nova versão dessa teoria condizente com o tratamento de objetos fictícios. A estrutura obtida a partir da conjunção das noções de cadeia comunicacional histórico-causal e cadeia de publicação, bem como as relações de dependências representa o cerne da teoria artefactual da ficção criada por Thomasson em FM. A filósofa defende a importância dessa estrutura tendo em vista as dificuldades impostas, por exemplo, pelo deslocamento referencial. De acordo com ela, em tais casos uma teoria da referência direta funciona melhor em junção com outras noções, como as de cadeia de publicação e a cadeia de dependências formada pelas relações de dependências apresentadas por objetos fictícios. Assim,

ela afirma que a noção de cadeia comunicacional histórica é apenas uma condição necessária, mas não suficiente para traçarmos a referência de um nome.

3.4 A identidade de objetos fictícios

Thomasson aponta dois tipos distintos de identidade de objetos fictícios, i) identidade dentro da mesma obra e ii) identidade entre obras distintas. A autora admite que apenas a utilização de uma cadeia comunicacional histórica é insuficiente para servir como critério de identidade de um personagem fictício. Ela sugere que devemos manter as relações de dependências apresentadas por objetos desse tipo como base para trabalhar a noção de identidade dos mesmos.

A identidade de um personagem dentro da mesma obra deve obedecer as seguintes condições: "1. x e y figuram na mesma obra literária" (THOMASSON: 1999, 62) e "2. x e y são atribuídos exatamente as mesmas propriedades na obra literária" (*ibid*). A primeira condição visa diferenciar personagens que figuram na mesma obra, portanto x e y poderiam ser Frodo e Gandalf que aparecem no Senhor dos Anéis. Somada à aplicação da condição 2, temos que x e y possuem exatamente as mesmas propriedades, logo deveríamos afirmar que Frodo e Gandalf tem exatamente as mesmas características, o que não é o caso. Dessa forma, a primeira condição apenas delimita a obra relevante, mas não é capaz de estabelecer se x e y são o mesmo objeto. A partir da condição 2, segundo a qual x e y devem ser descritos exatamente com as mesmas propriedades, temos que ambos figuram na mesma obra e nela x e y são a mesma coisa. Logo, concluiríamos que Frodo e Gandalf não podem ser o mesmo personagem uma vez que a segunda cláusula não é cumprida.

Thomasson faz uma pequena inflexão para explicar a identidade de obras literárias, o que se faz incontornável dado que objetos fictícios dependem diretamente dessas entidades e a teoria pretende manter as bases dessa relação. Para tanto, a filósofa sugere uma distinção em três níveis entre textos, composições e obras literárias. Textos aparecem como nível mais básico e são definidos como uma sequência de símbolos numa língua. O nível superior é onde se encontram as composições que são caracterizadas pelo texto criado por um autor em determinadas circunstâncias históricas. Finalmente, as obras literárias seriam o resultado de todo o processo que envolve texto e composição, em outras palavras, o

tipo de obra criada, como uma fábula, por exemplo. Outras qualidades também estariam embutidas em obras literárias, como o estilo artístico e suas dimensões estéticas (THOMASSON: 1999, 64).

O mesmo texto poderia ser encontrado em dois livros desde que ambos apresentassem exatamente os mesmos símbolos e na mesma ordem. Embora esses livros apresentem o mesmo texto, Thomasson sustenta que eles poderiam conter composições diferentes. Como no caso em que dois autores distintos escrevem exatamente o mesmo texto sem qualquer conhecimento do outro, por mera coincidência. Teríamos o mesmo texto em composições distintas, pois a definição de composição atrela o texto a um certo autor em determinadas condições históricas.

A filósofa sugere que composições dependem de instâncias⁴⁸ textuais e que essas, por sua vez, se encontram em cópias de textos. Uma cópia só pode ser igual a outra se elas se conectam causal e diretamente ao mesmo ponto de origem e preservam o mesmo texto. Contudo, Thomasson também está interessada em abranger as cópias de cópias remontando ou expandindo uma cadeia de publicação. Ela está atenta para o fato de que duas cópias iguais da mesma composição não precisam derivar necessariamente da mesma origem. De acordo com a autora, duas cópias a e b provenientes da mesma origem, podem ser copiadas criando a_1 e b_1 . Logo, a_1 e b_1 seriam cópias da mesma instância textual, mas teriam origens diferentes. "De modo mais formal, x e y são instâncias da mesma composição se e somente se x é y , ou x é uma cópia de y , ou y é uma cópia de x , ou para uma ocorrência textual z , x é uma cópia de z e y é uma cópia de z " (THOMASSON: 1999, 65). Desse modo, evidencia-se como podemos ter cópias da mesma instância textual com origem em diferentes ramos da mesma cadeia.

A identidade de obras literárias deve considerar outros fatores que não se colocavam para textos e composições. Para que uma obra literária seja idêntica a outra, tudo o que for relevante na compreensão daquela obra deve ser compartilhado pelos seus leitores, caso contrário eles poderiam ler o mesmo texto, da mesma composição, mas apreenderem coisas completamente diferentes. "Isso, por exemplo, é como alegorias e paródias funcionam em tempos de censura. Uma e a mesma composição podem fornecer um agradável conto sobre animais para

48 Thomasson utiliza a noção de *tokens* enquanto instâncias textuais.

crianças, uma crítica política e insurreição para os rebeldes" (THOMASSON: 1999, 65). Assim, Thomasson adiciona uma nova condição para a identidade de obras literárias, a saber, "Se x e y são instâncias da mesma composição e também demandam os mesmos pressupostos de pano de fundo e capacidades linguísticas dos leitores, elas são instâncias do mesmo trabalho literário" (THOMASSON: 1999, 66). Ela sustenta que apenas o que é demandado como pano de fundo deve ser necessariamente preenchido, quaisquer outras presunções seriam desnecessárias. Com isso, Thomasson sugere que temos condições suficientes para lidar com a identidade de personagens fictícios.

A inflexão apresentada visa fornecer condições suficientes para o tratamento da relação de identidade de personagens fictícios entre diferentes obras literárias. A grosso modo, o que mostramos nesse pequeno desvio é como podemos estabelecer relações de identidade entre textos, composições e obras literárias, o que é fundamental se desejamos discutir a identidade de personagens em diferentes obras literárias. Parece lidar naturalmente com o fato de que Frodo aparece em três livros distintos, mas veja, que o mesmo personagem figura nessas obras. O mesmo é verdade sobre Sherlock Holmes, nossa prática literária admite que é um e o mesmo personagem que aparece nas diversas aventuras das diferentes obras de Conan Doyle. Esses casos parecem mais intuitivos, uma vez que os autores são os mesmos em cada caso e os livros podem fazer parte de uma série. Mas como lidamos quando um personagem originalmente apresentado numa certa obra criada por um determinado autor aparece noutra dada obra de um outro autor qualquer? Thomasson está interessada em responder sobretudo o segundo caso, embora o primeiro também seja abarcado.

A filósofa sugere que sendo os personagens x e y de duas obras distintas, K e L respectivamente, x e y só são o mesmo personagem se o autor de L é competentemente familiarizado⁴⁹ com x da obra K e tinha a intenção de importar x para L como y (THOMASSON: 1999, 67). Dado que o autor de L deve ser capaz de utilizar corretamente o nome de x como em K , Thomasson defende que esta seria uma condição (C) necessária da identidade de personagens fictícios entre obras literárias distintas. Outro fator importante desvelado pelo arranjo thomasiano é o fato de que y pode ter outras propriedades atribuídas a ele em L que não são

49 Segundo Thomasson, um usuário competente de x como usado em K .

propriedades de x . Em outras palavras, embora os personagens sejam o mesmo, eles podem possuir características diferentes. Thomasson não explicita se essas características devam ser complementares ou não, e se elas podem ser contraditórias.

As descrições de personagens fictícios são normalmente bastante incompletas, o que abre uma gama de possibilidades para a atribuição de propriedades complementares, i.e., propriedades que não foram descritas por Doyle em nenhuma das obras relevantes. Dito isso, podemos nos perguntar o seguinte. Quantos banhos por dia Sherlock Holmes gostava de tomar? Certamente alguém tão obsessivo quanto ele deveria ter um ritual diário. Quantas pintas Sherlock Holmes tinha? Essas perguntas podem ser respondidas por outros autores que não Doyle em suas próprias obras nas quais o mesmo Sherlock Holmes de Doyle figure. Mas como devemos proceder quando são características contraditórias que são atribuídas ao personagem. Se Sherlock Holmes é dito ter os cabelos pretos, mas figura em outra obra como loiro? Talvez faça sentido internamente à obra. Talvez seja uma sociedade onde somente pessoas loiras sejam permitidas viver e Sherlock tenha descoberto um jeito de tingir permanentemente seus cabelos de loiro. Ao que tudo indica, Thomasson sustentaria que é a intenção do autor de importar um certo personagem que estabelece, em grande medida, se falamos ou não do mesmo personagem, ou seja, a identidade dos personagens em questão.

Dessa forma, a autora consegue lidar com os dois tipos de identidade pretendidos de objetos fictícios, a identidade de um personagem ao longo da mesma obra e a identidade entre obras distintas, seja do mesmo autor ou de autores diferentes. Os critérios apresentados por Thomasson delimitam condições suficientes para a identidade de objetos fictícios trabalhada nos moldes apresentados acima e, ao mesmo tempo, estabelecem uma condição necessária para a identidade de objetos fictícios entre diferentes obras literárias, a saber, a condição *C* enunciada pela filósofa.

3.5 A estrutura artefactual

Após apresentar os tópicos sobre a referência e identidade de objetos fictícios, Thomasson passa a amarrar as teses avançadas por ela ao longo de FM. A estrutura a partir desse arranjo é, substancialmente, a parte da teoria thomasiana

sobre objetos fictícios que nos interessa. Desse modo, mostraremos como a teoria artefactual presente em FM é delineada pela filósofa e, então, seremos capazes de destacar uma teoria que nos permita avaliar enunciados sobre objetos fictícios da forma que desejamos.

Thomasson sustenta que os problemas enfrentados pela tradição descritivista e por teorias meinonguianas⁵⁰ são suplantados por sua teoria artefactual. Para tanto, ela defende que os problemas enfrentados no tratamento de enunciados sobre objetos fictícios são dissolvidos aplicando uma distinção de contextos. A filósofa delimita, assim como Kripke, dois tipos de contextos para enunciados sobre esses objetos, o contexto ficcional e o contexto real. No primeiro tipo de contexto se encaixam enunciados que são melhor interpretados na presença de um prefixo do tipo 'de acordo com a história relevante'. Todavia, Thomasson afirma que não há necessidade de tornar explícito tal prefixo, uma vez que nossa prática discursiva utiliza-o implicitamente. Além disso, a filósofa sugere que somos capazes de manter um rastro do tipo de contexto em que nos encontramos. Sentenças sobre objetos fictícios que pretendem tratá-los como descritos na obra, i.e., Holmes como um homem de carne e osso, o planeta Terra do *Guia do Mochileiro das Galáxias* como um planeta de verdade e etc, devem ser entendidas como '(de acordo com a história relevante) Sherlock Holmes é um homem de carne e osso'. A autora sustenta que nesses casos é como se pretendêssemos participar da história, como se estivéssemos dentro dela e, portanto, as predicções atribuídas aos personagens devem ser entendidas de uma perspectiva interna à obra.

Por outro lado, enunciados sobre objetos fictícios enquanto entidades artefatuais abstratas devem ser tomados diretamente. Nesse sentido, enunciados como 'Sherlock Holmes é um personagem fictício' e 'Frodo figura na trilogia cinematográfica de O Senhor dos Anéis' devem ser entendidos literalmente, da mesma forma que tratamos enunciados sobre pessoas e objetos reais como, 'Napoleão nasceu na Córsega' ou 'Artur Conan Doyle foi o autor de *Um estudo em vermelho*'. Thomasson afirma que nesses casos as predicções enunciadas devem ser tomadas como genuínas, assim como nos enunciados sobre objetos reais. Ela sustenta que diferentemente de contextos fictícios, enunciados feitos em contextos

50 Ver, Capítulo 7 de FM. No mesmo capítulo, Thomasson discute brevemente a teoria antirrealista que Walton apresenta em *Mimesis as Make-Believe* (1990), tópico que não abordaremos.

reais devem ser diretamente apreendidos já que não demandam qualquer aspecto de um posicionamento interno em relação à obra.

Dessa forma, críticos literários que desejam discutir a origem de um personagem e enunciam sobre ele num contexto real ao discutirem as circunstâncias históricas de sua criação, não precisariam utilizar nenhuma espécie de artifício para produzir tais enunciados. Evidentemente, essa é uma faceta bastante agradável da teoria artefactual thomasiana cujo corpo toma forma. Diferentes tipos de situações podem ser entendidas com a utilização do aparato artefactual de Thomasson, como uma discussão séria sobre as influências que certo personagem teve na vida de uma determinada pessoa ou como as circunstâncias de uma dada época foram fundamentais para a produção certa obra.

Segundo Thomasson, outra vantagem apresentada por sua teoria diz respeito à impossibilidade de objetos fictícios. Um problema difícil para as teorias meinongianas. No lugar do impossível quadrado redondo de Meinong, teríamos duas sentenças prefixadas, uma sobre como esse objeto na história de Meinong é dito ser redondo e, noutra sentença, como na mesma história ele é dito ser quadrado (THOMASSON: 1999, 107). Essa solução parece menos elegante do que no caso da incompletude de objetos.

A filósofa sugere que a incompletude de objetos fictícios é dissolvida pela aplicação da sua teoria. Assim, o fato de que não é dito nas histórias relevantes que Sherlock Holmes possui dois pulmões e, ao mesmo tempo, tampouco é dito que ele não possui dois pulmões, não se coloca como problema. Quando prefixamos ambas as sentenças, i.e., 'de acordo com a história relevante Sherlock Holmes tem dois pulmões' e 'de acordo com a história relevante Sherlock Holmes não tem dois pulmões', temos que ambas as sentenças são falsas, pois essas informações não nos são dadas pela obra relevante. Ainda, quando tomamos essas sentenças no contexto real, ou seja, sem a utilização de prefixo, temos que 'Sherlock Holmes tem dois pulmões' é falsa ao passo que 'Sherlock Holmes não tem dois pulmões' é verdadeira, uma vez que personagens fictícios são entidades artefactuals abstratas e, enquanto tais, não possuem pulmões.

Outra solução relevante apresentada por Thomasson abarca personagens reais em obras de ficção. Nesse sentido, se em dada obra é dito que Napoleão é pai

de Darwin (o que poderia ser o caso temporalmente), ao tomarmos a sentença 'Napoleão é pai de Darwin' prefixada, temos que ela é verdadeira. Por outro lado, no contexto real, onde a sentença é tomada diretamente, ela é claramente falsa. Ainda, outra importante vantagem da teoria thomasiana diz respeito sobre o tratamento de objetos fictícios que aparecem em mais de uma obra de diferentes autores. Dessa forma, se Sherlock Holmes possui uma gaita em dada obra (*a*) cujo autor não é Conan Doyle, mas não possui uma gaita nas obras escritas por Doyle, a interpretação sugerida por Thomasson ficaria 'de acordo com (*a*), Sherlock Holmes tem uma gaita', ao passo que 'de acordo com *Um estudo em vermelho*, Sherlock Holmes não tem uma gaita'. Portanto, não haveria necessidade de estipular dois Holmes, o que está em acordo com a relação de identidade apresentada por um personagem fictício entre obras de diferentes autores (ou do mesmo autor).

Finalmente, Thomasson discute enunciados que envolvem objetos fictícios em situações contrafactuais. Ela defende que a partir da utilização da distinção de contextos, as dificuldades que pairam sobre o discurso ficcional em situações modais desaparecem. Nesse sentido, enunciados externos à obra, ou seja, num contexto real, seriam do tipo 'Se Tolkien tivesse morrido durante a Primeira Guerra Mundial ele não teria escrito sobre Frodo'. Tendo em vista as relações de dependências mantidas por objetos fictícios com entidades físicas e as circunstâncias históricas em torno do ato de criação do autor, é certamente possível avaliar a veracidade desses enunciados. Thomasson afirma que num cenário onde as circunstâncias envolvendo as entidades das quais dependem objetos fictícios fossem diferentes, é possível afirmar por exemplo que Frodo não existiria tivesse Tolkien morrido na guerra. Como tal acontecimento faz parte da biografia do autor, é fácil imaginar uma situação em que ele tivesse morrido em combate anteriormente à publicação de *O Senhor dos Anéis*. Consideremos outro cenário, nesse, Tolkien retornou da guerra são e salvo, mas decidiu que daquele momento em diante dedicaria sua vida aos estudos militares. Portanto, Frodo poderia nunca ter sido criado em diferentes mundos possíveis nos quais Tolkien existisse, mas optou por uma carreira no exército. Um cenário um pouco mais complexo pode ser elaborado a partir do seguinte enunciado, 'Se a Alemanha tivesse vencido a Segunda Guerra Mundial e todas as cópias de todos os livros do mundo tivessem sido queimadas, é possível que Frodo deixasse de existir'. Essa sentença também é verdadeira num

mundo onde Tolkien existiu e retornou da Primeira Guerra Mundial e escreveu *O Senhor dos Anéis*, onde Frodo aparece, e, embora o livro tenha sido publicado, em função da vitória nazista suas cópias deixaram de existir. Assim, com o passar dos anos é bastante possível que Frodo caísse no esquecimento e que nenhum registro sobre ele fosse mantido. Logo, essa é uma situação contrafactual onde Frodo foi criado mas deixou de existir.

O tratamento de enunciados em contextos fictícios é, contudo, mais complicado devido à aparente ambiguidade dos mesmos. Thomasson sugere três interpretações para casos prefixados, i.e., admitindo-se um prefixo implícito do tipo 'de acordo com a história ...', como 'Frodo poderia nunca ter usado o Um Anel':

(i) Existe uma história (*O Senhor dos Anéis*) tal que de acordo com ela, é possível que Frodo nunca tivesse usado o Um Anel;

(ii) Existe uma história (*O Senhor dos Anéis*) tal que, é possível que, de acordo com ela, Frodo nunca tivesse usado o Um Anel;

(iii) Possivelmente, existe uma história tal que, de acordo com ela, Frodo nunca teria usado o Um Anel⁵¹.

Thomasson defende a tese de que o que normalmente queremos dizer nesses casos é explicitado pela formulação (i). Em outras palavras, enunciados modais em contextos internos à obra usualmente consideram a obra da qual se fala - como em (i) e (ii) - e sugerem que é possível, segundo tal obra, que as coisas tivessem sido diferentes. Portanto, a interpretação de (i) sobre 'Frodo poderia nunca ter usado o Um Anel' é tal que existe o livro *O Senhor dos Anéis* em que Frodo figura e, de acordo com o livro seria possível que Frodo não tivesse usado o Um Anel.

Diferentemente, a interpretação enunciada por (ii) seria tal que existe o livro *O Senhor dos Anéis* em que Frodo figura e, é possível que, segundo a obra, Frodo não tivesse usado o Um Anel. Nesse caso, a mudança aparentemente sutil tira a possibilidade do enunciado como dada na obra e a coloca fora dela. É como se uma pessoa não aceitasse que, de acordo com a obra, é possível que Frodo nunca tivesse usado o Um Anel, mas aceitasse que essa poderia ter sido uma possibilidade apresentada pela obra. Thomasson não é precisa nesse ponto e afirma que (ii)

51 Cf. THOMASSON: 1999, 109.

raramente representa o que queremos dizer com tais enunciados em situações modais.

Por fim, a filósofa afirma que os casos nos quais se especula sobre o que aconteceu com um personagem depois dos eventos descritos pela história, ou quando um acontecimento central da trama é completamente distinto do original, ao ponto de que a obra não fornecesse quaisquer tipos de indicação, são apenas interpretados por (iii). A autora sustenta que esses casos só podem ser avaliados quando admite-se que o mesmo personagem pode aparecer em histórias diferentes, pois somente assim poderíamos vislumbrar o futuro de Frodo. É claro que podemos fazê-lo através das nossas imaginações, mas a ideia é a de que uma outra obra o fizesse. Assim, dado que a teoria artefactual comporta que o mesmo personagem figure em obras distintas, seria possível avaliar esses cenários. Suponhamos que alguém tenha escrito uma continuação de *O Senhor dos Anéis* onde depois de partir da Terra Média, Frodo vive grandes aventuras em alto-mar até chegar a seu destino. Nesse caso, se fôssemos indagados sobre o destino de Frodo após partir da Terra Média, poderíamos dizer que existe uma obra que trata exatamente sobre isso.

Esse método de analisar predicados sobre objetos fictícios deve aliviar preocupações de que postular objetos fictícios levará a problemas e assim remover mais uma pedra do caminho para admitirmos objetos fictícios na nossa ontologia. Mais importante, a habilidade de oferecer análises próximas para objetos fictícios e objetos reais em ambos os casos de discurso real e discurso fictício deve diminuir a impressão de que objetos fictícios configuram um caso especial, no qual surgem dificuldades ímpares para uma teoria da linguagem. Os mesmos tipos de problemas surgem em ambos os casos, e os mesmos tipos de soluções estão disponíveis tanto para objetos fictícios quanto para objetos reais (THOMASSON: 1999, 111).

Assim, após ter discutido as características de objetos fictícios, suas relações de dependência com outras entidades e seu caráter artefactual, somado às interpretações acima expostas em função da distinção contextual defendida por Thomasson, nos encontramos em posição de avaliar a referência de objetos fictícios. Além disso, podemos também reconhecer a veracidade ou falsidade dos enunciados sobre esses objetos a partir da teoria exposta. Dessa forma, retomaremos agora a série de exemplos usados ao longo do Capítulo 1 a fim de apresentar como a teoria artefactual de Thomasson lida com esses enunciados. Ademais, mostraremos, mediante os resultados obtidos, que o que normalmente desejamos comunicar quando enunciamos sobre objetos fictícios é melhor

interpretado por essa teoria. Assim, depois de apresentados os resultados e tendo os discutido, remontaremos o quadro apresentado no primeiro capítulo com o intuito de compararmos as teorias trabalhadas e suas soluções para a referência de objetos fictícios.

Consideremos:

- (1) Sherlock Holmes é britânico;
- (2) Sherlock Holmes é francês;
- (3) Sherlock Holmes existe;
- (4) Sherlock Holmes não existe;
- (5) Sherlock Holmes não é britânico.

Em posse do aparato artefactual thomasiano, imediatamente percebemos como **(1)** e **(2)** devem ser avaliadas num contexto interno à obra, i.e., num contexto fictício. Dessa forma, sabemos pelos escritos de Conan Doyle que o famoso detetive é dito ser britânico e não francês. Consequentemente, considerando as sentenças **(1)** e **(2)** prefixadas - como demanda o contexto em que as trabalhamos - temos que **(1)** é verdadeiro, mas **(2)** é falso. Suponhamos outro cenário em que se discute a nacionalidade de Holmes, mas onde as partes envolvidas nas discussões acreditam que o personagem foi, de fato, uma pessoa real. Portanto, devemos assumir que essa discussão se dá num contexto real, onde os interlocutores enunciam literalmente suas crenças sobre o tema. Nesse caso, dado que no contexto real Sherlock Holmes é uma entidade artefactual abstrata e entidades artefactuais não possuem nacionalidade, ambas as sentenças **(1)** e **(2)** são falsas. De certo, autores possuem nacionalidade, assim como seus atos criativos ocorrem em um ou mais lugares (numa viagem, por exemplo), mas esses fatos dizem respeito ao autor e às circunstâncias históricas causais em que a obra é escrita e não podem ser características de uma entidade artefactual abstrata. Portanto, parece claro que sentenças do tipo **(1)** e **(2)** devem ser avaliadas na presença de um prefixo utilizado no contexto fictício. No caso ilustrado, diríamos apenas que os interlocutores estão equivocados e que Holmes não foi um personagem histórico sobre o qual Conan Doyle escreveu.

Sentenças existenciais sobre objetos singulares como **(3)** também podem ser tratadas sem maiores dificuldades. Num contexto fictício, certamente é o caso que Sherlock Holmes existe, visto que nas obras relevantes ele é uma pessoa bastante vívida. Todavia, personagens fictícios podem ter suas linhas de vida terminadas por um autor, assim como nossos anos de vida chegam a um fim. Em obras onde um personagem morre, podemos afirmar que o mesmo existiu, mas que ao fim da obra ele morre, o que estaria de acordo com a suposta obra. Portanto, devemos respeitar o que é dito na obra para que possamos avaliar uma sentença do tipo **(3)** num contexto fictício. De outro modo, a sentença **(3)** avaliada num contexto real deve ser entendida literalmente. Assim, o que **(3)** afirma é que a entidade artefactual abstrata 'Sherlock Holmes' existe, o que é o caso segundo a teoria artefactual de Thomasson.

Por outro lado, sentenças que negam a existência de objetos singulares como **(4)**, de modo geral tem valores de verdade opostos, ou seja, como o valor de verdade de **(3)** é verdadeiro tanto no contexto fictício quanto no contexto real, podemos esperar que **(4)** seja falsa em ambos os casos. Nos escritos de Conan Doyle, o famoso detetive britânico certamente é dito existir, o que torna o enunciado **(4)** falso. Dado que a entidade artefactual abstrata conhecida por 'Sherlock Holmes' também existe, então quando avaliada a partir de um contexto real a sentença **(4)** também deve ser falsa. Poderíamos nos perguntar o seguinte: é possível que um enunciado do tipo 'Sherlock Holmes existe' tivesse valores de verdade distintos para contextos fictícios e reais? Suponhamos o seguinte cenário, um certo personagem Q numa obra de ficção é dito assombrar a vida dos demais personagens de diferentes maneiras. Ainda, o autor afirma sobre Q, ao descrevê-lo na obra, que ele não existe, a despeito da sua influência na vida dos outros personagens. Nesse sentido, teríamos que no contexto fictício, i.e., segundo a própria obra, é um erro afirmar que tal personagem existe. Contudo, Q certamente é uma entidade artefactual abstrata. Logo, 'Q não existe' deve ser verdadeiro num contexto fictício, mas falso num contexto real.

Enunciados como **(5)** parecem nos remontar ao tratamento dado por Thomasson à incompletude de objetos fictícios. Contudo, ao analisá-los percebemos que esse não é bem o caso. 'Sherlock Holmes não é britânico' é falso num contexto fictício, uma vez que ele é descrito como sendo britânico. Tomado literalmente, o enunciado **(5)** deve ser verdadeiro, já que no contexto real é verdadeiro que a

entidade artefactual abstrata 'Sherlock Holmes' não possui nacionalidade. E é esse o ponto que parece nos remeter ao caso da incompletude desses objetos. Todavia, como a obra nos dá a informação relevante, a saber, que Sherlock Holmes é britânico, esse não seria um caso de incompletude no contexto fictício. Complementarmente, sobre o contexto real também poderíamos afirmar que Sherlock Holmes não é francês, brasileiro e tampouco norte-americano, uma vez que nesse contexto ele é uma entidade artefactual abstrata.

Torna-se ainda mais evidente a importância da distinção entre contexto fictício e contexto real quando analisamos enunciados como **(5)**. Por um lado, afirmamos veementemente que 'Sherlock Holmes não é britânico' é falso, pois afinal de contas Conan Doyle o descreve sendo britânico. De outra feita, dado que na teoria thomasiana Sherlock Holmes é uma entidade artefactual abstrata no mundo real, devemos dizer que enquanto tal, Sherlock Holmes não possui nacionalidade. De um modo ou de outro, fica claro como o aparato fornecido por Thomasson nos dá resultados que parecem responder às expectativas daquilo que queremos comunicar quando enunciamos sobre objetos fictícios. Segundo a própria autora sugere, conseguimos manter com certa facilidade o rastro do contexto em que enunciamos, ainda que não tenhamos essa distinção em mente. "Mas Sherlock Holmes não existe de verdade", poderíamos dizer. É evidente que ele não existe enquanto uma pessoa real, o que é claramente suportado pela teoria em questão, dado que ele é - apenas - um personagem fictício. Nesse caso, o que parecemos querer dizer é que no contexto real não é o caso que Sherlock Holmes existe enquanto pessoa real como Napoleão ou Darwin, o que é defendido pela teoria de Thomasson. Afinal, no contexto real Sherlock Holmes é uma entidade artefactual abstrata e somente de acordo com a obra relevante ele é uma pessoa de carne e osso.

Ainda, cabe notar como o aparato montado por Thomasson se ajusta ao tipo de análise textual que se pretende fazer, seja enquanto crítica literária ou enquanto interpretação textual. A teoria artefactual é capaz de avaliar os enunciados de ambos os casos graças à caracterização de objetos fictícios como entidades artefactuals abstratas e à diferenciação contextual apresentada. O fato de que objetos fictícios são tomados como entidades artefactuals abstratas está primordialmente embasado nas relações de dependência que esse tipo de objeto mantém com entidades físicas. Outra faceta importante dessas relações é a forma como elas ocorrem, o que

mantém essas entidades artefactuais numa conexão próxima com objetos do nosso dia a dia. Talvez por isso a teoria artefactual thomasiana possua um forte apelo intuitivo que resulta numa análise que se molda conforme nossas práticas linguísticas transitam entre diferentes tipos de contextos ao enunciar sobre objetos fictícios.

3.6 Considerações finais

A partir daquilo que foi apresentado ao longo desse Capítulo, consideramos que a teoria artefactual de Amie Thomasson fornece um aparato capaz de lidar com o problema da referência de objetos fictícios e cujas análises de sentenças contendo esses objetos parecem corresponder com o que esperamos das nossas práticas linguísticas. Nossa persistência por uma teoria que fornecesse interpretações intuitivas de enunciados sobre ficção parece atendida pelo aparato thomasiano. É importante frisar que nossa opção por uma teoria caracterizadamente intuitiva não se afastou do rigor filosófico demandado para a formulação da mesma. Substancialmente, Thomasson pode nos oferecer uma teoria intuitiva porque seus argumentos conseguem captar a complexidade das nossas práticas discursivas. Nesse sentido, a despeito do caráter intuitivo dos resultados obtidos pelas análises artefactuais propostas, podemos perceber as várias nuances de uma teoria artefactual da ficção.

Logo, é preciso reiterar a importância das teses kripkeanas sobre objetos fictícios para a teoria artefactual de Thomasson. Embora a teoria thomasiana tenha sido apresentada de fato somente no Capítulo 3, fez-se necessária toda uma reconstrução argumentativa no Capítulo 2 a fim de estabelecer o pano de fundo teórico sobre o qual se baseia Thomasson. A influência de Kripke é amplamente reconhecida pela filósofa. No entanto, ela também indica a ausência de um fio condutor nas ideias avançadas por Kripke. A falta de amarração teórica é, talvez, o que mais dificulte o estudo de objetos fictícios na obra do renomado filósofo. De fato, é preciso pontuar que suas teses sobre objetos fictícios e a referência dos nomes desses objetos foram lançadas ou expostas dentro de discussões mais abrangentes, sobretudo em N&N. Outra dificuldade das obras de Kripke é imposta pelo seu caráter conferencial. No caso específico das TJLL, essa dificuldade pode ser notada pela publicação tardia da obra. O próprio filósofo admite que as discussões

envolvendo objetos fictícios e seus nomes precisariam de mais corpo antes de se tornarem um esboço para uma teoria.

Também devemos ressaltar a importância do quadro clássico de teses, brevemente apresentado no Capítulo 1, na medida em que ele impulsiona o surgimento de diversas teorias, sejam elas novas versões daquelas teses, sejam elas reações contrárias, como no caso de Kripke. Reforçamos o caráter introdutório do Capítulo 1, onde pretendemos somente disponibilizar e, em alguma medida remontar, a discussão feita por Frege, Russell e Meinong a respeito da referência de objetos fictícios. Apesar da magnitude de suas obras, quisemos apenas esboçar contra o que Kripke reagia. Certamente um dos porquês que explica essa reação está ligado às teorias de nomes defendidas por esses filósofos. Consoante ao nosso estudo, tornou-se indispensável uma abordagem que se remetesse ao *locus classicus* deste trabalho.

As abordagens de Frege e Russell, embora apresentem soluções próximas para os enunciados envolvendo objetos fictícios, evidenciam diferentes possibilidades para entender esses enunciados. Suas teorias sobre a referência de nomes que baseiam o tratamento da referência desses objetos estão colocadas num âmbito muito mais amplo do que a ficção. O mesmo pode ser dito sobre Meinong, cuja Teoria dos Objetos indica ser possível obter resultados condizentes com o modo que nossas práticas discursivas parecem tratar objetos fictícios. Nesse aspecto, o Quadro 1 ilustra a diversidade de resultados para os valores de verdades das sentenças tratadas. Tornou-se patente daí, verificar os moldes de uma nova teoria consoante aos valores de verdade que desejávamos encontrar.

Conforme mostraremos abaixo, a teoria artefactual de Thomasson fornece uma nova gama de resultados advindos da sua formulação artefactualista para avaliar enunciados envolvendo ficção. A filósofa discute outros aspectos importante para a metafísica desses objetos em FM. Contudo, nos detivemos nos pontos cruciais da sua teoria para a referência de objetos fictícios. O Quadro 2, abaixo, apresenta os resultados de uma perspectiva artefactualista thomasiana para as sentenças tratadas.

| | Frege | Russell | Meinong | Thomasson |
|-------------------------------------|--------------------------|---|------------|---|
| (1) Sherlock Holmes é britânico | Nem verdadeiro nem falso | Falso | Verdadeiro | Verdadeiro (contexto fictício) ou Falso (contexto real) |
| (2) Sherlock Holmes é francês | Nem verdadeiro nem falso | Falso | Falso | Falso |
| (3) Sherlock Holmes existe | Falso | Falso | Falso | Verdadeiro |
| (4) Sherlock Holmes não existe | Verdadeiro | Verdadeiro | Verdadeiro | Falso |
| (5) Sherlock Holmes não é britânico | Nem verdadeiro nem falso | Falso (ocorrência primária) ou Verdadeiro (ocorrência secundária) | Falso | Falso (contexto fictício) ou Verdadeiro (contexto real) |

Quadro 2

É importante notar que para Frege as sentenças trabalhadas, excetuando-se **(3)** e **(4)**, carecem de valor de verdade, i.e., não podemos estabelecer sua veracidade ou falsidade. Além disso, outro aspecto fundamental indicado pelo Quadro 2 é o fato de que os resultados de **(3)** e **(4)** para Meinong se invertem na abordagem artefactual tomada. Não obstante, os resultados do enunciado **(5)** apontam uma agradável faceta da teoria thomasiana, a saber, o fato de que o aparato artefactual de Thomasson é capaz de distinguir os resultados desses enunciados de acordo com o contexto. Assim, nossas práticas discursivas são

atendidas independente do que objetivam, seja a discussão sobre uma determinada conduta de um personagem no âmbito intraficcional, seja uma resenha literária especificamente sobre as circunstâncias históricas às quais determinado autor estava submetido ao escrever uma obra de ficção.

Poderia parecer que os resultados acarretados pela análise artefactual utilizada dificulta, em certo sentido, a avaliação dos enunciados tratados. Contudo, como Thomasson mesma sugere, nós facilmente mantemos um rastro do contexto de enunciação. Dessa forma, tais resultados apenas demonstram como essa teoria é capaz de se ajustar segundo nossos enunciados, o que representa uma característica intuitiva para a interpretação dos mesmos. A interpretação de (4) oferece uma importante diferença entre a teoria thomasiana e as demais, segundo a qual 'Sherlock não existe' é falso independentemente do contexto de avaliação. Uma característica marcadamente artefactual, dado que entidades artefactuais existem abstratamente, assim como leis e nações.

Portanto, acreditamos que a teoria thomasiana apresenta duas qualidades principais em relação aos outros tratamentos: i) adequação ao contexto de enunciação, ii) resultados intuitivos sobretudo para enunciados em contexto fictício. Num primeiro momento, percebemos como a separação de dois tipos de contextos é crucial para que avaliemos sentenças sobre ficção conforme nossas práticas discursivas. Logo, os resultados que obtemos para os valores de verdade dessas sentenças parecem se colocar de maneira mais intuitiva, uma vez que respeitam o contexto de onde são enunciadas.

Frisamos também a capacidade da teoria de Thomasson em lidar com sentenças modais sobre objetos fictícios, pois a partir das três cláusulas fornecidas pelas filósofa, nos encontramos em condições de tratar esse tipo de sentença. Nesse sentido, a teoria artefactual discutida revela ainda outra agradável faceta, a saber, tratamentos semelhantes para objetos fictícios e objetos reais. Um exemplo que corrobora essa análise é o tratamento artefactual de personagens históricos. Como vimos, sentenças modais sobre Napoleão ou Darwin devem respeitar as circunstâncias histórico-causais que envolvem a vida dos mesmos. De modo similar, o tratamento modal para objetos fictícios oferecido pela teoria thomasiana demanda que as relações de dependência desses objetos sejam respeitadas. Assim, numa

situação contrafactual em que Artur Conan Doyle não existiu, Sherlock Holmes tampouco existiu, i.e., o famoso detetive britânico sequer foi criado.

Tendo em vista a complexidade de análises modais para sentenças sobre objetos fictícios, consideramos que o aparato oferecido por Thomasson possibilita um tratamento relevante para esses casos. Exatamente porque tratamos objetos fictícios como entidades dependentes, somos capazes de determinar critérios segundo os quais esses objetos poderiam existir ou não. Em outras palavras, porque atrelamos a existência de uma entidade artefactual abstrata a outras entidades físicas, podemos estipular situações contrafactuais onde estejam presentes as mesmas entidades físicas de que dependem um certo objeto fictício. Todavia, como vimos isso não é condição suficiente para que tal entidade seja criada, pois ela também depende do ato criativo do autor, o que certamente poderia não ocorrer mesmo que todas as outras condições fossem respeitadas. O exemplo dado em que Tolkien retorna da Primeira Guerra, mas decide por uma carreira diferente da de literato evidencia o caso.

Finalmente, destacamos a centralidade do caráter artefactual atribuído por Thomasson a objetos fictícios. As conexões travadas a partir dessa interpretação são, fundamentalmente, o que possibilita que o arranjo thomasiano se ajuste aos enunciados que desejamos avaliar. Uma vez que consideramos objetos fictícios enquanto entidades artefactuais abstratas, devemos mostrar o que essas entidades são. Logo, ao estabelecermos as relações de dependência exibidas por essas entidades, torna-se visível como podemos rastreá-las até o momento de sua criação. Por isso, conseguimos lidar com sentenças modais sobre objetos fictícios. Não obstante, percebemos como também conseguimos acompanhar um mesmo personagem em diferentes obras, seja do mesmo autor ou de autores distintos. Assim, conforme os argumentos thomasianos se conectam e formam as teses que sustentam a teoria artefactual da filósofa, as ligações feitas captam propriedades relevantes das nossas práticas discursivas que envolvem objetos fictícios e culminam na possibilidade de nos referirmos a eles. Evidentemente, a teoria apresentada por Thomasson em FM possui vários aspectos próprios de uma perspectiva artefactual para objetos fictícios que não são observadas nos demais tratamentos discutidos. A passagem argumentativa por Kripke revela a transição dessas abordagens. Em suma, acreditamos que os argumentos introduzidos por

Thomasson em prol de uma teoria artefactual são convincentes, além de fornecer os resultados intuitivos que esperávamos obter para enunciados sobre objetos fictícios.

4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACH, Kent. **Failed Reference and Feigned Reference**: Much Ado About Nothing. Grazer Philosophische Studien, 1985. v. 25/26, p. 359 - 374.

BERTO, Francesco. **The Selection Problem in Revue Internationale de Philosophie**: Analytic Philosophy of Fiction, 2012. v. 66, n. 262, p. 519-539.

BURGESS, John. **Saul Kripke**: Puzzles and Mysteries. Cambridge: Polity Press, 2013.

CHAKRABARTI, Arindam. **Denying Existence**: The Logic, Epistemology and Pragmatics of Negative Existentials and Fictional Discourse. Kluwer Academic Publishers, 1997.

COFFA, Alberto. **The Semantic Tradition from Kant to Carnap**: To the Vienna Station. Cambridge University Press, 1993.

CURRIE, Gregory. **The Nature of Fiction**. Cambridge University Press, 1990.

EVANS, Gareth. **The Varieties of Reference**. Oxford: Clarendon Press, 1982.

FREGE, Gottlob. On Concept and Object. **Mind**, Abr. 1951. v. 60, n. 238, p. 168-180. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2251430>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

_____. Sense and Reference. **The Philosophical Review**, Maio 1948. v. 57, n. 3, p. 209-230.

FRIEND, Stacie. Believing in Stories. In: CURRIE, Gregory; KIERAN, Matthew; MESKIN, Aaron; ROBSON, Jon (eds.). **Aesthetics and the Sciences of Mind**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 227-248. Disponível em: <https://www.academia.edu/5487395/Believing_in_Stories>. Acesso em: 13 ago. 2015.

_____. **Fictional Characters**. Philosophy Compass, 2. ed., fev. 2007. Disponível em: <https://www.academia.edu/1430745/Fictional_characters>. Acesso em: 13 ago. 2015.

GARCÍA-CARPINTERO, Manuel; MARQUES, Teresa. Nomes Vazios. In: BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (eds.). **Online Companion to Problems of Analytic Philosophy**, 2014.

HORN, Laurence. Toward a Fregean pragmatics: Voraussetzung, Nebengedanke, Andeutung. In: HORN, Laurence; KECSKES, Istvan (eds.). **Explorations in**

Pragmatics: Linguistic, Cognitive and Intercultural Aspects. Berlin: Mouton de Gruyter, 2007. p. 39-69.

HUGHES, Christopher. **Kripke: Names, Necessity, and Identity.** Oxford: Clarendon Press, 2004.

KRIPKE, Saul. **Naming and Necessity.** 2. ed. Oxford: Blackwell, 1980

_____. **Philosophical Troubles: Collected Papers.** New York: Oxford University Press, 2011. v. 1.

_____. **Reference and Existence: The John Locke Lectures.** New York: Oxford University Press, 2013.

LEWIS, David. Truth in Fiction. **American Philosophical Quarterly.** University of Illinois Press, 1978. v. 15, n. 1, p. 37-46. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/20009693>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MAKIN, Gideon. **The Metaphysicians of Meaning: Frege and Russell on sense and denotation.** London: Routledge, 2000.

MAREK, Johann. Alexius Meinong. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, Outono de 2013. Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/meinong/>>. Acesso em: 05 ago. 2016.

MEINONG, Alexius. Sobre a Teoria dos Objetos. Tradução de Celso Reni Braidá. In: BRAIDA, Celso. **Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong.** Florianópolis: Rocca Brayde edições, 2005. p. 93-145.

PARSONS, Terence. **Nonexistent Objects.** Yale University, 1980.

RECANATI, François. **Direct Reference: From Language to Thought.** Oxford: Blackwell, 1997.

_____. **Oratio Obliqua, Oratio Recta: An Essay on Metarepresentation.** Cambridge - Massachusetts: The MIT Press, 2000.

RUSSELL, Bertrand. **Da Denotação, Ensaio em Lógica e Conhecimento.** Tradução de Pablo Rúben Mariconda. Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

SAINSBURY, Richard. **Fiction and Fictionalism.** New York: Routledge, 2010.

_____. **Of Course there are Fictional Characters.** In: **Revue Internationale de Philosophie: Analytic Philosophy of Fiction**, 2012. v. 66, n. 262, p. 615-630.

SALIS, Fiora. Entidades Ficcionalis. BRANQUINHO, João; SANTOS, Ricardo (eds.). **Online Companion to Problems of Analytic Philosophy**, 2013.

SLUGA, Hans. **Gottlob Frege: The Arguments of the Philosophers**. London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1980.

SOAMES, Scott. **Beyond Rigidity: The Unfinished Semantic Agenda of Naming and Necessity**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

STALNAKER, Robert. Reference and Necessity. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin (Ed.). **A Companion to the Philosophy of Language**. p. 534-554.

STEVENS, Graham. **The Theory of Descriptions: Russell and the Philosophy of Language**. New York: Palgrave Macmillan, 2011.

TAYLOR, Kenneth. **An Introduction to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 1998.

THOMASSON, Amie L. **Fiction and Metaphysics**. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 1999.

_____. Fictional Characters and Literacy Practices. In: **British Journal of Aesthetics**, 2003. v. 43, n. 2, p. 138-157. Disponível em: <<http://www.amie Thomasson.org/papers%20to%20link/Fictional%20Characters%20and%20Literary%20Practices.doc>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

_____. Speaking of Fictional Characters. In: **Dialectica**, 2003. v. 57, n. 2, p. 207-226. Disponível em: <<http://www.amie Thomasson.org/papers%20to%20link/Speaking%20of%20Fictional%20Characters.doc>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

VOLTOLINI, Alberto. **How Ficta Follow Fiction: A Syncretistic Account of Fictional Entities**. Dordrecht: Springer, 2006.

WALTON, Kendall L. **Mimesis as Make Believe: On the Foundations of Representational Arts**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

WEATHERSON, Brian. David Lewis. In: ZALTA, Edward N. (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**, verão de 2010. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2010/entries/david-lewis/>>. Acesso em: 20 set. 2015.